

VOLUME
XXXIII BOLETIM DO
N.º 2 **ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**

2020

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)
Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)
José Pedro Paiva (FLUC - lejpaiva@fl.uc.pt)
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)
Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)
Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)
Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)
Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - arendeao@gmail.com)
Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvases@fcsh.unl.pt)
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)
Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)
Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mcccasanova@museu.ulisboa.pt)
Dalila Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodes@gmail.com)
Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)
Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)
Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)
Fátima Ó Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - fatima.oramos@antt.dgarq.gov.pt)
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)
Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)
Giuseppe Marocci (Universidade de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)
Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)
Helóisa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)
Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)
Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)
Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)
Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)
Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)
Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)
João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaualvesdias@gmail.com)
João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)
João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)
José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - josemariajardim@yahoo.com.br)
José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)
José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)
Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)
Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)
Luís de Vasconcelos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)
Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)
Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)
Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)
Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)
Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)
Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)
Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)
Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)
Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)
Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)
Pedro Lains (Univ. Lisboa, Portugal - pedro.lains@ics.ulisboa.pt)
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)
Rui Cascão (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)
Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpc.pt)
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)
Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
XXXIII
N.º 2

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632

2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_33_2

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus® DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS MIAR



Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
-----------------------------------	---

ESTUDOS

Un fondo documental en España sobre los Meneses de Portugal. Traiciones y lealtades a la Monarquía	13
Antonio Sánchez-González	

A atividade artística do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo na diocese de Coimbra	43
Miguel Portela	

A herança do 2.º Visconde de Vila Maior	69
Guilhermina Mota	

O lugar dos 'Arquivos Pessoais' na Arquivística Internacional	95
Carlos Guardado da Silva	

RECENSÕES CRÍTICAS

GARCÍA SANCHEZ, J. ; GARCIA SANCHEZ, J. ; GARCIA SANCHEZ, J. (2016) - <i>El heroísmo mirobrigense de 1808 a 1810: La historia contada por sus habitantes: hechos relevantes, incidentes destacados y personas ilustres.</i> Salamanca: Diputación de Salamanca, 432 p.	111
Carlos Guardado da Silva	

RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - <i>Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano.</i> Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p.	117
Alexandre Faben	

Nota de Apresentação

Prof. Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas
Diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra

Os arquivos são de todos/as e para todos/as... Assim o são também os documentos, que dão vida às diversas narrativas. Sob esse mote, apresentamos o n. 2 do volume XXXIII do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, na sua edição de 2020. Nascido na mesma forja que deu origem aos seus antecessores, o atual número do BAUC traz quatro novos estudos e duas novas recensões críticas.

O primeiro estudo, intitulado *“Un fondo documental en España sobre los Meneses de Portugal: traiciones y lealtades a la Monarquía”*, de Antonio Sánchez González, traz ao nosso conhecimento a existência de um conjunto documental em território espanhol, proveniente da “Família Meneses” de Portugal. Pelas palavras do seu autor depreende-se que, no decorrer da sua existência, esta família terá acumulado um importante património senhorial, tendo sido os seus representantes, no entanto, penalizados pela sua declarada lealdade à Monarquia Espanhola, num momento em que a Casa de Bragança ascendia ao poder político em Portugal. A preservação desse fundo documental, sob a alçada espanhola, é aqui encarada como um “prémio” pela lealdade desta importante Família Senhorial àquela Monarquia.

No segundo estudo, apresentado por Miguel Portela, são recolhidas informações relevantes em fontes históricas que versam sobre a intensa “atividade artística do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo na diocese de Coimbra”, sendo este, inclusive, o título principal do artigo. Trata-se de uma tentativa de trazer à luz certos aspetos genealógicos e de realçar a atividade profissional, o processo de aprendizagem e a formação artística daquele que terá sido apontado, segundo as palavras do autor deste estudo, como sendo um “Mestre de escultura e arquitectura”.

O terceiro estudo destriça os vários aspetos relacionados com a “herança do 2.º Visconde de Vila Maior”. Nele, Guilhermina Mota inicial-

mente valoriza aspetos biográficos relacionados à vida pública desta individualidade histórica (ideias, valores, concepções etc.), para então proporcionar “uma melhor compreensão das condições materiais de existência e as opções de vida de uma personalidade atuante e relevante no Oitocentos português”, o que é conseguido, no texto, a partir da análise crítica do inventário orfanológico que decorre da sua morte, nele procurando, e encontrando, os devidos vínculos com outros aspetos da sua vida pessoal e familiar.

O quarto estudo, muito apropriadamente designado “O lugar dos ‘Arquivos Pessoais’ na Arquivística Internacional”, escrito por Carlos Guardado da Silva, apresenta-nos uma análise crítica de alguns dos temas de pesquisa na vertente dos arquivos pessoais, aqui perspetivados como uma área de estudo em expansão, nas últimas décadas, no âmbito da Arquivística nacional e internacional. Neste texto, o autor concetualiza os chamados “*personal papers*”, procurando refletir sobre o seu lugar na tradição arquivística assente em alguns países (Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, França, Brasil, Portugal), que toma como exemplos, e finaliza com um elenco de algumas das suas atuais “problemáticas”.

Ainda, a coroar o n. 2 do presente volume do BAUC, encontram-se duas recensões realizadas a partir do exame de obras que versam sobre temas bastante distintos e que foram publicadas fora do território nacional.

A primeira delas, que é analisada pelos olhos atentos de Carlos Guardado da Silva, foi publicada em Salamanca pelos irmãos Jesús, Justo e Jerónimo García Sánchez. Intitulada “*El heroísmo mirobrigense de 1808 a 1810: La historia contada por sus habitantes: hechos relevantes, incidentes destacados y personas ilustres*”, trata-se de uma análise minuciosa da Guerra Peninsular, a partir dos seus registos no território de Ciudad Rodrigo, bem como dos seus desenlaces, numa perspetiva que se pretende local e vinculada aos muitos aspetos identitários que marcaram os eventos e as narrativas desse modo construídas.

A segunda recensão que cumpre referir, escrita por Alexandre Faben e publicada do outro lado do Atlântico, mais precisamente no Rio de Janeiro, traz-nos uma análise da obra intitulada “*Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*”. Aqui, estamos diante de uma obra organizada pela (re)conhecida estudiosa brasileira na área dos arquivos e também professora universitária: Ana Célia Rodrigues. Esta obra resulta da realização de um projeto encetado na área da gestão documental em arquivos e debruça-se sobre temas contemporâneos imiscuídos nesse universo (e.g., transparência administrativa, acesso à informação etc.).

Nesta "coletânea de textos", como muito bem recorda Alexandre Faben, encontramos interessantes diálogos e experiências profissionais assinaladas pelos/as diversos/as autores/as, que ali deixam o seu contributo em jeito de registo do conhecimento.

Cristina Freitas

Coimbra, 06/10/2020

Estudos

Un fondo documental en España sobre los Meneses de Portugal. Traiciones y lealtades a la Monarquía

A collection of documents on the Meneses of Portugal: Treason and loyalty to the Monarchy

ANTONIO SÁNCHEZ-GONZÁLEZ

Profesor Titular de Ciencias y Técnicas Historiográficas
de la Universidad de Huelva (España)
antonio.sanchez@dhis2.uhu.es
ORCID: 0000-0001-5025-455X

Artigo entregue em: 3 de outubro de 2019
Artigo aprovado em: 5 de julho de 2020

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar un fondo documental existente en España, la sección “Camiña” del Archivo Ducal de Medinaceli, con un buen número de documentos sobre la familia Meneses de Portugal, condes y marqueses de Vila Real y capitanes generales de Ceuta. Estos Meneses adquirieron con el tiempo un importante patrimonio señorial en el reino portugués, pero en el siglo XVII, con la entronización de la Casa de Bragança, su lealtad a la monarquía española de la dinastía Filipina de la Casa de Habsburgo les acarrearía un duro castigo. Sus títulos, sin embargo, fueron castellanizados por el rey de España en la única superviviente de la estirpe como premio a esa fidelidad.

PALABRAS CLAVE: Meneses de Portugal; Archivos de familia; nobleza.

RESUMO

O objectivo deste artigo passa por apresentar um fundo documental existente em Espanha, a secção “Camiña” do Arquivo Ducal de Medinaceli, com um bom número de documentos sobre a família Meneses de Portugal, condes e marqueses de Vila Real e capitães gerais de Ceuta. Estes Meneses adquiriram ao longo do tempo um importante património senhorial no reino português, mas no século XVII, com a entronização da Casa de Bragança, a sua lealdade à monarquia espanhola da dinastia Filipina da Casa de Habsburgo lhes traria um duro castigo. Os seus títulos, no entanto, foram castelhanizados pelo rei da Espanha na única sobrevivente da linhagem, como recompensa por essa fidelidade.

PALAVRAS-CHAVE: Meneses de Portugal; Arquivos de família; nobreza.

ABSTRACT

This paper aims to analyze a collection of documents found in the “Camiña” section of the Medinaceli Ducal Archive, which holds a large amount of documents related to the Meneses family from Portugal, counts and marquises of Vila Real and also *Governors* of Ceuta. With the passing of time, the Meneses family had managed to gather a large estate in the Portuguese kingdom. However, and after the enthronement of the House of Bragança in the 17th century, the unfailing loyalty of the Meneses towards the Spanish monarchy provoked their punishment. As a compensation for their dire situation, the King of Spain adapted and *castilianized* the Meneses titles of nobility, transferring them onto the last surviving female member of this family.

KEYWORDS: Meneses of Portugal; family Archives; nobility.

Introducción

El carácter familiar que intrínsecamente tienen los archivos nobiliarios permite vislumbrar, a primera vista, las razones que explican el hecho de que radique en España, concretamente en el Archivo de la Fundación Casa Ducal de Medinaceli con sede en el Palacio Tavera (antiguo Hospital de San Juan Bautista) de Toledo¹, el fondo documental referido al antiguo reino de Portugal al que dedicamos este estudio².

¹ En este mismo edificio toledano, aunque ocupando dependencias distintas, se emplaza también el Archivo de la Nobleza española.

² Una visión de conjunto sobre este Archivo ya ha sido dada a conocer en Portugal por SÁNCHEZ, 2017a.

Efectivamente, la razón de ser de este fondo en este Archivo español es la relación de parentesco mantenida por la familia Meneses, de origen castellano pero pronto enraizada en Portugal, con otras familias de la nobleza peninsular que, con el paso del tiempo, se agregaron a la Casa Ducal de Medinaceli, una de las más importantes de España.

La rama troncal de la familia Meneses afincada en Portugal consiguió a partir del siglo XIV un envidiable patrimonio señorial que la convirtió en una de las más importantes del reino luso. En orden cronológico, y no por el rango nobiliario que tenían, estos Meneses poseían el marquesado de Vila Real, de 1489 (antes condado, desde 1424, y, más tarde, ducado en el período 1585-1641); el condado de Alcoutim, enclavado en el Algarve, de 1496; el también condado de Valença do Minho, de 1499; el de Valadares, de 1510, y el ducado de Caminha, de 1619.

Pero esa rama de los Meneses portugueses se extingue biológicamente en aquel reino a mediados del siglo XVII, pasando la línea femenina llamada a la sucesión a vincularse a España a través de la Casa de los Condes de Medellín –con la que ya estaba emparentada– y, a continuación, de la de los Marqueses de Aytona, con la que entró a vincularse a la Casa Ducal de Medinaceli en el siglo XVIII.

Fueron ciertamente trágicas las circunstancias que propiciaron dicha extinción biológica, coincidiendo con la entronización de la Casa de Bragança en el reino de Portugal en 1640, y en ella se conjugaron una serie de traiciones y lealtades por parte de estos Meneses con respecto a la Monarquía en la disputa dinástica mantenida por el trono luso entre la dinastía Filipina de los Habsburgos españoles y la de la propia Casa de Bragança. Como premio a una fidelidad dichos títulos nobiliarios, tras la restauración de la independencia de Portugal, inmediatamente serían reconocidos en Castilla y aún perduran en nuestros días en la descendencia de aquellos Meneses portugueses.

Nuestro objetivo en este trabajo es difundir los contenidos de aquel archivo familiar de estos Meneses lusos, luego afincados en España, además de perfilar su sistema de organización documental durante los siglos XVIII y XIX y trazar la evolución secular del fondo archivístico en ese tiempo, tras tratar primero la evolución histórica familiar de la Casa de Villa Real en Portugal y su evolución posterior hispánica hasta agregarse a los Medinaceli. Se trata, por tanto, de un típico estudio de “Archivística Histórica”, una línea de investigación desarrollada ampliamente en Portugal por la profesora Maria de Lurdes Rosa³.

³ Véase ROSA, 2017: 550-551.

Los Meneses, un linaje castellano afincado en Portugal

La familia Meneses, aunque de origen castellano (oriundos de la comarca palentina de Tierra de Campos, concretamente del lugar de Meneses de Campos)⁴, quedó muy pronto enraizada en Portugal, en tiempos del rey D. Alfonso IV. En este reino obtuvieron los condados de Barcelós, Ourém y Viana do Alentejo en la segunda mitad del siglo XIV⁵.

En los albores de la siguiente centuria era titular de la Casa en Portugal D. Pedro de Meneses I (†1437), personaje de gran trascendencia durante el reinado de D. João I⁶. Asistió a la toma de Ceuta, plaza que –por orden real– gobernó con título de Capitán General desde el mismo momento de su conquista (22 de agosto de 1415) hasta el final de su vida⁷. Más tarde, en 1424, obtuvo del propio monarca el título de primer Conde de Vila Real⁸ (estado de la familia Portocarrero que él había recibido de su madre, D^a. Mayor Portocarrero y Silva, en calidad de señorío).

En 1433 se le concede el título de segundo Conde de Viana do Alentejo (que luego heredó su hijo natural Duarte de Meneses), renunciando por esta causa en su yerno, Fernando Enríquez, al de Vila Real⁹. También ostentó D. Pedro los cargos de Alférez Mayor y de Almirante de Portugal.

De los cuatro matrimonios que contrajo solo tuvo una hija legítima, Beatriz de Meneses, esposa desde 1429 de D. Fernando Enríquez de Noronha (†1445), que fueron II Condes de Vila Real y él, en nombre de D^a. Beatriz, Capitán General de Ceuta (1438-1445)¹⁰.

⁴ Estos Meneses poseyeron después otras numerosas villas y lugares en la Península Ibérica, ostentaron numerosos títulos nobiliarios y dieron reinas a los tronos de Castilla y Portugal. Véanse SALAZAR, 1697: III, 302-304; ALVES, 1915; ZUQUETE, 1961; FREIRE, 1996: I, 101-138; y PIZARRO, 1999. También la serie de manuscritos y genealogías de la Real Academia de la Historia de España, colecciones Salazar y Castro y Manuscritos, que reseñamos en las fuentes de este trabajo.

⁵ Para la evolución de la familia Meneses en Portugal hemos seguido, preferentemente, a FRANCO, 1982; SÁNCHEZ, 1990a; MOURA, 2017 y PESSANHA, 2019. También puede ser útil SMITH, 2008. Véase, además, la tabla genealógica *Villa Real-Camiña =Meneses-Noroña=* que ilustra estas páginas.

⁶ Lo ha tratado monográficamente, entre otros, ZURARA, 1988; OSÓRIO, 1933; DINIS, 1974; LOBATO, 1985; CAMPOS, 2008 y 2011; y PESSANHA, 2017 y 2019: 20-23.

⁷ Véase ZURARA, 1992; SERRÃO, 1961; ALBURQUERQUE, 1930; SÉRGIO, 1971; BAEZA, 1993; THOMAZ, 1994; y MASCARENHAS, 1995.

⁸ ZURARA, 1988: 279-281.

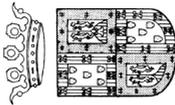
⁹ FREIRE, 1996: III, 263.

¹⁰ Véase PESSANHA, 2019: 23-27. Sobre la familia Noronha, véase TEIXEIRA, 2004.

Único hijo del matrimonio fue D. Pedro de Meneses y Noronha II (†1499), III Conde de Vila Real, título que le fue elevado a rango de marquesado en 1489 por privilegio que le concedió el rey D. Afonso V¹¹. Para entonces el nuevo Marqués D. Pedro era Capitán General de Ceuta y, como pago por sus servicios, el mismo monarca le había concedido todos los derechos de almojarifazgo de las ciudades de Tavira y Lagos, en el reino del Algarve, por privilegios de 26 de agosto de 1463. Y por cuanto no era ello suficiente, en 1476, se le hace donación de las sisas generales y los derechos de aduana (concesiones que fueron reiteradamente confirmadas con posterioridad por sucesivos reyes a los herederos de la Casa de Vila Real como contraprestación por el gobierno de Ceuta)¹².

11 PINA, 1989.

12 PESSANHA, 2019: 27-30.



VILLA REAL-CAMIÑA
= MENESES-NOROÑA =



Casado con D^a. Beatriz de Bragança, sucedió en el mayorazgo el hijo primogénito D. Fernando de Meneses (1463-1523) quien, como tal, se tituló II Marqués de Vila Real a la muerte de su padre, en 1499¹³. Para entonces agregó a la nómina de señoríos de la Casa el de la villa de Alcoutim, en el Algarve, por el matrimonio contraído con D^a. María Freire de Andrade¹⁴.

El rey D. Manuel I elevó este señorío a condado dándole a D. Fernando de Meneses la dignidad de primer Conde de Alcoutim por privilegio dado el 25 de noviembre de 1496 para que, en adelante, fuera el título utilizado por el heredero de la Casa de Meneses en Portugal –una vez cumplidos los quince años–¹⁵.

El mismo monarca le ampliaba su patrimonio al hacerle concesión, el 1 de septiembre de 1499, de los señoríos de Caminha y de Valença do Minho, éste último convertido inmediatamente en condado por privilegio dado el 12 de diciembre del mismo año. Sin embargo, no le restituyó el dicho rey D. Manuel el condado de Ourém, que volvió a la Casa de Bragança, concediéndole a cambio el condado de Valadares en 1510.

Además, D. Fernando de Meneses ejerció los cargos de Capitán General de la plaza de Ceuta¹⁶, Alcaide Mayor de Leiria, Fronterizo Mayor del Algarve (1496) y Condestable de Portugal –en este caso en nombre de su cuñado, el Duque de Viseu, durante algún tiempo–.

Hijo único de D. Fernando y de su esposa D^a. María Freire fue Pedro Meneses III y, como tal, heredero de todos los títulos, estados y dignidades aportados por sus padres, en los que sucedió: III Marqués de Villa Real, II Conde de Alcoutim, II Conde de Valença y de Valadares, señor de las villas

¹³ Una completa monografía sobre este magnate portugués es la obra citada de PESSANHA, 2019.

¹⁴ La villa de Alcoutim, emplazada a orillas del río Guadiana, frontera del reino de Castilla, fue concedida "*con su castillo y todas sus rentas y derechos y con jurisdicción civil y criminal, mero y mixto imperio*" a D. Juan Freire de Andrade, Merino y Aposentador Mayor de Portugal, por carta de privilegio dada por el rey Don Alfonso V el 4 de junio de 1458. Al día siguiente este monarca le hacía merced al propio Don Juan, por otro documento, del cargo de Guarda Mayor de los puertos de dicha villa de Alcoutim y su término (Véase ADM, *Camiña*, 1-1. Cfr. JOSÉ, 1983).

Fue hija de este señor, y de su mujer D^a. Leonor de Silva, la referida D^a. María Freire de Andrade, esposa de D. Fernando de Meneses, II señora de Alcoutim desde 1465 (a quien le hizo el mismo rey D. Alfonso V nueva donación –confirmándole la merced dada a su padre con anterioridad– el 20 de octubre de dicho año). Sobre los Freire de Andrade, véase PINTO, 2014; más datos en PESSANHA, 2019: 67-73.

¹⁵ Archivo Ducal de Medinaceli (en adelante ADM), *Archivo Histórico* (Títulos), leg. 272 -antigua caja de hierro 2- nº 13-R (B.- traslado, doc. inserto). Véase GÓIS, 1749: XVII, 16. Como afirma el historiador algarvio Fernando Pessanha, con esta merced se "inaugura a política manuelina de atribuições de mercês e de títulos nobiliárquicos relativos ao Algarve de Aquém, como reconhecimento pela participação da nobreza portuguesa na cruzada lusa nos Algarves de Alémmar." (PESSANHA, 2019: 76).

¹⁶ Véase PESSANHA, 2019: 54-65.

y lugares de Almeida, Alcoentre, Chão de Couce, Pousaflores, Abreiro, Avelar, Caminha, etc., Capitán General de Ceuta (que gobernó entre 1512-1517), Alcaide Mayor de Leiria y Fronterizo Mayor del Algarve¹⁷.

Casado con su prima hermana, D^a. Beatriz de Alencaster (Lancaster o Lencastre) y Portugal –o D^a. Beatriz de Lara, que es así la llaman todos los Nobiliarios portugueses por ser el apellido que le dio su padre, el Duque de Viseu, como descendiente de Fernando I, rey de Aragón y Sicilia y señor de Lara–, el matrimonio tuvo larga descendencia¹⁸.

El primogénito y sucesor, D. Miguel de Meneses I, falleció en Lisboa de la caída de un caballo poco después de hacerse cargo de tan importantes estados (1564), habiendo sido, además, Comendador de Vila Franca en la orden de Cristo. Sin descendencia del matrimonio que contrajera, en 1557, con D^a. Felipa de Lencastre, le sucedió –a su muerte– su hermano D. Manuel de Meneses, siendo como tal V Marqués de Villa Real y IV Conde de Alcoutim, de Valença y de Valadares, Capitán General de Ceuta (cargo que, si bien su hermano no pudo ejercer, él sí representó durante diez años)¹⁹.

Lealtad al rey ibérico

Por haberse mostrado D. Manuel de Meneses partidario del monarca hispano Felipe II a la sucesión del trono de Portugal, tras la muerte del cardenal-rey D. Enrique, una vez que aquel es coronado en 1580 como soberano luso con el nombre de Felipe I (lo que supuso la integración de la Corona de Portugal en España y el período conocido como la “Unión Ibérica”), en agradecimiento a su lealtad, le añadió el título de I Duque de Villa Real por privilegio dado el 19 de febrero de 1585²⁰.

Este magnate portugués había contraído matrimonio con D^a. María de Silva Coutinho, de la Casa de los Condes de Redondo, quien le dio tres hijos. El primogénito, D. Miguel de Meneses II, había tenido la oportunidad de asistir a las Cortes de Tomar, siendo Conde de Alcoutim como heredero de

¹⁷ SÁNCHEZ, 1990a: 86.

¹⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo (en adelante ANTT), *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 18, n^{os}. 43, 60 y 63. Cfr. la ya aludida tabla genealógica *Villa Real-Camiña*.

¹⁹ SOUSA, 1736: 516-519.

²⁰ ADM, *Arquivo Histórico* (Títulos), leg. 272 –antigua caja de hierro 2– n^o 10-R (B.- traslado en portugués). El mismo rey le confirmaría el 6 de septiembre de 1594 el título de Conde de Vila Real (ADM, *Idem*, leg. 272 n^o 11-R) y el 17 de octubre de ese mismo año hizo lo propio con los títulos de Conde de Valença, Caminha y Valadares (ADM, *Idem*, leg. 272 n^o 12-R).

la Casa de Vila Real, y precedió a todos los demás condes en la ceremonia por ser el título condal más antiguo de Portugal no elevado a mayor dignidad.

A la muerte de su padre, D. Miguel se tituló VI Marqués y II Duque de Villa Real, V Conde de Alcoutim, de Valença y de Valadares, señor de un buen número de villas y lugares del reino, Capitán General de Ceuta y alcaide Mayor de Leiria.

La ferviente muestra de la familia Meneses a la causa española en la sucesión al trono de Portugal le supuso que Felipe III (II de Portugal) le hiciese merced, en 2 de enero de 1619, del ducado de Caminha²¹.

Casado D. Miguel en primeras nupcias con D^a. Isabel de Lencastre, hija del Duque de Bragança Teodósio I, y en segundas nupcias con su sobrina D^a. María Brites de Meneses –de quien volveremos a hablar por ser después sucesora, por derecho propio, de todos estos estados ante los dramáticos acontecimientos que se avecinaban para la familia–, no tuvo descendencia de ninguno de ellos.

Le sucedió entonces su hermano D. Luis de Meneses (1589-1641), titulándose, como tal, VII Marqués y III Duque de Vila Real, II Duque de Caminha, VI Conde de Alcoutim, de Valença y de Valadares, Capitán General de Ceuta, Alcaide Mayor de Leiria, Comendador de Vila Franca en la orden de Cristo, señor de Almeida, Alcoentre, Chão de Couce, Pousaflores, Abreiro, Avellar, etc., miembro además del Consejo de Estado del rey Felipe II de Portugal. Desposado D. Luis con D^a. Juliana de Meneses, de la Casa de los Condes de Tarouca, tuvo de ella dos hijos en su matrimonio: Miguel (1614-1641), que se tituló VII Conde de Alcoutim y III Duque de Caminha –como heredero de la Casa– y María Brites o Beatriz (ya aludida y de quien volveremos a tratar) (Tabla 1).

Tabla 1

Titulares de la Casa en Portugal

Titulares	Periodo	Títulos
Pedro de Meneses I	c.1370-1437	I Conde Vila Real – 1424 II Conde Viana – 1433
Brites de Meneses	? - ?	
Pedro de Meneses II	1425-1499	Conde Ourém (1483-1495) I Marqués Vila Real – 1489

²¹ Más tarde, el 9 de octubre de 1628, le confirmaba el rey Felipe III de Portugal a D. Miguel de Meneses el título de Conde de Alcoutim (ADM, *Idem*, leg. 272 n° 13-R) y el 20 de octubre de ese mismo año el de Marqués de Vila Real (ADM, *Idem*, leg. 272 n° 14-R).

Fernando de Meneses	1463-1523	I Conde Alcoutim – 1496 I Conde Valença – 1504 I Conde Valadares- 1510
Pedro de Meneses III	1486- ?	
Miguel de Meneses I	? -1564	
Manuel de Meneses	1530- ?	I Duque Vila Real – 1585
Miguel de Meneses II	1565-1637	I Duque Caminha –1619
Luis de Meneses	1589-1641	
Miguel Luis de Meneses III	1614-1641	
María Brites de Meneses	1641-1668	Pasó a España

Restauración de la Independencia de Portugal: El pago de la lealtad de los Meneses a la causa española

Durante la época de gobierno de D. Luis de Meneses se produce la insurrección secesionista portuguesa de la Monarquía española, conocida como “Restauração de Portugal”, a cargo del duque de Bragança²². El motín estalló en Lisboa el 1 de diciembre de 1640 y a los pocos días todo Portugal se había declarado independiente. El duque-rey era coronado, bajo el nombre de D. João IV, con el apoyo generalizado del pueblo (8 de diciembre)²³.

Fueron realmente pocos quienes permanecieron fieles a Felipe IV (III de Portugal) y, entre esa minoría descontenta por la entronización de Bragança, se encontraba la familia Meneses.

El marqués de Vila Real D. Luis, confirmado como consejero de Estado por D. João IV al tiempo de su coronación en 1640, no era en absoluto partidario del gobierno que salía de la Restauración ni quiso prestar obediencia al nuevo monarca. Así, junto al arzobispo de Braga D. Sebastián Matos de Noronha, miembro de su propia familia y primado de Portugal, junto con otros descontentos, encabezó un grupo que gestó una conspiración contra D. João IV encaminada a devolver la Corona al rey de España. Esta conspiración fue descubierta²⁴ y el marqués, por tal motivo, fue apresado junto con su hijo primogénito, el duque de Caminha D. Miguel (quien, aunque no había querido participar en la sublevación, guardó secreto y fue igualmente acusado de confabulación). Ambos, junto a otros conspiradores,

²² CUNHA, 1999.

²³ Véase COSTA y CUNHA, 2006.

²⁴ Véase WAGNER, 2007.

fueron por ello degollados públicamente en la plaza de Lisboa el día 29 de agosto de 1641 (jornada conocida como el “día de las degollaciones de San Juan Bautista”), siéndoles confiscados sus títulos, mayorazgos y rentas, unos bienes que reeditaban más de 70.000 reales de a ocho al año²⁵.

Pudo escapar de la persecución decretada contra la familia la única mujer, la susodicha D^a. María Brites de Meneses Noronha –hija y hermana, respectivamente, de los ejecutados– que desde hacía dos años era Condesa consorte de Medellín en España, y residía por ello en Extremadura, por el matrimonio que había contraído con el VIII Conde de ese estado D. Pedro Portocarrero Fernández de Córdoba y Aragón II, que además era repostero mayor de la Casa real de Castilla y caballero mayor de la reina española D^a. Mariana de Austria.

Premio a una fidelidad

Ante un pago tan desmedido y tan trágico fin de la rama troncal de la Casa de Meneses en Portugal, para recompensar en alguna medida tanta lealtad a la causa española, fue premiada D^a. María Beatriz, que así se le llama en España, por el rey Felipe IV con varias mercedes. Así, el 24 de diciembre del mismo año de 1641 le concedió el monarca a perpetuidad el título ducal de Caminha, que elevó en dignidad reconociéndolo como Grande de España en 1658 como recoge un privilegio suyo otorgado en portugués el 2 de enero del año siguiente²⁶, e inmediatamente se convierten en títulos de Castilla los restantes que la Casa había tenido en Portugal (Vila Real, Alcoutim, Valença do Minho y Valadares) por real despacho dado el 23 de marzo de 1660²⁷.

Toda esta relación de títulos portugueses de los Meneses lusos se convirtieron, por tanto, en títulos de Castilla e incluso llegan a castellanizar su grafía, pero evidentemente se trataba de un tipo de merced puramente nominal; es decir, que no se correspondían dichos títulos a la normal situación de posesión efectiva solariega y jurisdiccional, es decir, de uso y domi-

²⁵ Véase ADM, *Camiña*, 2-5. Sobre los bienes confiscados que pudieron pasar a la Casa del Infantado portuguesa hay que consultar el trabajo de LOURENÇO, 1995.

²⁶ ADM, *Archivo Histórico* (Títulos), leg. 272 –antigua caja de hierro 2– nº 15-R (A.- original en pergamino en portugués). Véase también ADM, *Camiña*, 3-1.

²⁷ Véase ADM, *Camiña*, 3- 90 a 92. También, más adelante, se concedió en Portugal el título de Conde de Vila Real, creado en 1823 por decreto del rey D. João VI de Portugal a favor de D. José Luís de Sousa Botelho e Vasconcelos.

nio de los estados que representaban, y de las rentas que acarreaban, por la reversión que aquellos estados habían sufrido en la Corona portuguesa.

Para remedio de tal situación emitió el propio rey Felipe IV un real decreto el 10 de abril de 1642 por el que, aparte de otras compensaciones económicas, concedía a la duquesa de Camiña la cantidad de 7.000 reales de vellón mensuales “en el interin que se le restituye lo perdido en Portugal”, lo que presupone la idea esperanzada de un posible giro de la situación.

Paralelamente la duquesa D^a. María Beatriz de Meneses y el Conde de Medellín D. Pedro Portocarrero, su esposo, solicitan de Portugal la restitución de los bienes de la Casa de Vila Real, solicitud que se les fue denegada en el reino vecino.

Al morir en 1668 la duquesa María Beatriz dejaba dos hijos de su matrimonio y ambos sucederían progresivamente en los estados y títulos de sus padres en España.

El varón, Pedro Damián Portocarrero y Meneses III (1640-1704), se convertía así en V Duque de Camiña, IX Marqués de Villa Real, IX Conde de Medellín y Alcoutim y VIII de Valenza y Valladares. Fue, como su padre, repostero mayor del rey y se convirtió en uno de los valedores más importante del partido francés en la Corte española como agente del rey Luis XIV²⁸ para defender las aspiraciones del Delfín francés a la sucesión del trono español²⁹.

Tras D. Pedro Damián, que falleció soltero en 1704, sucedió en la Casa su hermana D^a. Luisa Feliciana Portocarrero y Meneses, por entonces además marquesa viuda de Aytona por el matrimonio que había contraído en 1671 con Miguel Francisco de Moncada y Silva, V Marqués de Aytona y de la Puebla de Castro, Conde de Osona, Vizconde de Cabrera, de Bas e Illa, Gran Senescal y Maestre Racional de Cataluña. Para dicha posesión, D^a. Luisa Feliciana hubo de rivalizar con su pariente D. Francisco de Benavides Dávila y Corella, IX Conde de Santisteban del Puerto³⁰.

El primogénito de dicho matrimonio, D. Guillén Ramón de Moncada y Portocarrero, recibía los títulos de sus padres y, a su muerte en 1727, fueron transmitidos a su hija y heredera D^a. María Teresa de Moncada y Benavides, todos ellos salvo el condado de Medellín como consecuencia de los pleitos reanudados

²⁸ Una faceta de la vida de este duque de Camiña es la recogida por MOREL-FATIO, 1904: 211-228.

²⁹ Su biografía actualizada en LABRADOR, s.d. Véanse también la serie de manuscritos del Archivo Histórico Nacional de España que reseñamos en las fuentes de este trabajo.

³⁰ Aunque el conde de Santisteban D. Francisco de Benavides tomaba posesión de Medellín a la muerte de Pedro Damián en 1704 (ADM, *Medellín*, 2-2), seis años después retornó a la línea de D^a. Luisa Feliciana en posesión de su hijo, el marqués de Aytona Guillén Ramón de Moncada y Portocarrero por sentencia favorable del Consejo en su favor (ADM, *Medellín*, 14-1-1).

con la Casa de Santisteban del Puerto³¹. Esta señora, desde cinco años atrás, estaba casada con el Marqués de Cogolludo –y, como tal, heredero de la Casa Ducal de Medinaceli– Luis Antonio Fernández de Córdoba y Spínola de la Cerda (1704-1768), quien en 1739 sucedía en los estados de esta importante Casa nobiliaria española convirtiéndose, por derecho propio, en XI Duque de Medinaceli y de Segorbe, XII de Cardona, IX de Alcalá de los Gazules, X de Feria, X Marqués de Priego y otros títulos agregados, siete veces Grande de España³².

De esta forma entraron también en la Casa Ducal de Medinaceli los títulos, de origen portugués que habían sido reconocidos en Castilla, de Duque de Camiña, Marqués de Villa Real, Condes de Alcoutim, de Valenza y de Valladares, y esta es la razón por la que, en la actualidad, los fondos que justifican la posesión de tales títulos se encuentren formando parte del Archivo General de la Fundación Casa Ducal de Medinaceli, en la ciudad de Toledo³³ (Tabla 2).

Tabla 2

Titulares de la Casa en España

Titulares	Periodo
María Beatriz de Meneses y Noronha	1641-1668
Pedro Damián Portocarrero y Meneses Noroña	1668-1704
Luisa Feliciano Portocarrero y Meneses	1704-1705
Guillén Ramón de Moncada y Portocarrero	1705-1727
María Teresa de Moncada y Benavides	1727-1756
Pedro de Alcántara Fernández de Córdoba y Moncada	1756-1789
Luis María Fernández de Córdoba y Gonzaga	1789-1806
Luis Joaquín Fernández de Córdoba y Benavides	1806-1840
Luis Tomás Fernández de Córdoba y Ponce de León	1840-1873
Luis María Fernández de Córdoba y Pérez de Barradas	1873-1879
Luis Jesús Fernández de Córdoba y Salabert	1880-1956
Victoria Eugenia Fernández de Córdoba y Fernández de Henestrosa	1959-2013
Victoria Elisabeth de Hohenlohe-Langenburg y Schmidt-Polex	2018...

³¹ Con la reanudación de estos pleitos, los condes de Santisteban del Puerto obtuvieron sentencia favorable de la chancillería de Granada en marzo de 1720 (ADM, *Medellín*, 11-5), con ratificación posterior el 13 de abril de 1726 (ADM, *Medellín*, 2-9) y, un año después, en la Sala de Mil y Quinientas (ADM, *Medellín*, 2-10). El agraciado con el título de Conde de Medellín fue D. Manuel de Benavides y Aragón, X Conde de Santisteban del Puerto, hijo y sucesor del referido D. Francisco, que se posesionó del estado extremeño el 8 de julio de 1726 (ADM, *Medellín*, 2-9-2) alegando su descendencia directa de D^a. Juana Portocarrero, hermana del segundo Conde de Medellín.

³² SÁNCHEZ, 2014: 76.

³³ También con el tiempo, a principios del siglo XIX, la Casa de Santisteban del Puerto, con el título condal de Medellín, se agregaron a la Casa Ducal de Medinaceli, motivo por el que hoy se encuentran reunidos en el mismo Archivo todos los fondos de estas casas nobiliarias españolas. Véase la genealogía completa de los titulares hasta nuestros días en el apéndice final de SÁNCHEZ, 2015.

Análisis del fondo documental

Las trágicas circunstancias que derivaron en la extinción de la rama troncal de la familia Meneses en Portugal y en la confiscación de los títulos, mayorazgos, rentas y bienes patrimoniales de la Casa de Vila Real en 1640, explican la escasez de documentación original anterior al siglo XVII entre los fondos portugueses que hoy se conservan en la sección “Camiña” del Archivo Ducal de Medinaceli³⁴. Evidentemente quedaba incluido en la confiscación el patrimonio documental de la familia ajusticiada o, lo que es lo mismo, el conjunto de pergaminos y papeles que se había ido conformando en el Archivo de la Casa en Portugal, por lo que la documentación que pasó a los herederos españoles quedaba ciertamente diezmada.

Tras la expropiación por parte de la Corona, este fondo documental de los Meneses debió incorporarse inmediatamente al Real Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa, si tenemos en cuenta las copias testimoniadas o traslados notariales auténticos sacados de la documentación original a partir de 1641.

Sin embargo, la falta de diplomas originales en este fondo portugués del Archivo Ducal de Medinaceli no significa, sin embargo, la existencia total de lagunas documentales por cuanto fueron muchos los documentos recuperados por la familia, a través de dichas copias. De ahí que podamos distinguir, por tanto, del conjunto del fondo documental medieval y moderno, anterior a la fecha de confiscación, los siguientes aspectos:

Solo se conserva la documentación original de ese período, relativa a patronatos y obras pías de la antigua Casa de Vila Real, así como algunos documentos de contabilidad (cartas de pago, libramientos, etc.), es decir, la de carácter benéfico-religioso y asistencial, más algo de la propiamente administrativa.

Sirva, sin embargo, a modo de compensación, la existencia de un manuscrito, suscrito entre 1627 y 1637 en lengua portuguesa, donde se recoge la evolución histórica de la casa de Vila Real, su antigüedad, privilegios, bienes jurisdiccionales, rentas, etc., que fue elaborado en base a la documentación del Archivo originario de la familia en Portugal y de los libros de registros custodiados en la Torre do Tombo. El documento lleva por título *Relação das doações, privilegios, sentenças, bullas apostolicas e mais papeis do Cartorio da Casa de Villa Real... deregida ao senhor Dom Luis de Noronha, do Conselho de Estado de sua Magestade, legitimo suces-*

³⁴ Véase la web del ADM: <http://es.fundacionmedinaceli.org/archivo/ficha.aspx?id=16297>.

sor da dita Casa de Vila Real, y consta de 193 folios, escritos en anverso y reverso, encuadrados con cubiertas de pergamino. Se halla estructurado en 47 capítulos particularizando cada uno de ellos, a modo de relatada crónica justificada con aportes de pruebas, las distintas jurisdicciones y propiedades de la Casa de Vila Real en Portugal³⁵.

La restante documentación, precisamente la del predominante carácter que tiene la información contenida en el referido manuscrito, relativa a los privilegios, mercedes, derechos y regalías, fundaciones, etc. de la Casa solo se conserva en el Archivo Ducal de Medinaceli a través de los dichos traslados testimoniados o notariales realizados, preferentemente, entre 1660 y 1670.

El escribano del Arquivo da Torre do Tombo João Pinheiro de Mattos realiza algunas de estas copias, en 1669, de la documentación solicitada por los Duques de Camiña-Condes de Medellín a través del arcipreste de esta villa extremeña D. Joseph Estrada³⁶. Y al año siguiente el guarda mayor del citado Archivo, João Duarte de Rosende, autentifica un buen número de traslados de la documentación relativa a los privilegios, oficios y dignidades de la Casa de Vila Real. Incluso se hubo de utilizar los servicios de un traductor, concretamente del Secretario de la Interpretación de Lenguas de Madrid, Francisco Gracián Berruguete, a partir de 1661³⁷.

Tal solicitud de testimonios documentales, y de su traducción en algunos casos, hecha por parte de la ya castellanizada Casa de Camiña, se debió obviamente a la necesidad que tenía de respaldo documental ante los recursos que se estaban promoviendo para intentar recuperar su patrimonio confiscado en el reino de Portugal. Ello nunca se conseguiría, pero la documentación que rememoraba la antigua etapa señorial de los Meneses en el país vecino (en forma de originales o en testimonios de copias autenticadas) sí quedó como recuerdo entre los fondos –obviamente diezmados– del archivo familiar, ahora en España, pues la documentación relativa a la etapa castellana posterior a 1641, e incluso parte de la inmediatamente anterior a esa fecha, queda custodiada primero en el Archivo de los condes de Medellín y posteriormente en el de los marqueses de Aytona, para pasar más tarde al depósito documental de los duques de Medinaceli en Madrid, que fue donde el fondo se organizó archivísticamente.

³⁵ ADM, *Camiña*, 1-1.

³⁶ Véase ADM, *Camiña*, 3-100.

³⁷ Sobre este intérprete y traductor Gracián véase CÁCERES, 2000: 140-141. Poseyó una buena biblioteca, con libros en griego, latín, portugués, francés e italiano, estudiada por BARRIO, 2006.

Agregación a unidades archivísticas superiores

Los Condes de Medellín siempre mantuvieron su Archivo en la villa extremeña del mismo nombre, cabecera de aquel estado señorial, dentro de su palacio, lo que se puede constatar por los diversos inventarios o relaciones de documentos que de estos fondos se hicieron desde el siglo XV³⁸. Allí estuvieron también durante algún tiempo los fondos portugueses que habían podido recuperarse a través de copias, junto con los nuevos generados por la Casa de Camiña en España³⁹.

Pero tras la muerte en 1727 del marqués de Aytona Guillén Ramón de Moncada y Portocarrero, VII Duque de Camiña y XI Marqués de Villa Real, al pasar los estados de la Casa –salvo el de Medellín, como dijimos– a su hija María Teresa de Moncada, afincada en Madrid por su matrimonio con el entonces marqués de Cogolludo y futuro duque de Medinaceli Luis Antonio Fernández de Córdoba, esto trajo consigo que, a partir de 1729, el Archivo de la Casa de Aytona, con sede en Barcelona hasta entonces⁴⁰, abandonara definitivamente su tradicional sede en el Principado de Cataluña, en sucesivas remesas de fondos, para recalar en la capital de España⁴¹.

Lo mismo debió ocurrir en algún momento con los documentos de la Casa de Camiña, procedentes de Medellín, instalándose en el majestuoso palacio madrileño que poseían los Medinaceli en la confluencia del paseo del Prado con la Carrera de San Jerónimo⁴², ya extinto. De esta sede solo saldría durante un corto espacio de tiempo en 1764 al recaer la Casa de Aytona–Camiña, por muerte de dicha marquesa María Teresa años atrás, en el entonces marqués de Cogolludo Pedro de Alcántara Fernández de Córdoba, que tenía su residencia familiar también en Madrid⁴³. Y al mismo palacio del Prado retornaba definitivamente poco tiempo después cuando el susodicho marqués de Cogolludo Pedro de Alcántara sucedía en 1768 a su padre

³⁸ Véase ADM, *Medellín*, 9-8 y 14-1 y 3 bis.

³⁹ Véase ADM, *Medellín*, 14-1: Inventario firmado por Diego Ruiz de Montemayor (Medellín, 28 julio 1703).

⁴⁰ Véase SÁNCHEZ 2008: 745-747. El Archivo de los marqueses de Aytona estaba emplazado en la denominada “Casa Gralla”, de la calle Portaferissa, en Barcelona.

⁴¹ Vid. ADM, *Moncada*, 1-2 (traslados de escrituras del Archivo de Aytona desde Barcelona a Madrid el 23 de junio de 1729).

⁴² SÁNCHEZ, 2014: 77-79.

⁴³ Vid. ADM, *Moncada*, 1-2 (carta del duque de Medinaceli a su hijo notificándole la entrega del Archivo de la Casa de Aytona. Aranjuez, 28 de abril 1764). Una relación de documentos entregados por entonces en ADM, *Moncada*, 260-4.

en toda la Casa de Medinaceli y sus agregadas, incluyendo las de Aytona y Camiña. En adelante el fondo de origen portugués que aquí tratamos ya no abandonaría el Archivo Ducal de Medinaceli hasta nuestros días, tanto en Madrid (1729/1768-1961), como después en la “Casa de Pilatos” de Sevilla (1961-1995) y, por último, en Toledo (desde 1995), donde hoy permanece.

Organización y descripción documental

Los Medinaceli habían acordado concentrar en Madrid los Archivos de sus diferentes casas nobiliarias, repartidos por toda la geografía peninsular, durante el segundo cuarto del siglo XVIII. Y una vez concentrados en su palacio del Prado, en aplicación del principio de respeto a la procedencia de los fondos, el Archivo había quedado articulado inicialmente en once secciones documentales, diez de las cuales se correspondían con los fondos respectivos de cada una de las distintas Casas nobiliarias y principales estados agregados hasta el momento⁴⁴, más otra complementaria, de carácter misceláneo, con denominación de “Papeles Varios”⁴⁵. Las secciones de estados fueron organizadas por el archivero de la Casa y rey de armas D. Francisco José de la Rúa y Astorga. Este trabajo organizativo sobre el fondo se inició, en la clasificación documental de cada sección, creando distintas series y subseries, tanto de carácter funcional (del tipo testamentos y codicilos, pleitos y concordias, casas, censos y tributos, oficios, cuentas, etc.) como territorial (generalmente con denominación concreta de los lugares que componían aquel estado señorial, donadíos, huertas y heredades que tenía tal estado, etc.). Estas series y subseries quedaron convenientemente jerarquizadas y ordenadas, pieza a pieza, bajo un sistema cronológico⁴⁶. Y como colofón a su tarea orgánica, el archivero de la Rúa realizó entre 1757-1759 una amplia

⁴⁴ SÁNCHEZ, 2014: 80. Esas diez secciones orgánicas de estados eran entonces las denominadas «Ducado de Medinaceli», «Marquesado de Alcalá», «Marquesado de Cogolludo y Condado del Puerto de Santa María», «Ducado de Alcalá», «Ducado de Feria», «Marquesado de Priego», «Marquesado de Comares y Señorío de Lucena», «Estado y Ducado de Lerma, Cea y Denia», «Adelantamiento Mayor de Castilla» y «Ducados de Segorbe y Cardona». No se había creado aún una sección denominada “Camiña” porque el fondo no tenía un caudal documental como para ello, comparándolo con el resto del conjunto, y también porque los estados portugueses de este fondo no estaban bajo la jurisdicción de la Casa por su carácter honorífico.

⁴⁵ Es muy probable que en esta miscelánea se incluyera también en esas décadas centrales del siglo XVIII el fondo de la Casa de Camiña, antes de tener una mayor identidad propia dentro del depósito.

⁴⁶ SÁNCHEZ, 2014: 80-82 y 85.

descripción de cada sección, con la ayuda de los oficiales y copistas que tuvo a su cargo⁴⁷, que quedó plasmada en diversos volúmenes manuscritos con título de *Inventarios*⁴⁸. Los fondos así organizados quedaron custodiados en unos arcones, bajo la antigua denominación de “papeleras”.

Como remate final a ese intenso trabajo orgánico y descriptivo llevado a cabo durante esas décadas centrales del siglo XVIII en el Archivo General de la Casa Ducal de Medinaceli, quedó de inmediato reglamentado el servicio a través de una precisa *Instrucción*, dada por el XII Duque de Medinaceli, y también de Camiña, D. Pedro de Alcántara Fernández de Córdoba y Moncada, suscrita en Madrid el 1 de enero de 1773 y desarrollada en 16 artículos y una disposición final⁴⁹. Para el duque estaba más que justificada la imposición de esta reglamentación archivística, como se recoge al comienzo de dicha reglamentación:

“por quanto conviene que los asuntos de mi Archivo General se manejen con el acierto, claridad y distinción que corresponde teniendo presente la diferencia de los tiempos y el mayor cúmulo de papeles, y negocios, que en dicha Oficina se han aumentado y ocurren...”⁵⁰.

Esta Instrucción de 1773 iba a reglamentar el servicio del Archivo General de la Casa Ducal de Medinaceli en adelante. Su aplicación resultaría muy positiva, sin duda, pues gracias a esta norma se completó de inmediato el trabajo de organización documental de los fondos aún carentes de adaptación al plan orgánico establecido en el conjunto archivístico, como es la que aquí nos ocupa de la documentación de los antiguos estados portugueses de Camiña-Villa Real y sus agregados.

La ordenanza apuntaba, además, una revisión general obligatoria para todo el conjunto de fondos del depósito. Y para ello el duque no escatimó esfuerzo alguno, contratando nuevo personal en la plantilla (la nómina de

⁴⁷ De una serie de instrucciones dadas por este archivero a sus ayudantes, bajo el título de “*Apuntes que se deben tener presentes para el examen del Índice antes de copiarse*” (ADM, Medinaceli, leg. 100), se desprende muy claramente una tarea orgánica anterior a esta puesta por escrito de los inventarios –con frases como la de “*legajo en que hasta aora han permanecido*”– que ponen de manifiesto una clasificación y ordenación de los fondos hecha bastante tiempo atrás.

⁴⁸ Sobre estos inventarios del Archivo, véase SÁNCHEZ, 2014: 85-88.

⁴⁹ ADM, *Archivo Histórico*, leg. 275 (caja 33) nº 12 (1). Transcrita al completo la instrucción en el apéndice documental de SÁNCHEZ, 2014: 153-158 (doc. 7).

⁵⁰ ADM, *Idem*, fol. 1.

oficiales del Archivo General se amplió a siete). De ese modo, y en virtud de la facultad que le confería el art. 5 de la referida Instrucción, el archivero mayor D. Manuel Boxados pudo realizar el 13 de marzo de 1776 reparto de estados y negocios de las dependencias archivísticas entre sus oficiales⁵¹, encargándose de las 3 papeleras que, por entonces, custodiaban el fondo de origen portugués de la Casa de Camiña D. Bonifacio Arengo⁵², dentro del total del conjunto archivístico que contaba entonces con 171 papeleras⁵³.

La obra del archivero Boxados no fue más que la culminación del sistema orgánico anterior que se había fraguado en tiempos de Francisco José de la Rúa y Astorga, y aplicado de forma parcial, con mayores dificultades por el también archivero de los duques de Medinaceli D. Francisco María Saga de Bogeiro entre 1762 y 1764⁵⁴.

Habría que esperar al siglo XIX, en el que el Archivo General recibió nuevos aportes documentales de casas nobiliarias agregadas, como las de Segorbe y Cardona –que ingresaron en el depósito en 1854⁵⁵–, para que se consumara la organización total de los fondos y su descripción general.

Así, cuando más tarde se realizó un recuento global de la documentación de los depósitos archivísticos del palacio del Prado⁵⁶ por parte del archivero-bibliotecario de los duques de Medinaceli José María Octavio de Toledo en 1886⁵⁷, el fondo concreto de la Casa de Camiña se componía de 5 legajos y 1 libro, y se hallaba custodiado en dos papeleras (concretamente las que llevaban los números 41 y 42), tal como aquí recogemos (Tabla 3).

⁵¹ ADM, *Idem*, leg. 275 (caja 33) nº 12 (2).

⁵² Se responsabilizaba Bonifacio Arengo, además del fondo de la Casa de Camiña, de los de las Casas de Tolsá y Gralla (agregadas al marquesado de Aytona) y la sección de «Varios Generales», en 13 papeleras más, en total. Dicho Bonifacio Arengo sería más tarde, entre 1802-1805, archivero mayor de la Casa de Santisteban del Puerto, recién agregada ésta a la Casa de Medinaceli.

⁵³ La distribución del resto del Archivo en 1776 quedaba del siguiente modo: De las 40 papeleras con los fondos de las Casas de Moncada, Bou y Castro (pertenecientes a los estados de Aytona) se hacía cargo Matías Arengo; de las 44 con la documentación de los vizcondados de Cabrera y Bas (agregados a la misma Casa de Aytona) y de los ducados de Segorbe y Cardona (documentación moderna), lo hacía Pío Comadira; las 35 papeleras de los estados de Medinaceli, Puerto de Santa María, Cogolludo y Comares se asignaban a Joseph Melgarejo; las 29 con los fondos de los estados de Priego y de Lerma-Cea-Denia recayeron en Manuel Texeiro; y Joseph Raurés se encargaba de cuidar las 8 papeleras de los estados del Adelantamiento Mayor de Castilla.

⁵⁴ SÁNCHEZ, 2014: 92-93.

⁵⁵ SÁNCHEZ, 1990b: 172-180.

⁵⁶ SÁNCHEZ, 2014: 97.

⁵⁷ El Archivo Ducal de Medinaceli, en su conjunto, estaba entonces integrado en 42 secciones, con 3.864 legajos, 502 libros y 37 documentos sueltos, que se custodiaban en las 460 papeleras del depósito.

Tabla 3

Disposición del fondo de la Casa de Camiña en el Archivo (1886)

Signatura	Series	Nº LEGAJOS	Nº LIBROS
Papelera 41	Apuntamientos	1	
Idem	Memorial pleito		1
Papelera 42	Árboles genealógicos	1	
Idem	Testamentos	1	
Idem	Alimentos concedidos a la Casa	1	
Idem	Privilegios y mercedes	1	

Por aquellos años se abría un nuevo ciclo archivístico en el depósito ducal, bastante generalizado entre la nobleza española coetánea, que nosotros denominamos de la “Desvinculación señorial” y que hoy tiene el depósito ducal. Este nuevo ciclo trajo consigo una serie de intervenciones archivísticas sobre los fondos consistente, por un lado, en un cambio en cuanto a las unidades de instalación, por otro, en un reajuste de las secciones documentales del depósito y, por último, en una modificación en el sistema de descripción archivístico, estableciendo incluso los cauces para la futura archivación del conjunto.

El cambio en el modo de instalación documental de los depósitos del Archivo General de los Medinaceli consistió en la sustitución de las antiguas papeleras a legajos –los mismos que hoy conserva el depósito– que se colocaron en estanterías abiertas, con lo que se modificaba la tradicional reconditez y el hermetismo que habían caracterizado a los fondos durante el Antiguo Régimen por un sistema más abierto y visible. Dicho cambio se produjo a fines del siglo XIX y se materializó por el archivero D. Antonio Paz y Mélia, que fuera jefe del Departamento de Manuscritos de la Biblioteca Nacional y miembro del cuerpo de Archiveros, Bibliotecarios y Anticuarios españoles. El mismo Paz realizó algunas modificaciones en las secciones del depósito, como fueron suprimir las denominadas “Papeles Varios” y “Varios Generales” y, por otro, unificó los fondos de estados que se mantenían separados en secciones distintas dentro del conjunto. Entonces surgió la sección denominada “Camiña”, con 3 legajos. Y la ausencia de inventario de este fondo de origen portugués la suplió el buen archivero Paz y Mélia con la descripción de toda la documentación en unas fichas que aún se conservan en el depósito del Archivo Ducal. De la descripción realizada y el estado actual de la sección Camiña se desprende el cuadro de clasificación establecido en el antiguo fondo que fijamos nosotros en el siguiente cuadro que hemos elaborado (Cuadro 1).

Cuadro 1

Cuadro de clasificación del Fondo documental (elaboración propia basada en el estado actual de la documentación).

1.	GESTIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN
1.1.	Relaciones históricas sobre la Casa de Vila Real y Caminha en Portugal
1.2.	Apuntamientos: informes de los archiveros y decretos del Archivo
2.	DESCENDENCIA Y SUCESIÓN
2.1.	Partidas de nacimiento y fe de bautismo
2.2.	Dotes, dispensas y capitulaciones matrimoniales
2.3.	Testamentos. Fundaciones de mayorazgos.
2.4.	Tutelas y curadurías. Bienes vinculados y libres. Particiones de bienes
3.	PATRONATOS, CAPELLANÍAS Y OBRAS PÍAS
3.1.	Monasterio de Ermida y su anexo de Baltar, en la diócesis de Lamego
3.2.	Iglesia de San Salvador de Tangil
3.3.	Capellanías en Ceuta
3.4.	Memorias de misas y otras capellanías en Madrid
4.	DOCUMENTACIÓN DE RECUENTO Y CONTROL
4.1.	Relación de cédulas reales a las Casa en Portugal
4.2.	Relación de muebles y bienes raíces secuestrados a la Casa en Portugal
4.3.	Relaciones de rentas del estado de Alcoutim
5.	PRIVILEGIOS, MERCEDES Y DIGNIDADES
5.1.	Oficios y Títulos de la Casa, tanto del período portugués como español
5.2.	Gobierno y Capitanía General de Ceuta
6.	POSESIONES
6.1.	Alcaldía del castillo de Lapela y del lugar de San Pedro de la Torre
7.	ADMINISTRACIÓN Y CONTABILIDAD
7.1.	Empréstitos y juros
7.2.	Cuentas de mayordomía en España
7.3.	Alimentos consignados a la Casa de Camiña en España en compensación a la pérdida de los bienes portugueses de la familia
8.	PLEITOS
8.1.	Pleito por la sucesión y la restitución de los estados en Portugal
8.2.	Memorial ajustado sobre agravios por la partición de bienes de D ^{ra} . Beatriz de Meneses y Noronha
9.	VARIOS
9.1.	Encomienda de indios vacos del reino de Nueva España en el Perú
9.2.	Conversos y judíos del reino de Portugal
9.3.	Fórmula del juramento del príncipe D. Pedro de Portugal como Gobernador del Reino
9.4.	Cartas particulares.

Conclusiones

Este antiguo fondo documental que se conserva en España, mermado evidentemente con respecto a lo que debió ser en sus orígenes cuando radicaba en Portugal⁵⁸, se compone hoy aproximadamente de tres centenares de diplomas, encuadrados en su mayor parte en la sección “Camiña” del Archivo de la Fundación Casa Ducal de Medinaceli y el resto distribuidos en las secciones –también de estados señoriales con los que la Casa de Meneses tuvo relación parental– de “Medellín” y “Moncada”, además de en la miscelánea denominada “Archivo Histórico” del mismo depósito.

A fines del siglo XIX y en los comienzos del XX, con el archivero Antonio Paz y Mélia, pasaron a formar parte de dicha miscelánea histórica la serie documental del fondo Meneses referida al gobierno y capitania general de Ceuta, así como algunos otros documentos sueltos del linaje –como los privilegios de concesión de títulos dados por varios monarcas portugueses de las casas de Avis y Habsburgo y otra documentación–. Destaca, además, en esta parcela el conjunto de privilegios concedidos por el rey Felipe IV (III de Portugal) a D^a. María Beatriz de Meneses y a sus sucesores, así como alguna carta del Conde-duque de Olivares D. Gaspar de Guzmán y de la reina española.

El Archivo de la Casa Ducal de Medinaceli conserva como instrumentos de descripción útiles aquellos antiguos *Inventarios* de cada sección realizados en el siglo XVIII, cuando se organizaron los fondos. Y la ausencia del relativo a la sección “Camiña”, por las razones antes apuntadas, quedó subsanada por el propio sistema orgánico que se estableció en este fondo de origen portugués –al igual que en el resto del Archivo– con la documentación, pieza a pieza, descrita en las carpetillas o “guardas” de cada documento, realizadas por los propios archiveros que llevaron a cabo el trabajo orgánico, particularmente en este caso el propio Paz y Mélia con sus ayudantes.

Sirva, además, de contribución al conocimiento de esta documentación la guía del propio fondo que incluimos nosotros aquí en Anexo A, con descripción de sus series, las fechas extremas y la signatura de localización de los documentos, como aportación para quien necesite la consulta de este fondo portugués que forma parte del Archivo General de la Fundación Casa Ducal de Medinaceli.

⁵⁸ Una muestra de ello es la documentación, entre otra, que citamos después entre las fuentes manuscritas referenciadas del ANTT.

Fuentes y Bibliografía

Fuentes manuscritas

ARCHIVO DUCAL DE MEDINACELI (Toledo, España):

Sección *Camíña*, 3 legajos. Véase Anexo: Guía General: Fondo histórico de la familia Meneses en el reino de Portugal: Condado y marquesado de Vila Real; condados de Alcoutim, Valença do Minho y Valadares; y ducado de Caminha.

Sección *Medellín*, leg. 2 n^{OS}. 2, 9 y 10; leg. 9 n^o. 8, 10 n^o. 1, leg. 11 n^o. 5 y leg. 14 n^{OS}. 1 y 3 bis.

Sección *Moncada*, leg. 1 n^o. 2 y leg. 260 n^o. 4.

Sección *Archivo Histórico*, 97 n^o 18; 182 (caja 33) n^o. 1-39; y leg. 272 (antigua caja de hierro 2) n^{OS}. 10 a 15-R.

Archivo Histórico Nacional (Madrid, España):

Sección *Consejos*, lib. 2752, lib. 2756, fols. 23, 43, leg. 5240, exp. 67.

Sección *Órdenes Militares*, Alcántara, exp. 1214 y Expedientillos, 13.911.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Lisboa, Portugal):

Colecção *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 18, n^{OS}. 43 y 60-63; mç. 33, n^{OS}. 103-104; mç. 34, n^{OS}. 4, 8, 10, 20 y 58; mç. 35, n.º 13; mç. 103, n.º 40; mç. 108, n^{OS}. 32, 71 y 106; mç. 113, n^{OS}. 19 y 74; mç. 119, n.º 3; y Parte II, mç. 200, n.º 11, etc.

Colecção de *Cartas*, Núcleo Antigo 877, n.º 155.

REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA (Madrid, España):

Colección Luis de Salazar y Castro. C-33, f^o 218 v. N^o 19627 del inventario. ROIZ DA ROCHA, Duarte (s.d.) — *Árbol de la Casa de Meneses, Marqueses de Villarreal*. Manuscrito con escudo de armas de la Casa de Meneses.

Colección Luis de Salazar y Castro. D-16, f^o 14 v. N^o 20770 del inventario. S.d. *Tabla genealógica de la casa de Meneses, condes de Ourem, marqueses de Villarreal*.

Colección de Manuscritos. Referencia 9-2-5-D-16. Signatura: 9-291. SALAZAR Y CASTRO, Luis de (s.d.) — *Historia genealógica de la Casa de Meneses*. Tablas genealógicas y pruebas de la Casa y líneas de Meneses.

Fuentes impresas

ALVES, Álvaro Baltasar (1915) — *O Cartório da Nobreza*. Coimbra: Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.

GÓIS, Damião de (1749) — *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio.

JOSÉ, Frei João de São (1983) — *Corografia do Reino do Algarve (1577)*. In: *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, p. 21-132.

- MASCARENHAS, Jeronimo de (1995) — *Historia de la Ciudad de Ceuta*. Ceuta: Editorial Algaraza – Instituto de Estudios Ceuties.
- PINA, Rui de (1989) — *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa.
- SALAZAR Y CASTRO, Luis de (1697) — *Historia genealógica de la Casa de Lara*, 4 tomos. Madrid: Imprenta Real, por Mateo de Llanos y Guzmán. Tomo III.
- SOUSA, Antonio Caetano de (1736) — *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impresor da Academia Real.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1988) — *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses. Edic. facsímil de la del Abad Correia da Serra de 1792 por la Academia das Ciências de Lisboa.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1992) — *Crónica da Tomada de Ceuta*. Introducción y notas Reis Brasil. Lisboa: Europa-América.

Estudios

- ALBUQUERQUE, Mário de (1930) — Causas da conquista de Ceuta. In: *O Significado das Navegações e outros Ensaíos*, Lisboa, s.n., p. 21-67.
- BAEZA HERRAZTI, Alberto (1993) — *Ceuta Hispano-Portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties.
- BARRIO MOYA, José Luis (2006) — La biblioteca del erudito madrileño Francisco Gracián Berruguete, 'secretario de la ynterpretación de lenguas' de Felipe IV y Carlos II. *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*. 46, p. 693-706.
- CÁCERES WÜRSIG, Ingrid (2000) — *La traducción en España en el ámbito de las relaciones internacionales, con especial referencia a las naciones y lenguas germánicas (Siglos XVI-XIX)*. Tesis doctoral presentada en la Universidad Complutense de Madrid.
- CAMPOS, Nuno Silva (2008) — *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Editorial Sete Caminhos.
- CAMPOS, Nuno Silva (2011) — *Don Pedro de Meneses y la fundación de la Casa de Vila Real*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties. Ed. original en portugués (2004): *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri. Disponible en: <<https://books.openedition.org/cidehus/5241>> (consultado en 31/05/2020).
- COSTA, Leonor Freire ; CUNHA, Mafalda Soares da (2006) — *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CUNHA, Mafalda Soares da (1999) — *Redes clientelares da Casa de Bragança (1560-1640)*. Lisboa: Ed. Estampa.
- DINIS, A.J. Dias (1974) — D. Pedro de Meneses, primeiro Conde de Vila Real e primeiro capitão e governador de Ceuta. *Studia*, 38, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, p. 517-562.
- FRANCO SILVA, Alfonso (1982) — Aportación al estudio de la sociedad feudal portuguesa: El señorío de Vila Real de Tras-os-montes. *Gades*, 9, p. 179-194.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1996) — *Brasões da Sala de Sintra*. 3 vols., 3ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- LABRADOR ARROYO, Félix (s.d.) — Pedro Damián de Meneses Portocarrero. In: REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA — *Diccionario Biográfico electrónico*. Disponible en: <<http://dbe.rah.es/biografias/112102/pedro-damian-de-meneses-portocarrero>> (consultado en 31/01/2020).
- LOBATO, Alexandre (1985) — Ainda em torno da conquista de Ceuta. *Clio*, vol. V, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 21-28.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal (1995) — *A Casa e o Estado do Infantado, 1654-1706. Formas e Práticas Administrativas de um Património Senhorial*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MOREL-FATIO, Alfred (1904) — Un grand d'Espagne, agent politique de Louis XIV. In: *Etudes sur l'Espagne*, III^e série, VII. Paris: E. Bouillon, p. 211-228.
- MOURA, Carlos Manuel da Silva (2017) — *A Casa senhorial dos condes e marqueses de Vila Real (séculos XV-XVI)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponible en: <<http://hdl.handle.net/10362/20464>> (consultado en 31/05/2020).
- OSÓRIO, Baltasar (1933) — *Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- PESSANHA, Fernando (2017) — A ascendência de D. Fernando de Meneses, capitão de Ceuta e 1º Conde de Alcoutim – Exemplo da relação entre os serviços no Norte de África e a atribuição de títulos nobiliárquicos. In: *XIX Jornadas de História de Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, p. 27-62.
- PESSANHA, Fernando (2019) — *D. Fernando de Meneses, capitão de Ceuta, 1º conde de Alcoutim e 2º marquês de Vila Real*. Olhão: Gente Singular (Cadernos António Rosa Mendes, 2).
- PINTO, Óscar Caeiro (2014) — *A linhagem de João Freire de Andrade, 1º senhor de Alcoutim*. Albufeira: Arandis Editora.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1999) — *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: Universidade Moderna (Coleção Estudos de Genealogia, Heráldica e História da família, 3).
- ROSA, Maria de Lurdes (2017) — Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XXX, p. 547-586.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (1990a) — Fondos documentales portugueses en el Archivo Ducal de Medinaceli en Sevilla. In: GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel; MIURA ANDRADES, José María (coords.) — *II Jornadas de Historia sobre Andalucía y el Algarbe, Siglos XIII-XVIII*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 83-95.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (1990b) — *Documentación de la Casa de Medinaceli: El Archivo General de los Duques de Segorbe y Cardona*. 2 vols. Madrid: Ministerio de Cultura.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (2008) — Baronías de los Moncada en los reinos de la Corona de Aragón: fondos documentales inéditos para su estudio. *Aragón en la Edad Media*. XX, p. 737-755.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (2014) — *El Archivo de los Adelantados de Andalucía (Casa de Alcalá)*. Sevilla: Universidad de Sevilla (serie: Historia y Geografía, nº 268).

- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (2015) — *El Archivo de los Caudillos del reino de Jaén (Casa de Santisteban del Puerto)*. Jaén: Instituto de Estudios Giennenses.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (2016) — Dos desconocidos reglamentos de archivos. *Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*. 16, p. 481-506.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (2017a) — El Archivo Ducal de Medinaceli: un Archivo de archivos. In: *IV Congreso Internacional Casa Noble: Un patrimonio para o futuro*. Actas Tomo I: Memória Histórica, Arquivos e Documentação familiar. Arcos de Valdevez, p. 557-588.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio (2017b) — Nobleza, Archivo y Mayorazgo. In: SUÁREZ, Ana (coord.) — *Escritura y sociedad: la nobleza*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia ; Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago, p. 329-342.
- SÉRGIO, António, (1971, original de 1919) — A conquista de Ceuta [ensaio de interpretação não-romântica do texto de Azurara]. In: *Ensaio*, ed. crítica orientada por Castelo Branco Chaves y otros, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, p. 253-271.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1961) — A conquista de Ceuta no Diário veneziano de António Morosini. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*, vol III, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, p. 543-550.
- SMITH, Selma Pousão (2008) — *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia de "Dissimulatio"*, 2 vols, Lisboa: G.M.M.
- TEIXEIRA, André (2004) — Uma linhagem ao serviço da «ideia imperial manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia. In: COSTA, João Paulo Oliveira e ; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coords.) — *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Actas do Colóquio Internacional, Cascais: Patrimónia, p. 109-174.
- THOMAZ, Luís Filipe Reis (1994) — *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel.
- WAGNER, Mafalda de Noronha (2007) — *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Edições Colibri.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir. / coord.) (1961) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols. Lisboa: Ed. Enciclopédia.

Anexo A - GUÍA GENERAL: Fondo histórico de la Casa de Meneses en el reino de Portugal: Condado y Marquesado de Vila Real; Condados de Alcoutim, Valença do Minho y Valadares; y Ducado de Caminha

MATERIAS	CRONOLOGÍA	SECCIÓN	SIGNATURA	
			Nº Legajos	Nº Documentos y Expedientes
<ul style="list-style-type: none"> - APUNTAMIENTOS: <ul style="list-style-type: none"> o Relaciones históricas sobre la antigüedad, nobleza, derechos y privilegios de la Casa de Vila Real o Decretos para informa, entrega de originales y de testimonios, e instrucciones para colocar documentos ingresados o revertidos al Archivo..... o Informes diversos sobre las Casas de Camiña y Medellín, de los Meneses y Portocarrero, en la Península Ibérica..... 	<p>Siglos XVII-XVIII</p> <p>1773-1876</p> <p>Siglos XVIII-XIX</p>	<p>CAMIÑA</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>3</p>
<ul style="list-style-type: none"> - PARTIDAS DE NACIMIENTO, FE DE BAUTISMO, TESTAMENTOS, FUNDACIONES DE MAYORAZGOS Y PARTICIONES DE BIENES..... 	<p>(1434) 1475-1718</p>	<p>-</p>	<p>1</p>	<p>4</p>
<ul style="list-style-type: none"> - DOTES, DISPENSAS Y CAPITULACIONES MATRIMONIALES..... - PATRONATOS, CAPELLANÍAS Y OBRAS PÍAS: 	<p>1475-1671</p>	<p>-</p>	<p>2</p>	<p>1</p>
<p>Monasterio de Ermida y su anexo de Baltar, en la diócesis de Lamego; abadía y rectoría de la Iglesia de San Salvador de Tangil en el condado de Valadares, diócesis de Braga; capellanías en Ceuta y memorias de misas y otras capellanías en Madrid (Convento de San Pedro y San Damián de capuchinas, Colegio de Santo Tomás, etc.)</p>	<p>1466-1717</p>	<p>-</p> <p>-</p>	<p>2</p> <p>3</p>	<p>2</p> <p>11</p>
<ul style="list-style-type: none"> - INVENTARIOS Y RELACIONES DE PAPELES Y HACIENDA: <ul style="list-style-type: none"> o Relación de cédulas reales a las Casa de Vila Real y Caminha en Portugal..... 	<p>1625</p>	<p>-</p>	<p>2</p>	<p>3</p>

o Relación de muebles y bienes raíces secuestrados a la Casa en el reino de Portugal.....	1668-1679	CAMIÑA	2	3
o Relaciones de rentas del estado de Alcoutim.....	1669	-	2	3
- ALIMENTOS CONSIGNADOS A LA CASA DE CAMIÑA EN ESPAÑA EN COMPENSACIÓN A LA PÉRDIDA DE LOS BIENES PORTUGUESES DE LA FAMILIA.....	1642-1764	-	2	4
- PLEITO POR LA SUCESIÓN Y LA RESTITUCIÓN DE LOS ESTADOS DE CAMINHA, VILA REAL, ALCOUTIM, VALENÇA Y VALADARES EN EL REINO DE PORTUGAL.....	1659-1694	-	2	5
- EMPRÉSTITOS Y JUROS.....	1524-1639	-	2	6
- POSESIONES: Alcaldía del castillo de Lapela y del lugar de San Pedro de la Torre en el estado de Vila Real.....	1644-1704	-	2	6
- VARIOS:				
o Encomienda de indios vacos del reino de Nueva España en el Perú.....	1644-1705	-	2	6 bis
o Conversos y judíos del reino de Portugal.....	1610-1673	-	2	6 bis
o Fórmula del juramento que el príncipe D. Pedro, hermano del rey Alfonso VI de Portugal, hizo cuando fue nombrado Gobernador del Reino.....	S. f. (1668)	-	2	6 bis
o Cartas particulares.....	1623-1643	-	2	6 bis
- CUENTAS DEL MAYORDOMO DEL MARQUÉS DE AYTONA Y DUQUE DE CAMIÑA, PEDRO CALDERÓN VILLEGAS; DEL GASTO ORDINARIO DE LA MAYORDOMÍA DE LA CASA.....	1681-1682	-	2	7

<p>- MEMORIAL AJUSTADO SOBRE AGRAVIOS POR LA PARTICIÓN DE BIENES DE LA DUQUESA DE CAMIÑA Y MARQUESA DE VILLA REAL D^{ta} BEATRIZ DE MENESES Y NORONHA.....</p> <p>- PRIVILEGIOS, MERCEDES, OFICIOS Y TÍTULOS TANTO DEL PERÍODO PORTUGUÉS COMO ESPAÑOL DE LA CASA.....</p> <p>o Gobierno y Capitanía General de Ceuta</p> <p>o Títulos de nobleza y otros privilegios.....</p>	<p>S. f. (Siglo XVII)</p> <p>1434-1808</p> <p>1463-1665</p> <p>1424-1668</p>	<p>CAMIÑA</p> <p>"</p> <p>ARCHIVO HISTÓRICO</p> <p>"</p> <p>"</p>	<p>1</p> <p>3</p> <p>97</p> <p>182</p> <p>272</p>	<p>4 bis</p> <p>1-115</p> <p>18</p> <p>1-39</p> <p>10-15R</p>
---	--	---	---	---

A atividade artística do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo na diocese de Coimbra

The artistic activity of the sculptor Francisco Gonçalves Pombo in the diocese of Coimbra

MIGUEL PORTELA

Investigador

magelo2001@gmail.com

ORCID: 0000-0002-6103-041X

Artigo entregue em: 5 de dezembro de 2019

Artigo aprovado em: 12 de agosto 2020

RESUMO

Francisco Gonçalves Pombo é um dos muitos ensambladores vimaranenses de quem pouco se sabia e cuja atividade conhecida se encontra documentada para a diocese de Coimbra a partir de 1647.

O processo de aprendizagem e formação artística, praticado nas oficinas artísticas de Guimarães, permitiram-lhe conquistar notoriedade e prestígio no norte e centro de Portugal, sendo apontado nessa época como *“Mestre de escultura e arquitectura”*.

Neste contexto, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre a vida e obra de Francisco Gonçalves Pombo dando a conhecer alguns elementos genealógicos da sua família e das suas relações interpessoais, assim como alguns contratos respeitantes à sua atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Francisco Gonçalves Pombo; Ensamblador; Século XVII.

ABSTRACT

Francisco Gonçalves Pombo is one of the many vimaranenses sculptor of whom little was known and whose known activity has been documented for the diocese of Coimbra since 1647.

The process of learning and artistic training, practiced in the artistic workshops of Guimarães, allowed him to gain notoriety and prestige in the north and center of Portugal, being appointed at that time as "*Master of sculpture and architecture*".

In this context, we intend to deepen the knowledge about the life and work of Francisco Gonçalves Pombo, making known some genealogical elements of his family and his interpersonal relationships, as well as some contracts regarding his activity.

KEYWORDS: Francisco Gonçalves Pombo; sculptor; 17th Century.

Estado da questão

Nos séculos XVI e XVII, as ruas de Guimarães fervilhavam de artistas onde arquitetos, ensambladores, escultores, pintores, carpinteiros, pedreiros, entre outros, eram requisitados para as mais diversas empreitadas artísticas. Muitos desses artistas alcançaram notoriedade e prestígio no norte e centro de Portugal, como foram os casos dos arquitetos João Lopes de Amorim e Domingos de Freitas, dos escultores Mateus de Andrade e seu filho António de Andrade, entre tantos outros. É neste contexto que enquadrámos o ensamblador Francisco Gonçalves Pombo para o qual se documenta contratualmente a sua presença na cidade de Coimbra, conforme nos propomos analisar.

A mais antiga referência a Francisco Gonçalves Pombo é-nos oferecida pelo cônego Prudêncio Quintino Garcia, em 1923, que publicou o contrato da obra, um retábulo para a igreja de S. José das Lavegadas. O citado autor, alude ainda à sua presença num contrato de um retábulo para a igreja do convento de S. Domingos de Coimbra ajustado a Samuel Tibau. A menção seguinte é a de António Lopes de Carvalho, em 1944, na sua obra *Os Mesteres de Guimarães*, que indica um contrato de um retábulo com sacrário ajustado entre o reitor do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e Francisco Gonçalves Pombo. No ano seguinte, Diogo de Macedo referencia o nome deste ensamblador na sua obra *A Escultura Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*.

Só na década de setenta do século XX, através de Manuel Lopes de Almeida, voltamos a encontrar novas referências documentais sobre Francisco Gonçalves Pombo, nomeadamente com a publicação de uma escritura de fiança onde se apresenta como fiador o marceneiro Diogo Mendes. Em 1981, Flávio Gonçalves no seu estudo sobre *A talha na arte religiosa de Guimarães*, reafirma a presença deste ensamblador na citada encomenda retabular para os cônegos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Apesar das obras e estudos já indicados, apurámos que no presente século XXI, ignoraram-se por completo as referências sobre a atividade artística de Francisco Gonçalves Pombo. Este ensamblador, por exemplo, não figura na *História da Arte em Portugal. O Barroco* de Vítor Serrão, editada em 2003, nem no *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*, publicado em 2008 e coordenado por Natália Marinho Ferreira-Aves, nem mesmo na dissertação de doutoramento de António Oliveira, *Clientelas e Artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2011.

De idêntico modo, sucede o mesmo para a cidade de Coimbra onde não achámos quaisquer alusões a este artista em obras e estudos onde poderia figurar, mormente na obra de João Pinho, *Freguesia de Santa Cruz. História, Memória e Monumentalidade*, editada em 2010, ou na obra de Maria de Lurdes Craveiro, sobre *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, editada em 2011.

Partindo do estado da questão das obras e estudos onde se alude a Francisco Gonçalves Pombo, analisam-se seguidamente os novos elementos e descobertas importantes que nos permitem um salto qualitativo no conhecimento do percurso de vida e artístico deste ensamblador seiscentista.

1. Francisco Gonçalves Pombo: aspetos genealógicos

No que respeita aos elementos biográficos deste ensamblador, ficou por apurar um dado relevante, apesar dos esforços despendidos nos vários livros paroquiais de Guimarães: a data do seu batismo. Porém, sabemos que Francisco Gonçalves Pombo era filho de Gonçalo Gonçalves e de Isabel Alvres, solteira e morava na Rua da Caldeiroa, em Guimarães. Em 9 de abril de 1635 contraiu matrimónio com Maria de Sampaio filha de Belchior Fernandes e de Francisca Gonçalves. No quadro da sua vida familiar, asseveramos que teve cinco filhos da sua esposa Maria de Sampaio: Serafina que nasceu em 14 de janeiro de 1636; uma rapariga que nasceu em 6 de abril de 1638;

Joana que nasceu em 27 de dezembro de 1641 tendo assistido como padrinho o pintor Diogo Vaz; Maria que nasceu em 23 de julho de 1644; e Francisca batizada em 14 de novembro de 1648 (figura 1).

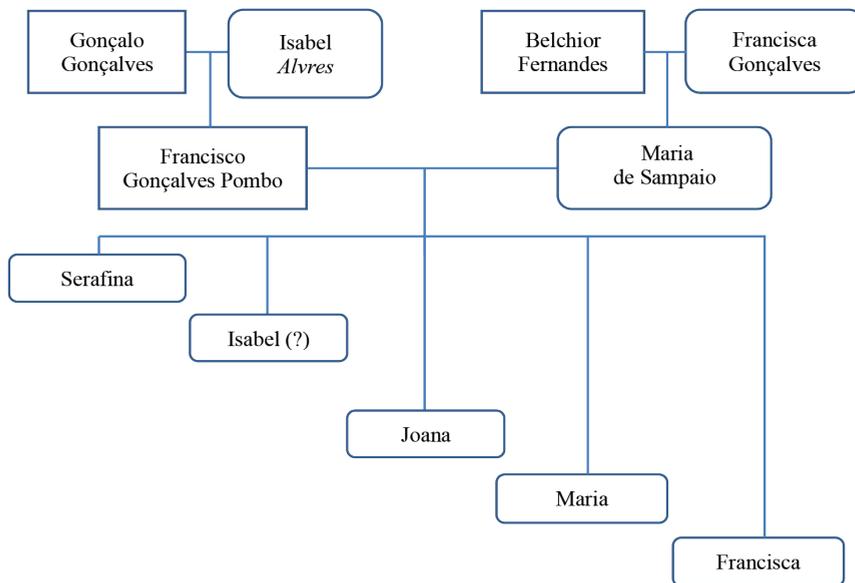


Fig. 1 - Esquema resumo da família de Francisco Gonçalves Pombo.

Desde 1628 que Francisco Gonçalves Pombo surge mencionado como morador na Rua da Caldeiroa, possivelmente, em casa de seu pai. Todavia, em 1638, passou a residir com a sua família na Rua Nova das Oliveiras, na mesma freguesia de S. Sebastião de Guimarães.

2. Francisco Gonçalves Pombo: a sua aprendizagem

Não sabermos nem onde nem como Francisco Gonçalves Pombo terá desenvolvido o seu processo de aprendizagem nem a data em que passou de ensamblador¹ a mestre de escultura e arquitetura². Contudo, por com-

¹ Registo de casamento de José de Faria, filho do imaginário António Luís, com Inácia de Abreu firmado em 17 de maio de 1649, onde Francisco Gonçalves Pombo surge arrolado como ensamblador. Apêndice documental – doc. 8.

² CARVALHO, 1944: 70.

paração com os elementos analisados para este processo na época em causa, podemos admitir que Francisco Gonçalves Pombo terá seguido um percurso idêntico a outros ensambladores, com a particularidade de na rua onde habitou se localizarem diversas oficinas dos mais relevantes mestres seiscentistas da cidade de Guimarães.³ A título de exemplo, destacamos as oficinas do arquiteto Domingos de Freitas, do imaginário Domingos Coelho⁴, dos pedreiros Simão Alvres⁵ e Pero João⁶, do pintor Simão Alvres⁷, do ensamblador António Pereira⁸ ou mesmo do carpinteiro António Gonçalves.⁹

Um dado relevante no que se refere à sua aprendizagem e formação artística reside no facto de seu pai Gonçalo Gonçalves¹⁰ ter sido pedreiro e trabalhado com o arquiteto Domingos de Freitas, que também vivia na mesma

³ Sobre o percurso profissional e de aprendizagem veja-se, por exemplo, FERREIRA-ALVES, 1989 e LOURENÇO, 2018: 57-62.

⁴ A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 2, fls. 44v-45.

⁵ *"Aos dez de março de mil e seiscentos e trinta e quatro annos naceo Bento filho de Simam Alvres, Pedreiro e de sua mulher Maria Lopez da Rua Caldeiroa, e foi bautizado por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja aos quatorze dias do ditto mes. Foram padrinhos Bento Barboza filho de João Lopez Amorim e Sarafina Barborza mulher do João Peixotto de Miranda, Meirinho da Correição. (a) Francisco Leite Ferreira"*, A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 2, fl. 72v.

⁶ A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 2, fls. 44v-45.

⁷ *"Angela filha do Simam Alvres, Pintor da Rua Caldeiroa, e de sua mulher Maria Lopez naceo quarta feira de cinza vinte e hum dias de fevereiro de mil e seiscentos e trinta e cinco annos, e foi bautizada por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja aos vinte e seis dias do ditto mes. Foram padrinhos Gaspar Alvres, pai do ditto Simam Alvres, natural de Arrifana do Sousa. (a) Francisco Leite Ferreira"*, A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 1, fl. 69v.

⁸ A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 4, fl. 51. António Pereira, era natural de Braga conforme se pode atestar no registo de seu casamento que é o que se segue: *"< António Pereira com Isabel da Silva > Aos des dias do mes d'Agosto de seiscentos e vinte he oito recebi per palavras de prezente a António Pereira natural da cidade de Bragua com Isabel da Silva de Soalhais desta freguesia de São Sebastião de Guimarães. Testemunhas prezentes Gaspar de Faria, Seleiro, Hieronimo Alvres, Espingardeiro he Francisco da Costa, Mercador. (a) Sebastião Luis"*, A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 1, fl. 33v.

⁹ *"João filho de António Gonsalves, Carpinteiro e de sua mulher António Gonsalves de Rua Caldeiroa naceo aos vinte e sete dias do mes de maio de mil e seiscentos e trinta e seis annos e foi bautizado por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja ao derradeiro dia do ditto mes. Foram padrinhos Francisco Vieira de Rua Caldeiroa, e Anna de Freitas filha de Gaspar Domingues, Pedreiro do Sabugal. (a) Francisco Leite Ferreira"*, A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 3, fl. 83v.

¹⁰ Apêndice documental – doc. 4.

Rua da Caldeiroa.¹¹ Domingos de Freitas¹² era filho de Belchior de Freitas e de Catarina Gonçalves de S. Lourenço de Golães tendo casado em 30 de janeiro de 1634 com Brites Coelha, filha do imaginário Domingos Coelho e de Maria Correia da Rua da Caldeiroa. De idêntico modo, Domingos Coelho surge por vezes referido como arquiteto, tendo falecido em 26 de setembro de 1633.¹³ Estes dados genealógicos apontam para as relações familiares e profissionais entre os vários artistas da época, criadas no âmbito das “*dinastias de artistas*” e do seu processo nobilitador do estatuto social do artista.

Depois de constituir família, Francisco Gonçalves Pombo passou a residir na Rua Nova das Oliveiras junto à casa do escultor André de Faria¹⁴, nas pro-

¹¹ Trata-se de uma das ruas mais antigas de Guimarães, aparecendo com esta designação em várias documentação medieval.

¹² “< Domingos de Freitas com Britis Coelha > Aos trinta dias do mes de janeiro de mil, e seiscentos e trinta e quatro annos em presença de mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja do São Sebastiam da villa de Guimaraes, e do Reverendo Conego Domingos // [fl. 43] Barroso, e de António Alvres, Sirgheiro da Rua dos Mercadores e do Pero João, Pedreiro da Rua Caldeiroa, e outras pessoas casaram por palavras de presente Domingos de Freitas filho de Belchior de Freitas, e de sua molher Catherina Gonsalves de São Lourenço de Gullães com Brittis Coelha filha de Domingos Coelho, Imaginario defunto, e de sua molher Maria Correia da Rua Caldeiroa desta freguesia e lhe dei as benções nupcias. (a) Francisco Leite Ferreira”, A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 2, fls. 44v-45. “Jeronyma filha de Domingos de Freitas, Architecto da Rua Caldeiroa e de sua molher Brittes Coelha naceo aos seis de mayo de mil, e seiscentos, e quarenta e hum annos e foi bautizada por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Egreja aos doze do ditto mes. Foram padrinhos Domingos de Campos, e Isabel Antunes molher de Antonio Alvres da Rua dos Mercadores. (a) Francisco Leite Ferreira”, A.M.A.P., Livro de Batismos de S. Sebastião de Guimarães [1630-1853], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-442, assento n.º 6, fl. 13v.

¹³ “Aos vinte e seis dias do mes de setembro de mil e seiscentos e trinta e tres annos faleceo Domingos Coelho, Architecto da Rua Caldeiroa com todos os Sacramentos. Fes testamento, sepultou-se no Mosteiro de São Domingos. (a) Francisco Leite Ferreira”, .M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 4, fl. 152v.

¹⁴ “< Andre de Faria com Maria Francisca > Aos vinte e cinco de dezembro depois do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta nesta Igreja de Sam Sebastiam em minha presença e de Joam Pinheiro, Barbeiro, e de Thome Ribeiro, Sapateiro das Lagens do Toral, e de Francisco Gonsalvez da Oliveira, e de outras pessoas se casaram por palavras de presente Andre de Faria filho de Andre Mariz de Faria e de Antónia Gomes, solteira da freguesia de Sam Payo de Seide termo de Barcellos, e de Maria Francisca filha de António Francisco defunto e de sua molher Cecilia Gonsalves da Rua Nova das Oliveira desta freguesia. (a) Francisco Leite Ferreira”, A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 3, fl. 51. “Maria filha de Andre de Faria, Escultor, e de sua molher Isabel Francisca da Rua Nova das Oliveiras naceo aos seis de julho de mil e seiscentos e quarenta e hum e foi bautizada por mim Francisco Leite Ferreira Cura desta Igreja de S. Sebastiam aos doze do ditto mes. Foram padrinhos Jeronymo de Oliveira da Rua Sapateira e Inacia de Abreu da Rua Nova das Oliveiras molher de Domingos Alvres. (a) Francisco Leite Ferreira”, A.M.A.P., Livro de Batismos de S. Sebastião de Guimarães [1630-1853], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-442, assento n.º 3, fl. 14. André de Faria faleceu em 28 de dezembro de 1657,

ximidades das residências onde viviam o imaginário João Lopes, o pedreiro Gonçalo Gonçalves¹⁵, o escultor Mateus de Andrade¹⁶, e na mesma freguesia onde tinham oficina os ensambladores António da Fonseca¹⁷, Francisco Mendes¹⁸ e Francisco Ribeiro¹⁹, e os pedreiros Gaspar Gonçalves²⁰ e Pero Lopes.²¹

3. Francisco Gonçalves Pombo na cidade de Coimbra

A vinda de Francisco Gonçalves Pombo para Coimbra poderá estar relacionada com a presença do arquiteto vimaranense Domingos de Freitas e seu irmão Pedro de Freitas nas obras do novo mosteiro de Santa Clara.²² Sabemos

"Andre de Faria morador nas Rua Nova das Molianas, faleceu aos vinte e oito de dezembro de seiscentos e sincoenta e sete, com todos os Sacramentos. Fes testamento, sepultou-se em S. Domingos. (a) Francisco de Freitas", A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-437, assento n.º 5, fl. 185v.

¹⁵ *"< João Mendiz com Maria de Magalhães > Aos vinte e oito de junho de seiscentos e desasseis recebeu o Padre Fernão do Canto de minha < licença > a João Mendiz, com Maria de Magalhães. Testemunhas João Lopes, Maginário e Gonçalo Gonsalvez, Pedreiro, e por verdade me assinei eu Gonsalves, era ut supra. (a) Sebastião Luis", A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 4, fl. 27v.*

¹⁶ *"Margarida filha do Matheus de d'Andrade, Sculptor, detras o muro, e do sua mulher Maria Mendez naceo aos onze de outubro de mil e seiscentos e trinta e cinco annos, e foi bautizada de minha licença pello Reverendo Gaspar Novaes de Campos, Vigario de S. Cosmade de Lobeira aos quatorze dias do ditto mes. Foram padrinhos Custodio Moreira de S. Torquado e molher de Pero do Prado da ditta freguesia de S. Cosmado. (a) Francisco Leite Ferreira", A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 4, fl. 80. Mateus de Andrade faleceu em 31 de março de 1644, "Matheus d'Andrade, Escultor de tras o muro, faleceu aos trinta e hum de março de mil e seiscentos, e quarenta e quatro annos com os Sacramentos de Confissam, e Unçam, nam fes testamento. Sepultouse no Mosteiro de S. Francisco. (a) Francisco Leitte Ferreira", A.N.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-437, assento n.º 5, fl. 165.*

¹⁷ A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 4, fl. 46-46v.

¹⁸ *"Agostinho filho de Francisco Fernandes, Tecelam, e de sua molher Catherina Vaz do Guardal naceo aos vinte e oito dias do mes de agosto [de 1635] foi bautizado por mim Francisco Leite Ferreira desta Igreja ao primeiro dia de setembro do ditto anno. Foram padrinhos Francisco Antunes, filho de Domingos Antunes Moreno, Mercador, e Isabel Mendiz filha do Francisco Mendiz, Enxambrador do Campo da Feira. (a) Francisco Leite Ferreira", A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 1, fl. 79v.*

¹⁹ Ibidem, assento n.º 4, fl. 73v.

²⁰ A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 5, fl. 49v.

²¹ Ibidem, assento n.º 1, fl. 50.

²² VENTURA, 1979: 211-250, DIAS, 1980: 491-497 e SILVA, 2000: 55-57; 81-84.

que Domingos de Freitas firmou, em 16 de março de 1649, um contrato para executar diversos trabalhos para esse mosteiro, tendo falecido nesta cidade em 28 de novembro de 1654, enquanto mestre das obras.²³ Recordamos o facto de que a família de Domingos de Freitas assegurou, no âmbito do processo nobilitador do estatuto social do artista, a continuidade das ligações familiares aos artistas e obras na cidade de Coimbra. Em 21 de dezembro de 1663, sua filha Magdalena Coelho, contraiu matrimónio com Manuel Dias Veloso, mestre das obras do novo mosteiro de Santa Clara de Coimbra.²⁴

A documentação que investigámos permite-nos atestar a presença de Francisco Gonçalves Pombo e da sua família, nesta cidade de Coimbra, entre os anos de 1647 e 1676. Sabemos, por exemplo, que sua filha Isabel Sampaio casou nesta cidade em 4 de julho de 1655 com Martinho de Azevedo, natural de Cabeceira de Basto²⁵, assim como sua esposa Maria de Sampaio aqui faleceu em 8 de julho de 1676.²⁶ Francisco Gonçalves Pombo terá regressado com a sua família²⁷ para Guimarães, pouco tempo depois do óbito de sua esposa, pois veio a falecer em Guimarães, na freguesia de S. Sebastião, em 26 de setembro de 1680, tendo sido sepultado no Convento de S. Domingos.²⁸

É relevante evidenciar uma escritura lavrada em Coimbra, em 17 de outubro de 1654, onde Francisco Gonçalves Pombo (aqui identificado como escultor), então morador nesta cidade, deu fianças das custas de uma causa com a apresentação de Diogo Mendes, marceneiro, como seu fiador.²⁹ Reconhecemos que este ensamblador era privilegiado da Universidade de Coimbra, e que nessa data revelava uma perfeita integração no meio artístico desta cidade pois que este ato foi presenciado pelos marceneiros Domingos Gomes e Bernardo Craveiro. Nessa data, Francisco Gonçalves Pombo deslo-

²³ “< Santa Clara. Domingos de Freitas. Testamento > Faleceu da vida presente Domingos de Freitas, Mestre das Obras do Mosteiro de Santa Clara em 28 de novembro de 1654, o qual foi encommendar a Deos sua alma os Padre Cappellôis desta Seé. Fes seu testamento. Seu corpo esta sepultado na Igreja de S. Pedro junto ao [...] de que fis este e asinei dia, mes e era ut supra. (a) O Padre João da Murta”, Arquivo da Universidade de Coimbra [A.U.C.], Livro Misto da Sé Nova de Coimbra [1644-1665], III-2.ºD, PT/AUC/PAR/CBR25/001/0006, assento n.º 3, fl. 196v.

²⁴ Ibidem, assento n.º 3, fls. 159-159v.

²⁵ Ibidem, assento n.º 4, fl. 139v. Deste casamento houve geração.

²⁶ Apêndice documental – doc. 11.

²⁷ O Doutor Martinho de Azevedo veio a falecer na freguesia de S. Sebastião em Guimarães em 23 de setembro de 1692 tendo feito testamento e deixado como herdeira sua esposa Isabel Sampaio, vd. A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1669-1708], PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-439, assento n.º 1, fl. 66v.

²⁸ Apêndice documental – doc. 12.

²⁹ Apêndice documental – doc. 9.

cou-se a Guimarães para comprar madeiras, tendo ficado arrolado que *“aseitara nella Andre de Faria, Escultor por huma encuria e por o suplicante dar pervilegio da dita Univercidade tirara para segunda e terseira carta remesoria do Conservador para o Juis de Fora da dita villa de Guimarães remeter as outras a esta Conservatoria o qual nam comprindo as cartas sentensiará comtra elle a cauza e pella semtensa que dera o Juis de Fora desta cidade o mandara requerer para pagar ou dar bens a penhora”*.³⁰ Pediu Francisco Gonçalves Pombo *“aos ditos Senhores Reitor e Deputados mandasem que o Sindico da mesma Univercidade lhe aestise na dita cauza dando fiança as custas”*.

4. Periodização da obra de Francisco Gonçalves Pombo

Em 1981, Flávio Gonçalves inseriu a atividade de Francisco Gonçalves Pombo no período definido como Protobarroco³¹ (1619-1668), afirmando esse autor que *“Entrara-se num período da talha que, pela riqueza das decorações, se poderá chamar proto-barroco – período em que houve bons entalhadores em Guimarães, conhecidos mesmo extra-muros”*.³² Contudo, como veremos, a sua obra retabular, desenvolvida na diocese de Coimbra entre 1647 e 1671, enquadra-se dentro do formulário Epimaneirista³³, ou como lhe chama Francisco Lameira³⁴, no gosto que prenuncia o triunfalismo contra-reformado.³⁵

³⁰ Apêndice documental – doc. 9.

³¹ Uma das grandes inovações deste período diz respeito ao surgimento dos camarins ou tribunas destinados à exposição do Santíssimo. Outras das inovações corresponde à generalização dos retábulos devocionais a um só tema assumindo uma tipologia composta por um corpo único e um só tramo. Os retábulos que aqui documentamos referentes a Francisco Gonçalves Pombo não se enquadram nestas inovações.

³² GONÇALVES, 1981: 9-10 e LAMEIRA e SERRÃO, 2002/2003: 55.

³³ *“Figurino sequencial ao do Maneirismo tardio dos Coelhos, sem mostras de inflexão a um programa que, nas suas linhas essenciais de planimetria, continuava a inspirar-se em derivações serlianas e a tirar partido do enquadramento de pinturas de cavalete dispostas em andares, ou ainda de avantajadas estruturas de sacrários (...) Continua-se a insistir num figurino de retábulos que recorre à escultura de vulto redondo e aos baixo-relevos historiados, ou à pintura de cavalete, para animar nichos, intercolúnios e edículas dispostos em sobreposição rígida de andares”* vd. SERRÃO, 2003: 80-86.

³⁴ LAMEIRA, 2016: 15-25.

³⁵ PIMENTEL, 2002: 239-258 e SERRÃO, 2003: 80-86. Nesta conjuntura artística são ensaiadas algumas soluções inovadoras, destacando-se as seguintes: maior preenchimento da parede testeira, decréscimo da pintura figurativa, gradual valorização da escultura, emprego sistemático dos retábulos devocionais a um só tema, evidenciando-se ao mesmo tempo algumas características

A obra do retábulo de S. José das Lavegadas (c. Vila Nova de Poiares), ajustada em 1659, apresenta-se com colunas com estrias e terços inferiores ornados, assim como de outros elementos tradicionais.³⁶ Obra nada “ao moderno” e nada inovadora, retardatariamente para a data, justificada com o peso da tradição, o poder económico e os gostos de uma clientela que apreciava e encomendava este tipo de retábulos.³⁷ Podemos admitir que o retábulo executado por este ensamblador em 1671, para a igreja de Tourais, seguiu ainda esta tradição.³⁸ Tenhamos presente, como afirmou Horácio Bonifácio, que “o frequente atraso da implantação e o longo tempo de subsistência de movimentos artísticos em Portugal, o processo de adaptação à realidade interna, e o recurso sistemático à tradição, são factores que condicionam claramente o desenvolvimento da cultura arquitectónica nacional”.³⁹

4.1. Um retábulo para os cónegos de Santa Cruz de Coimbra

A primeira obra do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo, de que temos conhecimento, foi a encomenda de um retábulo pelos cónegos de Santa Cruz de Coimbra. António Lopes de Carvalho na sua obra *Os Mesteres de Guimarães*, editada em 1944, avançou que “Francisco Gonçalves Pombo - «Mestre de escultura e arquitectura». Contrata fazer ao P.e Reitor de S.ta Cruz de Coimbra, em 1647, «um retábulo e sacrário, com duas figuras colaterais a estes». Tinha a sua oficina na Rua das Oliveiras, extra-muros”.⁴⁰

Ainda que sucinta, esta informação revela o interesse dos cónegos de Santa Cruz de Coimbra em ajustar a feitura de um retábulo a um mestre de

retardatárias, nomeadamente o uso de colunas clássicas com o fuste diferenciado e parcialmente ornamentado. Agradecemos penhoradamente ao Professor Doutor Vítor Serrão a sua preciosa partilha de informação e análise no que se refere ao enquadramento deste ensamblador no espaço e no tempo.

³⁶ Veja-se também a análise sobre o Barroco no norte da bacia do Douro vd. FERREIRA-ALVES, 2005: 135-153.

³⁷ Um gosto que teve duradoura continuidade regional como concluiu GONÇALVES, 1987.

³⁸ Atente-se para a reflexão de Vítor Serrão sobre acertos teórico-metodológicos no património artístico português, vd. SERRÃO, 2017: 8-24.

³⁹ BONIFÁCIO, 2010: 178.

⁴⁰ CARVALHO, 1944: 70. Flávio Gonçalves no seu estudo sobre *A talha na arte religiosa de Guimarães* refere-se a Francisco Gonçalves Pombo da seguinte maneira: “a quem os cónegos do convento de Santa Cruz de Coimbra encomendaram em 1647 um retábulo acompanhado de esculturas”, GONÇALVES, 1981: 342. Flávio Gonçalves remete esta sua afirmação para um uma nota citando a obra de CARVALHO, 1944: 70.

arquitetura de Guimarães, indicativo da reputação e prestígio de Francisco Gonçalves Pombo nessa época. Desconhecemos os contornos deste contrato no caso concreto dos apontamentos e risco para este retábulo, o que inviabiliza quaisquer análises estilísticas ao mesmo.

4.2. O retábulo da capela-mor da igreja do Convento de S. Domingos de Coimbra

Em 21 de abril de 1648, os religiosos do Convento de S. Domingos de Coimbra ajustaram com Samuel Tibau, marceneiro, a obra do *“Retabollo do altar mor com o sacrario e imagem de Sam Domingos do tamanho da imagem de Sam Pedro Mártir que está no altar mor do ditto Comvuento”* pela quantia de 480.000 réis.⁴¹ Comprometeu-se Samuel Tibau a dar esta obra concluída no dia de Santo André de 1649, apresentando nesse ato como seu fiador o picheleiro Domingos Gonçalves, morador nesta cidade. Embora não possamos ser assertivos quanto à autoria inicial do risco da obra, alcançamos que este retábulo foi o resultado da opção e gosto de quem a encomendou, uma vez que, uma parte foi riscada por Simão Tibau, outra parte por Manuel Tibau, e o risco do remate do retábulo ficou apenas arrolado como tendo sido assinado pelo tabelião e o reverendo padre prior, mas que cremos, tenha sido riscado por um outro artista.

A presença de Francisco Gonçalves Pombo no ato notarial, enquanto testemunha como mestre de arquitetura, explícita, desde logo, a sua proximidade a estes círculos eruditos e credenciados.

De acordo com os documentos publicados pelo cónego Prudêncio Quintino Garcia, notamos que em 1664, foi este retábulo mandado dourar ao pintor Luís Alveres pela quantia de 750.000 réis.⁴²

⁴¹ 1654, dezembro, 15, Coimbra – Trelado do contrato da obra de um retábulo para a capela-mor do convento de S. Domingos de Coimbra entre os religiosos desse convento e o marceneiro Samuel Tibau lavrado em 21 de abril de 1648, vd. A.U.C., *Liv. 13 do cart. de S. Domingos*, fls. 563-566v, publicado em GARCIA, 1923: 104-109. Não foi possível confrontar a transcrição realizada pelo cónego Prudêncio Quintino Garcia com este trelado uma vez que no volume 13 do acervo do Mosteiro de S. Domingos existe um hiato na numeração, havendo vestígios de corte e falta de fólios. Neste volume encontram-se em falta os fólios 554 a 568, certamente, onde teria sido lavrada o trelado desta escritura. Constatamos que em 15 de dezembro de 1654 foi mandado lavar pelos religiosos de S. Domingos um trelado deste contrato. Veja-se sobre Samuel Tibau o estudo de SMITH, 1962: 1-13.

⁴² GARCIA, 1923: 110-112.

4.3. Um retábulo para a igreja de S. José das Lavegadas

Entre 1650 e 1662, foram executadas diversas obras na igreja de S. José das Lavegadas. Precisamente, em 22 de fevereiro de 1650 foi ajustada a obra da capela-mor e sacristia desta igreja aos empreiteiros André Lucas e Simão Jorge.⁴³ Anos mais tarde, em 24 de março de 1659, foi adjudicada a obra de um retábulo para a capela-mor desta igreja entre a Mesa da Fazenda da Universidade de Coimbra e Francisco Gonçalves Pombo pela quantia de 14.000 réis.⁴⁴ Este contrato reveste-se de interessantes pormenores, pois descreve com detalhe algumas especificações estruturais e decorativas: *“Tem o retabolo do altar mor de que se tracta nove palmos de largura e onze de comprimento e altura para o tecto com seu banco entalhado com quatro columnas de seis palmos de comprimento dos terços para cima estriados com seus capiteis corinthios, com seu frizo em cima guarnecido com sua cimalha e molduras ordinarias. Mais um remate no meio e seu nicho para o Santo José de comprimento de cinco palmos esforçados e tres e meio de largura, e dois paineis, um de uma banda, e outro de outra”*.⁴⁵ Esta descrição permite reconhecer uma tipologia muito frequente, a de um corpo único e três tramos, com quatro colunas estriadas nos terços superiores e capitéis coríntios e um nicho para o orago com dois painéis, um de cada lado.⁴⁶

Pouco tempo depois, em 14 de janeiro de 1662, foi arrematada a António Simões a obra do forro da capela-mor e sacristia pela quantia de 9.000 réis.⁴⁷ Esta empreitada consistiu em *“forar a capella mor per baixo das pernas a qual leuava molduras pellos encontros e o foro junto das paredes todas feitas com seu frizo pello meio e goncos e auesas pellas ilhargas e serão de grosura da taboa caixal e com seus emtablamentos com alquitraue e o foro será bom e de reseber do pé de castinheiro e se obrigaua a fazer o foro da capella na dita forma em preço dos ditos noue mil rês que hé a capella e sancrestia da dita igreja de S. Iozé da Lauegada”*.⁴⁸ Notamos assim, que as ilhargas deste retábulo e as paredes laterais da capela-mor desta igreja foram preenchidas por

⁴³ ALMEIDA, 1970: 226-228.

⁴⁴ Apêndice documental – doc. 10.

⁴⁵ Apêndice documental – doc. 10.

⁴⁶ Veja-se sobre a retabulística Epimaneirista e Protobarroca na obra de SERRÃO, 2003: 80-86.

⁴⁷ ALMEIDA, 1970: 265-267. Em 14 de janeiro de 1662 António Simões deu fiança da obra conforme podemos atestar através de uma escritura apresentado como fiador a Miguel Freire, porteiro no Colégio Real, vd. A.U.C., *Escrituras da Universidade*, T. XXIV, Livro 3.º, fls. 18v-20.

⁴⁸ ALMEIDA, 1970: 265-266.

uma composição estruturada com molduras e forradas com um friso e com os entablamentos com arquitrave. Prenúncio de uma clientela mais esclarecida e abonada de recursos monetários que procurou valorizar o seu templo com o preenchimento da capela-mor com talha, forro, painéis e pinturas várias.⁴⁹

4.4. Um retábulo para a antiga igreja de Tourais

Um outro trabalho seu, agora descoberto no decorrer desta investigação, foi um retábulo para a antiga igreja de Tourais encomendado em 1671 pelo Cabido da Sé de Coimbra pelo montante de 25.000 réis. Num *Livro de Despesas da Sé* ficaram registadas as seguintes verbas: “< Retabolo de Tourais > # Mandou o Reverendo Cabido fazer o Retabolo da Igreja de Tourais, e tomou a empreitada Francisco Gonsalvez Pombo desta cidade em presso de vinte e cinco mil reis de que fes asinado e ao fazer delle resebeu des mil reis e o mais resto se lhe hade dar estando a obra de todo feita e asentado o Retabollo e asinou aqui – 10φ000. (a) Francisco Pombo”⁵⁰, “< Retabolo de Tourais > A 22 de julho de 671 dei a Francisco Gonsalvez Pombo, Marsineiro a conta do Retabolo de Tourais e fica a primeira resibo fol. 16 - 5φ000. (a) Francisco Gonsalvez Pombo”⁵¹, “< Retabollo de Tourais > # A 26 de agosto de 671 dei tres mil reis a Francisco Gonsalvez Pombo a conta do Retabolo de Tourais - 3φ000. (a) Francisco Gonsalvez Pombo”⁵² e “< Retabollo de Tourais > # A 25 de 8bro [outubro] de 671 dei a Francisco Gonsalvez Pombo sete mil reis que com as adesõis fl. 16 et fol. 22vº fazem vinte e cinco mil reis em que tomou a empreitada, o feitio do Retabollo de Tourais e de como resebeu a ditta quantia asinou aqui. (a) Francisco Gonsalvez Pombo”.⁵³ Apesar de não dispormos de dados específicos relativos aos apontamentos ou mesmo ao risco para esta obra, cremos, que este retábulo tenha seguido possivelmente o modelo do retábulo de S. José das Lavegadas (figura 2).

⁴⁹ “Em Portugal este foi, aliás, o processo inaugural de aproximação à arquitectura barroca, e, embora seja difícil estabelecer a cronologia rigorosa destas primeiras experiências, o seu atraso em relação ao desenvolvimento do movimento na Europa é evidente, e é, também justificável no quadro de uma primeira metade de seiscentos instável e crítica, devido ao agudizar de uma crise interna com a perda da independência, e com os inevitáveis ajustes e preocupações decorrentes da restauração e consolidação das estruturas nacionais nos primeiros anos após 1640, vd. BONIFÁCIO, 2010: 178.

⁵⁰ A.U.C., *Despesas das Igrejas da Sé*, Dep. III,1,2,4,95, fl. 16 (item 2).

⁵¹ Ibidem, fl. 16v (item 3).

⁵² Ibidem, fl. 23 (item 2).

⁵³ Ibidem, fl. 24 (item 2).

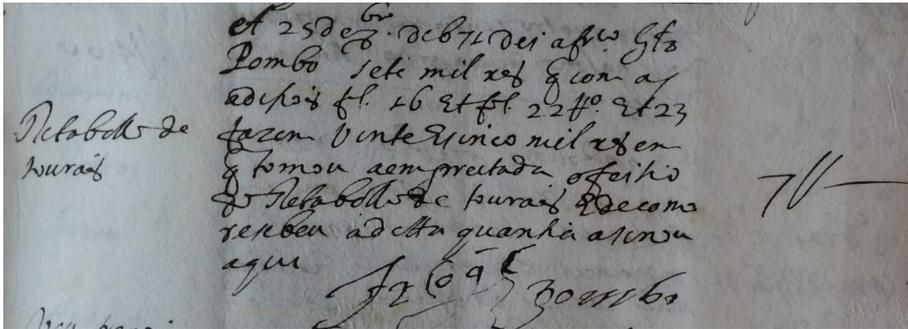


Fig. 2. Verba da obra do retábulo de Tourais assinada por Francisco Gonçalves Pombo.

Francisco Gonçalves Pombo executou outros trabalhos para esta igreja, conforme ficou arrolado no livro que vimos transcrevendo: "< Taburnos Tourais > # Dei a Francisco Gonsalvez Pombo dous mil e quinhentos reis de dous taburnos que fes no altar de Touraes que escreveu o Cura concordar com elle - 2φ500. (a) Francisco Gonsalvez Pombo".⁵⁴

Pouco tempo depois, o douramento deste retábulo foi ajustado a Francisco de Matos e Marcos de Matos pela quantia de 50.000 réis, tendo sido arrolada a seguinte verba: "< Retabolo de Tourais. Dourado > # Ordenoume o Cabido mandasse dourar o Retabolo de Tourais o qual se pos a preguam na forma dos apontamentos que se fizerão e o tomarão a empreitada Francisco de Mattos e Marcos de Mattos em presso de sincoenta mil reis que foi o menor lansso e a 18 de 9bro [novembro] de 672 remeti ao Padre João Henriques Cura de Paranhos vinte e sinco mil reis para lhe entregar - 25φ000".⁵⁵ Identificámos, neste âmbito, os pagamentos satisfeitos a estes pintores, os quais ficaram assinalados da seguinte maneira: "< Retabollo de Tourais. Pintores > # a 6 de janeiro [1673] resebi diguo remeti des mil reis a Cipirano de Figueiredo de Tourais para entregar aos Pintores que tomaram a empreitada da ditta obra. E na verba atras fica já dado dinheiro a conta - 10φ000"⁵⁶ e "< Ajuntamento da conta do Retabollo de Tourais > # Paguei a Francisco de Mattos e Marcos de Mattos, Pintores que tomaram a empreitada o Retabollo de Tourais quinze mil reis que com as adissõis fol. 26v^o e 27 fazem sincoenta mil reis em que fizerão a ditta obra e de como reseberão a dita quantia derão resibo - 15φ000 ".⁵⁷

⁵⁴ Ibidem, fl. 23 (item 6).

⁵⁵ Ibidem, fl. 26v (item 3).

⁵⁶ Ibidem, fl. 27 (item 6).

⁵⁷ Ibidem, fl. 28 (item 4).

Esta antiga igreja de Tourais, situada entre a Lapa de Tourais e Tourais, no sítio do cemitério velho, era chamada em 1883 de igreja velha e encontrava-se nesse ano em ruínas.⁵⁸ Presentemente, não existem quaisquer vestígios deste retábulo uma vez que foi construída no final do século XIX uma nova igreja na povoação de Tourais.

Considerações finais

Com este estudo, demos a conhecer elementos da maior relevância sobre a vida e a obra do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo. Se por um lado, a falta de contratos notariais e outra documentação conexas não nos possibilitou conhecer com mais exatidão a sua atividade, por outro lado, a inexistência das estruturas retabulares em que o mesmo surge inventariado, impede-nos de avançar com maior rigor quanto a uma leitura estética da sua obra. Apesar disso, os dados que aqui reunimos permitem-nos aprofundar e alargar o conhecimento da atividade deste ensamblador no contexto da História da Arte em Portugal.

Agradecimentos: reiteramos os nossos agradecimentos ao Professor Doutor Vítor Serrão e à Dr.^a Ana Maria Araújo Leitão Bandeira os seus preciosos contributos e partilha de informação que muito contribuíram para o enriquecimento deste nosso estudo.

Apêndice documental

Doc. 1

1635, abril, 9, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de casamento de Francisco Gonçalves Pombo com Maria de Sampaio.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta [A.M.A.P.], Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 1, fl. 46.

< Francisco Gonsalvez Pombo com Maria de Sampaio >

⁵⁸ SARMENTO, 1883: 13.

Aos nove dias do mes de abril de mil e seiscentos e trinta e cinco nesta Igreja, e em minha presença, e de Joam Nugueira do Toural, e de Francisco Fernandez, Tecelam do Guardal, e de Pero Fernandes, Cirurgueiro da Rua das Ferrarias do Sampaio, e doutras pessoas, se casaram por palavras de presente Francisco Gonsalves Pombo filho de Gonsalo Gonsalves, e de Isabel Alvres, solteira, da freguesia de São Pedro de Queimadella termo desta villa, morador no Campo da Feira, e Maria de Sampaio filha de Belchior Fernandes defunto, e de sua mulher Francisca Gonsalves de Rua Caldeiroa, desta freguezia.

(a) Francisco Leite Ferreira

Doc. 2

1636, janeiro, 18, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de batismo de Serafina filha de Francisco Gonçalves Pombo e de Maria de Sampaio.

A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 1, fl. 81v.

Serafina filha de Francisco Gonsalvez Pombo, e de sua mulher Maria de Sampaio da Rua Caldeiroa naceo aos quatorze dias de janeiro de mil e seiscentos e trinta e seis annos e foi bautizada por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja aos dezoito dias do ditto mes. Foram padrinhos Adriano de Sampaio, e sua filha Francisca de Morgado Pereira.

(a) Francisco Leite Ferreira

Doc. 3

1638, abril, entre 6 e 14, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de batismo de uma filha⁵⁹ de Francisco Gonçalves Pombo e de Maria de Sampaio.

A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438, assento n.º 2, fl. 7.

Nota: Documento em mau estado e com algumas partes dilaceradas.

[...] filha de Francisco Gonçalves Pombo, e de sua mulher Maria de Sam Payo da Rua Nova das Oliveiras, nasceo aos seis de abril de mil e seiscentos e trinta, e oito annos, e foi bautizado por mim Francisco Leite

⁵⁹ Trata-se por certo de Isabel que veio a casar em Coimbra com Martinho de Azevedo.

Ferreira, Cura desta Parochia do S. Sebastiam aos [...] dias do ditto mes, foi padrinho Martins [...].

(a) Francisco Leite Ferreira

Doc. 4

1639, fevereiro, 12, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de óbito de Gonçalo Goncalves.

A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1613-1666], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-438, assento n.º 1, fl. 161.

< Gonsalo Gonsalves. P. >

Gonsalo Gonsalves, Pedreiro da Rua Caldeiroa faleceu aos doze dias de fevereiro de mil e seiscentos e trinta e nove annos com os Sacramentos de Confissam, Viatico, e Unção, não fez testamento. Sepultouse no Mosteiro de São Francisco.

(a) Francisco Leite Ferreira

Doc. 5

1641, dezembro, 30, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de batismo de Joana filha de Francisco Gonçalves Pombo e de Maria de Sampaio.

A.M.A.P., Livro de Batismos de S. Sebastião de Guimarães [1600-1669], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/010/P-442, assento n.º 1, fl. 12.

Joanna filha de Francisco Gonsalvez Pombo da Rua Nova das Oliveiras e de sua molher Maria, nasceo aos vinte e sette de dezembro de mil e seiscentos e quarenta e hum annos, por ser passado dia de Natal e foi bautizada por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja de S. Sebastiam aos trinta dias do ditto mes. Foram padrinhos Diogo Vaz, Pintor de S. Joam das Caldas, e Maria Barboza molher de Licenciado (?) Francisco Rebelo //.

(a) Francisco Leite Ferreira

Doc. 6

1644, julho 26, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de batismo de Maria filha de Francisco Gonçalves Pombo e de Maria de Sampaio.

A.M.A.P., Livro de Batismos de S. Sebastião de Guimarães [1600-1669], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/010/P-442, assento n.º 8, fl. 24.

Maria filha de Francisco Gonsalvez Pombo da Rua Nova das Oliveiras, e de sua mulher Maria de Sampaio naceo aos vinte e tres de julho de mil e seiscentos e quarenta e quatro annos, e foi bautizada por mim Francisco Leite Ferreira, Cura desta Igreja de S. Sebastiam aos vinte e seis do ditto mes. Foram padrinhos o Padre Domingos Cardozo, e Maria Soares mulher de Domingos Cardozo.

(a) Francisco Leite Ferreira

Doc. 7

1648, novembro, 14, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de batismo de Francisca filha de Francisco Gonçalves Pombo e de Maria de Sampaio.

A.M.A.P., Livro de Batismos de S. Sebastião de Guimarães [1600-1669], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/010/P-442, assento n.º 4, fl. 44v.

Francisca filha de Francisco Gonsalvez Pombo, Enxambrador e de sua mulher Maria de Sam Payo moradores na Rua Nova das Oliveiras, foi bautizada por mim Frutuoso Antunes, Cura desta Igreja de S. Sebastiam aos quatorze de novembro de seiscentos e quarenta e oito annos. Forão padrinhos o Senhor Dom João de Faro, Dom Prior de Nossa Senhora da Oliveira, madrinha ~~xxxxx~~ < o riscado fis (a) Antunes > Maria Vaaz, Parteira.

(a) (sinal da cruz) Frutuozo Antunes

Doc. 8

1649, maio, 17, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de casamento de José de Faria filho do imaginário António Luís com Inácia de Abreu. Neste ato figuram como testemunhas o ensamblador Francisco Gonçalves Pombo e o torneiro António Pereira.

A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437, assento n.º 2, fl. 62.

< Joseph de Faria e Inacia de Abreu >

Aos desasete de mayo de seiscentos e quarenta e nove annos nesta Igreja de S. Sebastiam em minha presença, e das testemunhas abaixo nomeadas Torcato de Mello, e Francisco Gonçalvez, Enxambrador e António Pereira, Torneiro, morador em Rua Caldeiroa se receberam por palavras de presente Juseph de Faria filho de António Luis, Imaginario já defunto e de sua molher Anna da Crux, com Inácia d'Abreu filha de Francisco de Carvalho e de sua molher Margarida Teixeira da freguezia de Felgeiras, Coutto de Torrados.

(a) (Sinal da cruz) Frutuoso Antunes

Doc. 9

1654, outubro, 17, Coimbra – Escritura de fiança que deu Diogo Mendes, marceneiro fiador do escultor Francisco Gonçalves Pombo.

A.U.C., *Escrituras da Universidade*, T. XXIII, Livro II, fls. 68v-69v.

Publicado: ALMEIDA, 1970: 242-243.⁶⁰

Nota: procedemos a nova leitura e transcrição deste documento.

Fiansa as custas que deu Francisco Gonsalvez Ponbo, Escultor e morador nesta cidade seu fiador Diogo Mendis, Marcineiro desta cidade.

Saibão quantos este publico enstromento de fiansa e obrigação virem que no anno do Nasimento de Noso Senhor Jhezus Cristo de mil e seiscentos e sincoenta e quatro annos aos dezasete dias do mes d'outubro do dito anno nesta cidade de Coimbra e pouzadas de mim Escrivão pareseram presentes Francisco Gonsalvez Ponbo, Escultor e Diogo Gomes, Marceneiro anbos moradores na dita cidade e pello dito Francisco Gonsalvez foi dito perante mim Publico Escrivão e das testemunhas ao diante nomeadas e asinadas e asinadas [sic] // [fl. 69] que elle fizera huma petição aos senhores da Meza da Fazemda, Reitor e Deputados da Univercidade em que dezia que sendo elle pervelegiado da Univercidade fora a villa de Guimarães comprar madeiras e na ida que fizera a dita villa aseitara nella Andre de Faria, Escultor por huma encuria e por o suplicante dar pervilegio da dita Univercidade tirara para segunda e terseira carta remesoria do Conservador para o Juis de Fora da dita villa de Guimarães remeter as outras a esta Conservatoria o qual nam com-

⁶⁰ O autor coloca em nota de rodapé a seguinte informação “*Francisco Gonçalves Pombo, morador na vila de Guimarães, aparece como mestre de arquitectura em documento de 21 de Abril de 1648, e como escultor em documento de 24 de Março de 1659, uma obrigação feita à Universidade sobre a obra da Igreja de S. José da Lavegada. Cfr. Prudêncio Garcia, Artistas de Coimbra, Coimbra, 1923, respectivamente nas págs. 104 e 347*”.

prindo as cartas sentensiará comtra elle a cauza e pella semtensa que dera o Juis de Fora desta cidade o mandara requerer para pagar ou dar bens a penhora e tinha ele suplicante vindo com embargos e porque a dita sentensa era nula dada por Juis encopetente contra os Estatutos desta Univercidade e a ella pertensia fazellos guardar e que se cumprão as cartas remisórias do dito Conservador pelo que pedia aos ditos Senhores Reitor e Deputados mandasem que o Sindico da mesma Univercidade lhe aestise na dita cauza dando fiansa as custas e fizese avocar as outras que estavam na mão do Escrivão António Pereira de Carvalho, Escrivão do dito Juis de Fora para virem ao dito Juizo do Conservador aonde pertensia e reseberia merçe ao que se lhe dara por despacho que dando fiansa as custas na forma do Estatuto o Sindico lhe aestise como dereito da Univercidade pello que dise elle Francisco Gonsalvez Ponbo que ele se vinha obregar e dar a dita fiansa e se obregava a pagar todas as custas que se fizesem na dita cauza em cazo que a Unvercidade fose condenada asim nos agravos como nas apelasõis e mais cauzas, dependensias da dita cauza pera o que tudo obrigou sua pesoa e todos seus bens moveins e de rais avidos e por aver aonde quer que forem avidos e achados e pera mais seguransa de todo dise que apresentava por seu fiador e prensipal pagador ao dito Diogo Mendis o qual por estar presente por ele foi dito que elle se obregava a pagar todas as custas que se fizesem na dita cauza e suas dependensias asim nos agravos como nas apelasõis e mais custansias sobre a dita cauza e sua dependensias em cazo que a Univercidade fose condenada nellas e não queria ser ouvido em Juizo nem fora dele sem primeiro e com efeito depozitar toda a condenasão de custas em cazo que a Univercidade fosse condenada // [fl. 69v] na mão da pesoa que a Univercidade ordenase e esta clauzula depuzitaria pus eu Escrivão a requerimento dele fiador ao que tudo obrigou sua pesoa e todos seus bens moveis e de rais avidos e por aver aonde quer que forem avidos e achados e era contente que se não entendese senão com elle fiador e em fé e testemunho de verdade asim o outorgarão e de tudo mandaram ser feito este enstromento nesta nota em que asinarão ao que forão testemunhas presentes Bernardo Carneiro⁶¹ [sic] morador na mesma cidade, Marseneiro e António da Costa, Alfaiate morador na Rua dos Sapateiros, Simão da Costa Homem, Escrivão da Fazenda da dita Univercidade o escrevi.

- (a) António Carvalho
- (a) Deiquo + Mendes
- (a) Francisco Gonsalvez Ponbo
- (a) Bernardo Craveiro

⁶¹ Entenda-se Craveiro.

Doc. 10

1659, março, 24, Coimbra – Escritura de obrigação da obra de um retábulo para a capela-mor da igreja de S. José da Lavegada entre a Mesa da Fazenda da Universidade de Coimbra e o ensamblador Francisco Gonçalves Pombo pela quantia de 14.000 réis.

A.U.C., *Escrituras da Universidade*, T. XXXIII, Livro 3, fl. 67.⁶²

Publicado parcialmente: GARCIA, 1923: 347-349.

Nota: Normalizámos o emprego de maiúsculas e minúsculas assim como desenvolvemos as abreviaturas no traslado da escritura.

Obrigação que faz á Universidade Francisco Gonçalves Pombo, desta cidade, Escultor, sobre a obra da Igreja de S. José da Lavegada que pertence á mesma Universidade.

Saibam quantos este publico instrumento de obrigação virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seis centos e cincoenta e nove annos aos vinte e quatro dias do mez de março do dicto anno, nesta cidade de Coimbra, e pousadas de mim Escrivão, pareceu presente Francisco Gonsalvez Pombo, morador na dicta cidade, Escultor, e por elle foi dicto perante mim publico Escrivão e das testemunhas ao diante nomeadas e nesta nota assignadas:

Que elle estava contractado com o Senhor Reitor e Deputados da Meza da Fazenda da Universidade da mesma cidade para haver de fazer a obra da Igreja de S. José da Lavegada, que pertence á mesma Universidade, na forma dos apontamentos que para isso se mandaram fazer.

A qual obra mandaram os dictos Senhores pôr em pregão a petição que fizeram o Juiz da dicta Igreja e mais freguezes, que era um Retabolo no Altar Mor da dicta Igreja, na forma dos dictos apontamentos.

A qual obra andara em pregão os dias que costumam a andar as semelhantes, e por não haver quem menos lançasse na dicta obra que o dicto Francisco Gonçalves Pombo, lhe fôra arrematada na dicta meza no menor lanço que eram quatorze mil reis pagos em duas pagas eguaes, uma logo,

⁶² Não foi possível localizar esta escritura através da referência documental citada pelo cônego Prudêncio Quintino Garcia. O tomo citado reporta-se ao século XVIII, e por isso, deverá existir um lapso de citação. Consultados os tomos XXIII e XXIV apenas encontrámos uma escritura datada de 1659 a qual não corresponde a este contrato. Deixamos aqui expressos os nossos penhorados agradecimentos à Dr.^a Ana Maria Araújo Leitão Bandeira pela sua preciosa ajuda, colaboração e pesquisa na tentativa de localização desta escritura.

e outra no cabo da dicta obra, de sete mil reis cada paga. E logo se lhe passára mandado de sete mil réis, que confessava já ter em si recebidos, e os outros sete mil réis lhe dariam no fim da dicta obra acabada na forma dos dictos apontamentos que sã na forma seguinte:

Item. Tem o retabolo do altar mor de que se tracta nove palmos de largura e onze de comprimento e altura para o tecto com seu banco entalhado com quatro columnas de seis palmos de comprimento dos terços para cima estriados com seus capiteis corinthios, com seu frizo em cima guarnecido com sua cimalha e molduras ordinarias. Mais um remate no meio e seu nicho para o Santo José de comprimento de cinco palmos esforçados e tres e meio de largura, e dois paineis, um de uma banda, e outro de outra.

Os quaes apontamentos estavam assignados pelo padre mestre Frei Luiz de Sá, e Syndico da Universidade como tambem a traça que se lhe deu da dicta obra. O que tudo fará perfeita na fórmula dos apontamentos e traça.

O que o dicto Francisco Gonçalves fará tudo á custa sem a Universidade lhe dar mais cousa alguma mais que os dictos quatorze mil réis na forma sobredicta.....

Doc. 11

1676, julho, 8, Coimbra [Sé Nova] – Registo de óbito de Maria de Sampaio.

A.U.C., Livro Mistos da Sé Nova de Coimbra [1665-1676], III-2.ªD, PT/AUC/PAR/GBR25/001/0007, assento n.º 2, fl. 257v.

Nota: Este assento encontra-se lavrado em duplicado.⁶³

< Rua das Covas. Maria de São Payo. Não fes testamento >

Aos oito dias do mes de julho de 1676 annos faleção da vida presente Maria de Sam Payo mulher de Francisco Gonsalvez, o Pombo, moradora na Rua das Covas freguesia desta Santa Seé. Está enterrada na claustra da mesma Seé, não fes testamento e na verdade fis este asento era ut supra.

(a) O Cura João de Lemos

⁶³ "< Satisfes os Officios. (a) Mattos > Aos 8 [de julho de 1676] faleceu Maria de S. Payo mulher do Pombo. Sepultada nesta See", A.U.C., Livro de Óbitos da Sé Nova de Coimbra [1666-1705], III-2.ªD, PT/AUC/PAR/GBR25/004/0001, assento n.º 9, fl. 21v.

Doc. 12

1680, setembro, 26, Guimarães [S. Sebastião] – Registo de óbito de Francisco Gonçalves Pombo.

A.M.A.P., Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães [1669-1708], PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-439, assento n.º 3, fl. 32v.

< Francisco Gonçalves. Tem satisfeito com quitação dos rezidoz 1685 >
Francisco Gonçalves sogro do Douctor Martinho de Azevedo morador que foy na Rua Caldeiroa desta freguezia de Sam Sebastiam da villa de Guimarães morreo aos vinte e seis dias do mes de setembro de mil e seiscentos e oitenta annos com o Sacramento da Penitencia [sic], não recebeo os mais por ser apressada sua morte; não fes testamento. Por ser pobre sepultousse no Convento de Sam Domingos desta villa.

António Alvres

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra

Despesas das Igrejas da Sé, Dep. III, 1, 2, 4, 95.

Escrituras da Universidade,

T. XXIII, Livro II.

T. XXIV, Livro 3.º.

Livro de Óbitos da Sé Nova de Coimbra

[1666-1705], III-2.ªD, PT/AUC/PAR/GBR25/004/0001.

Livro Misto da Sé Nova de Coimbra

[1644-1665], III-2.ªD, PT/AUC/PAR/GBR25/001/0006.

[1665-1676], III-2.ªD, PT/AUC/PAR/GBR25/001/0007.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Livro Misto de S. João das Caldas de Vizela

[1613-1667], Microfilme 14 AMAP, P-906, PT/AMAP/PRQ/PGMR52/003/P-906.

Livro de Batismos de S. Sebastião de Guimarães

[1580-1853], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-441.

- [1600-1669], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/010/P-442.
[1630-1853], Microfilme 42 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-442.
Livro Misto de S. Sebastião de Guimarães
[1582-1664], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/002/P-437.
[1582-1664], PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-437.
[1605-1638], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/001/P-438.
[1613-1666], Microfilme 46 AMAP, PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-438.
[1669-1708], PT/AMAP/PRQ/PGMR63/003/P-439.

Bibliografia

- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1970) – *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade. I – Século XVII*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira (2010) – *As diferentes interpretações da arquitectura barroca em Portugal: notas para uma metodologia*. In *Revista Arquitectura Lusitana*. 1, 177-186.
- CARVALHO, António Lopes de (1944) – *Os Mesteres de Guimarães*. Vol. V. Braga: Instituto para a Alta Cultura. Ministério da Educação Nacional.
- CARVALHO, Lúcia Maria Ribeiro (2006) – *A Construção do Convento de S. Gonçalo de Amarante*. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 51-66.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2011) – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Direcção Regional de Cultura do Centro.
- DIAS, Pedro (1980) – *Alguns aspectos da arte do arquitecto vimaranense Domingos de Freitas*. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada: 850º aniversário da Batalha de São Mamede 1128-1978*. Vol. IV. Guimarães: Comissão org. do Cong. Hist. de Guimarães e sua Colegiada, p. 491-497.
- FERNANDES, Isabel Maria e OLIVEIRA, António José (Jan-Dez. 2003-2004) – *Ofícios e Mesteres Vimaranenses nos séculos XV e XVI*. In *Revista Guimarães*. 113-114, p. 43-209.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (2005) – *Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*. In *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. I Série vol. IV, p. 135-153.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (1989) – *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca. Artistas e Clientela. Materiais e Técnicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) (2008) – *Dicionário de artistas e artífices do norte de Portugal*. Porto: CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- GARCIA, Prudêncio Quintino (1923) – *Documentos para as biografias dos Artistas de Coimbra*. Coimbra: [s.n.].
- GONÇALVES, António Nogueira (1987) – *Manuel da Rocha e a Influência da Escultura Castelhana em Coimbra no século XVII*. In *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos. Actas do Congresso Luso Espanhol de História da Arte*. Coimbra: Coimbra Minerva.

- GONÇALVES, Flávio (1981) – A talha na arte religiosa de Guimarães. *In – Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Actas*, vol. 4. Guimarães: [s.n.], p. 337-365.
- GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Jul-Set. 1902) – Apontamentos para a História de Guimarães. O arquitecto João Lopes de Amorim. *In Revista Guimarães*. 19 (3), p. 120-131.
- LAMEIRA, Francisco (2016) – Contributos para o estudo do Retábulo no Mundo Português: os Prenúncios do Triunfalismo Católico (c. 1580 – c. 1620). *In GLÓRIA, Ana Celeste (coord.) – O Retábulo no Espaço Ibero-Americano. Forma, função e iconografia*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / NOVA, p. 15-25.
- LAMEIRA, Francisco & SERRÃO, Vítor (2002/2003) – *O retábulo protobarroco em Portugal (1619-1668)*. *In PROMONTORIA*. Ano I, 1, p. 55-88.
- LOURENÇO, Ana Patrícia Bidarra dos Santos (2018) – *Composição e tecnologia da folha de ouro: os retábulos barrocos dos sécs. XVII e XVIII do noroeste de Portugal*. (dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Aveiro. Departamento de Geociências).
- MACEDO, Diogo de (1945) – *A Escultura Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente.
- OLIVEIRA, António José de (2008) – A actividade de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador, na Colegiada de Guimarães (1687-1713). *In FERREIRA-ALVES Natália Marinho (coord.) – Dicionário de artistas e artífices do norte de Portugal*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, p. 33-42.
- OLIVEIRA, António José de (2011) – *Clientelas e Artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*. (dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- OLIVEIRA, Aurélio de (1972) – Elementos para a História do Barroco no Noroeste Português. *In Revista da Faculdade de Letras do Porto: série de História*. 3. Porto, p. 215-318.
- PIMENTEL, António Filipe (2002) – O Tempo e o Modo: O Retábulo enquanto Discurso. *In JATO, María Dolores Vila (dirección). El Retablo. Tipología, Iconografía y Restauración*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, p. 239-258.
- PINHO, João (2010) – *Freguesia de Santa Cruz. História, Memória e Monumentalidade*. Coimbra: Junta de Freguesia de Santa Cruz.
- SARMENTO, Francisco Martins (1883) – *Expedição científica á Serra da Estrella em 1881: secção de archeologia*. *Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SERRÃO, Vítor (2003) – *História da Arte em Portugal. O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença.
- SERRÃO, Vítor (2017) – Iconoclastia e Cripto-História da Arte. Casos de estudo e acertos teórico-metodológicos no património artístico português. *In ARTisON (Revista on-line do ARTIS – Instituto de História da Arte)*. 5, p. 8-24.
- SILVA, Luísa Maria de Moura Rodrigues (2000) – *A Construção do Novo Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: 1647 - 1769. Da Decisão à conclusão: Obras e Architectos*. (dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto).
- SMITH, Robert Chester (1962) – *Samuel Tibau and Portuguese ivory inlaid furniture of the seventeenth century*. *Sep. Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXI. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- VENTURA, Leontina (1979) – Contributos documentais para a biografia do mestre de obras seiscentista Domingos de Freitas de Guimarães. *In Revista Guimarães*. 89, Jan-Dez., p. 211-250.

A herança do 2.º Visconde de Vila Maior

The inheritance of the 2nd Viscount of Vila Maior

GUILHERMINA MOTA

Universidade de Coimbra

Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

guimota@mail.telepac.pt

ORCID: 0000-0002-4021-0614

Artigo entregue em: 4 de abril de 2020

Artigo aprovado em: 12 de agosto 2020

RESUMO

O 2.º Visconde de Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), notabilizou-se por uma vida pública dedicada à promoção e defesa dos ideais liberais, aos avanços do conhecimento e ao desenvolvimento da agricultura e da indústria ancorado no progresso técnico e científico. O inventário orfanológico que decorre da sua morte, por ter como herdeiros os seus netos menores, permite uma melhor compreensão das condições materiais de existência e as opções de vida de uma personalidade atuante e relevante no Oitocentos português. Este texto propõe-se caracterizar o arrolamento dos bens que constam do inventário, na sua natureza e valor, enquadrando-os com o que já nos é possível reconstruir por outras vias da vida pessoal e familiar de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, e dessa forma contribuir para o conhecimento da sua biografia nas suas esferas privada e pública. Com esse objetivo definido, foram identificadas as circunstâncias que levaram à necessidade da organização do inventário, e o processo de constituição do Conselho de Família que supervisionou o inventário e a tutela dos menores. Foram também identificadas analiticamente as relações de bens e de responsabilidades, que permitiram traçar tanto a orientação geral sobre a composição dos bens que constam do inventário, como o quadro da situação financeira que levará, após a morte do Visconde, à necessidade urgente de realização de numerário através da venda

de bens fundiários, concretizada pela licitação dos bens em hasta pública, por imperativo legal, e que este trabalho acompanhou. É possível concluir que à notoriedade pública do Visconde, alicerçada nos ideais do bem comum e no serviço público, correspondeu um desprendimento material que o inventário evidencia claramente, e que os auspícios do seu nascimento e da sua infância não adivinhavam. Grande parte do valor da herança será finalmente canalizada para a satisfação de responsabilidades anteriores e para suportar o custo do próprio processo do inventário, incluindo a realização de capital por via da venda dos bens fundiários.

PALAVRAS-CHAVE: 2.º Visconde de Vila Maior; inventários orfanológicos; heranças; século XIX.

ABSTRACT

The 2nd Viscount of Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), stood out for his public life dedicated to the promotion and defense of liberal ideals, to the advances of knowledge and the development of agriculture and industry sustained by technical and scientific progress. The probate inventory that arises from his death, having as heirs his minor grandchildren, allows a better understanding of the conditions of material existence and the life options of an active and relevant personality in the Portuguese 1800s. This paper proposes to characterize the nature and value of the assets and liabilities in the inventory and link them to what we already know of Júlio Máximo de Oliveira Pimentel's personal and family life. And, in this way, to contribute to the knowledge of his private and public biography. We identified the circumstances of the inventory organization, and the constitution of the Family Council, a body that supervised the overall process and guardianship of minors. We also identified assets and liabilities and traced both the general orientation on how the Viscount gathered his assets during his life; and the general financial situation of the family when he died. A fragile financial situation made it urgent to carry out cash through the sale of land assets, carried out by a subsequent mandatory public auction. It is possible to conclude that the Visconde's public notoriety, based on the ideals of the common good and the civil service, corresponded to a material detachment that the inventory clearly shows and that the auspices of his birth and childhood did not anticipate. Most of the value of his legacy had to be used to satisfy previous responsibilities and to pay for the inventory process itself.

KEYWORDS: 2nd Viscount of Vila Maior; probate inventories; inheritances; XIXth Century.

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º Visconde de Vila Maior, e Reitor da Universidade de Coimbra, morreu com 75 anos de idade, no dia 20 de outubro de 1884, pelas nove horas da manhã, no próprio edifício escolar, na chamada ala de São Pedro, onde tinha a sua residência na cidade¹.

Faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de bens. Deixou como herdeiros os netos, pois os seus dois filhos tinham já falecido. Os netos eram menores de idade e, nessa conformidade, tornou-se obrigatório proceder à realização do inventário dos bens existentes à sua morte, como era de lei: «Haverá sempre inventario, quando qualquer dos herdeiros for menor, interdito, ausente ou desconhecido»².

Logo a 3 de novembro se começou a organização do respetivo Inventário Orfanológico³. Ficou a viúva, D. Sofia de Roure Auffdiener, Viscondessa de Vila Maior, como cabeça de casal, ou seja, a pessoa encarregada de arrolar e dar à descrição e partilha os bens da herança, o que sucedeu de acordo com o que a legislação previa. Sofia Auffdiener, com quem Júlio Pimentel se casou em 18 de julho de 1839 na igreja de Santa Isabel em Lisboa, poetisa de mérito, nasceu na freguesia do Sacramento da referida cidade, em 19 de março de 1822, e era filha de João de Roure e de Emília Antónia Auffdiener e enteada do lente da Escola Politécnica João Ferreira Campos.

A filha, D. Júlia Emília de Oliveira Pimentel, Marquesa de Belas, nascida em Lisboa em 15 de maio de 1840, na freguesia de São Mamede, morrera na ilha da Madeira, para onde viajara e onde vivera alguns meses, acompanhada do marido, das duas filhas mais velhas e da mãe, na esperança de conseguir a cura da doença pulmonar que a veio a vitimar no dia 24 de abril de 1874⁴. Fora casada com D. António de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa [30.1.1842-6.6.1891], 3.º Marquês de Belas e 9.º Conde de Pombeiro. Deste matrimónio, realizado em 1867, ficaram três filhas:

D. Sofia Pimentel de Castelo Branco [17.5.1868-2.2.1934], que nasceu em Lisboa, na freguesia dos Anjos, e tinha 16 anos à morte do avô (veio a casar-se com Eduardo de Castro e Almeida que foi primeiro conservador da Biblioteca

¹ AUC (Coimbra) – *Registos Paroquiais. Freguesia de São Cristóvão. Livro de Óbitos de 1884*, fl. 6v. Sobre o 2.º Visconde de Vila Maior, ver, por todos: MOTA, 2012.

² *Código Civil Portuguez de 1867*, art.º 2064. A regulamentação sobre os inventários, arrolamento e descrição de bens, avaliação e partilhas encontra-se no Livro III, cap. IV “Disposições comuns à sucessão testamentária e à sucessão legítima” (art.º 2009 a art.º 2166).

³ AUC (Coimbra) – *Processos judiciais. Inventários. Sé Velha. Inventario Orphanologico do Visconde de Vila Maior*, maço n.º 3, n.º 37. Tive conhecimento deste documento pelo meu colega e amigo Rui Cascão, a quem muito agradeço a gentileza e manifesto a minha estima e admiração.

⁴ PIMENTEL, 2014: 201-204.

Nacional de Lisboa); D. Maria Francisca Pimentel de Castelo Branco [20.7.1869-26.1.1934], então de 15 anos, natural de Belas, concelho de Sintra (que se irá consorciar em 1887 com José Antunes Navarro [1864-1917], 2.º Conde de Lagoaça, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, que foi secretário-geral do Governo de S. Tomé e Príncipe, secretário da Câmara dos Pares e serviu em várias legações no estrangeiro⁵); e D. Emília Pimentel de Castelo Branco, que nasceu em Lisboa, na freguesia do Coração de Jesus em 7 de abril de 1872, e portanto tinha à data 12 anos (virá a casar-se com Carlos Pedro Quintela [1866-?], filho do 1.º Conde do Farrobo).

Eram netas por parte paterna de D. José Inácio de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa [1807-1869], 8.º Conde de Pombeiro – nunca se encartou, como teria direito, como Marquês de Belas porque, tendo abraçado a causa de D. Miguel, não quis aceitar mercês da monarquia constitucional⁶ –, e da Condessa D. Maria Francisca Luísa de Sousa Coutinho, filha dos segundos Marqueses de Borba.

O filho, Emílio Claudino de Oliveira Pimentel, nascido em Lisboa no dia 4 de abril de 1844, falecera em Coimbra, também de tuberculose pulmonar, na rua de Entre-Colégios, no Paço das Escolas, pelas 11 horas da manhã do dia 28 de outubro de 1880⁷. Encontrava-se então, juntamente com a mulher, e já muito doente, de visita a seu pai⁸.

Casara-se em 1869, na igreja matriz de Torre de Moncorvo, com D. Fábria Emília de Gouveia e Vasconcelos – falecida em Buenos Aires em 1935⁹ –, de influente família moncorvina. Era filha de Luís Carlos de Macedo Gouveia e Vasconcelos e de D. Augusta Josefa de Sá Machado, proprietários, moradores em Algozo. Desse matrimónio ficou um filho, Luís Carlos de Vasconcelos de Oliveira Pimentel, então com nove anos, pois nascera em 29 de dezembro de 1874, que será o 3.º Visconde de Vila Maior e virá a falecer em 27 de junho de 1968.

Emílio Pimentel era agrónomo de formação, tendo feito o curso no Instituto Geral de Agricultura (antigo Instituto Agrícola), mas penso que a sua verdadeira vocação estaria na arte do desenho, de que deu sobejas provas numa vasta coleção de desenhos que deixou¹⁰ e na ilustração de

⁵ ZÚQUETE, 1960: 2, 671; ALVES, 1931: 6, 243-246.

⁶ ZÚQUETE, 1961: 3, 153-154.

⁷ AUC (Coimbra) – *Registos Paroquiais. Freguesia de São Cristóvão. Livro de Óbitos de 1880*, fl. 8-8v.

⁸ PIMENTEL, 2014: 225.

⁹ BASTOS, 2014: 15.

¹⁰ BASTOS, 2014: 15.

livros, como é o caso de *O Douro Ilustrado* do Visconde de Vila Maior ou de *Banhos das Caldas* e de *As praias de Portugal*, ambos de Ramalho Ortigão¹¹. Ou ainda nos rigorosos desenhos que enriquecem a obra de que é autor, *Dissertação sobre a sericultura em geral e particularmente no concelho de Moncorvo*, escrita em 1866, sua tese de licenciatura¹².

A viúva, a nora, o neto e as netas residiam em Lisboa, aquando do falecimento de Vila Maior. A viúva fora de portas, como se refere no inventário, talvez na estrada do Rego, perto do Campo Pequeno, pois o casal aí passara a ter casa nos inícios de 1884¹³, a nora na estrada do Arco do Cego, na freguesia de São Jorge.

A tutela dos herdeiros

Ficou como tutora das netas a cabeça de casal, a Viscondessa de Vila Maior, sua avó, e protutor, o tio-avô das meninas, Cândido Augusto de Oliveira Pimentel, irmão do inventariado, residente em Braga. Assim, não coube ao pai, Marquês de Belas, como seria de esperar, a tutela das filhas. E aqui deparamos com uma grande e estranha inexatidão deste inventário. Nele se afirma que o Marquês era já falecido à data da organização do mesmo, ou seja, em 1884, o que manifestamente não corresponde à verdade. D. António de Castelo Branco só veio a morrer em 6 de junho de 1891, à uma hora da manhã, na freguesia de São Nicolau da cidade de Santarém, com 49 anos de idade, sem testamento, deixando sete filhos, três do primeiro matrimónio e quatro de um segundo casamento¹⁴.

Como foi possível que o escrivão cometesse tal erro num documento de carácter jurídico, supostamente de conteúdo rigorosamente controlado? Provavelmente a afirmação não procede de erro, mas do propósito firme e consciente de arredar o pai da curadoria das filhas. E acreditou-se ser possível concretizar esse intento porque se assumiu que o Marquês não teria interesse em comparecer em Coimbra e não contestaria as conclusões do inventário, feito na sua ausência, e a perda da tutela das menores que, naturalmente, lhe deveria caber como progenitor.

¹¹ ORTIGÃO, 1875; ORTIGÃO, 1876; VILA MAIOR, 1876.

¹² PIMENTEL, 1866.

¹³ PIMENTEL, 2014: 234.

¹⁴ ADS (Santarém) – *Registos Paroquiais. Freguesia de São Nicolau. Livro de Óbitos de 1890-1893*, fl. 4-4v.

Convém agora introduzir alguma informação sobre a situação familiar em que se encontravam as netas do 2.º Visconde de Vila Maior.

O casamento de D. Júlia Pimentel com o Marquês de Belas prometera, à partida, estar destinado às maiores venturas, dada a natureza e qualidade dos noivos e sendo, como era, segundo se pensava, fruto de um sentimento verdadeiro e não resultante de um acordo de interesses. Acabou, porém, por se revelar um desastre. Tal não constituiu uma total surpresa para seus pais. Vila Maior, mais tarde, fará este desabafo: «Apesar de que a muitos parecia este casamento, todo de inclinação, uma fortuna, nós tínhamos um certo pressentimento de que não seria muito feliz ...»¹⁵.

Pertenciam as casas de Belas e de Pombeiro à mais alta nobreza portuguesa, aristocracia que se projetava num longo passado, com a sua ascensão social cimentada ao serviço de D. João I e da nova dinastia de Avis. O senhor da casa de Pombeiro foi guindado à grandeza como Conde em 1675 e a 6.ª Condessa – D. Maria Rita de Castelo Branco Correia e Cunha, filha herdeira do 5.º conde –, agraciada com o marquesado de Belas, pela Rainha D. Maria I, em 1801. A 6.ª Condessa casou-se com D. José Luís de Vasconcelos e Sousa [1740-1812], filho segundo dos primeiros marqueses de Castelo Melhor, bisneto do ministro e valido de D. Afonso VI.

D. António de Castelo Branco, o 3.º Marquês, era oficial de cavalaria e ficou celebrizado como um destro cavaleiro tauromáquico e ainda como amador de arte dramática. Não mostrou, porém, ter cabeça para gerir os negócios de sua casa e conseguiu delapidar toda a sua herança, levando a família a total ruína. Perdeu tudo, incluindo o Paço Real de Belas, pois o desatino financeiro obrigou-o a hipotecar o paço à Companhia Geral do Crédito Predial Português¹⁶ e depois a vendê-lo, em 1878, a D. Virgínia do Amparo Ferreira de Almeida e a seu marido, o capitalista José Borges de Almeida¹⁷. Este palácio, situado nas imediações de Sintra, e que durante séculos esteve na posse da coroa, entrara na família Castelo Branco, por via de casamento, no século

¹⁵ PIMENTEL, 2014: 185.

¹⁶ Sociedade constituída por escritura celebrada em 24 de outubro de 1864 que tinha o privilégio de emitir obrigações prediais ou letras hipotecárias que representassem operações de empréstimo sobre bens imóveis.

¹⁷ *Diário da Assembleia da República*, 20 de Março de 1985: 2415-2416. Como muitas vezes acontece, quando a situação financeira é desesperada, o Marquês de Belas ainda a 4 de janeiro de 1878, dia em que a mulher fazia 21 anos, já falido e na iminência de vender o paço, «deu no soberbo palácio da sua quinta de Belas uma esplendida festa», que só terminou às quatro horas da manhã, com jantar para 50 convidados, em que tocou a «filarmónica de Chelas». Também tocou e cantou a marquesa, considerada «sem duvida uma das primeiras pianistas da corte» (*Diário Ilustrado*, 15 de janeiro de 1878).

XVII, juntamente com o senhorio de Belas. Casa, jardins e quinta tinham conhecido no século das Luzes um momento de grande esplendor¹⁸.

Entretanto, D. António de Castelo Branco tinha-se casado em segundas núpcias (em outubro de 1877) com D. Maria da Piedade Correia de Lacerda Lebrim de Vasconcelos [1857-1925], natural de São Pedro do Sul, e passado a viver com a sua nova família em Santarém, com poucos recursos, na afirmação de seu antigo sogro¹⁹. A verdade é que, se o casal não tinha grandes meios de fortuna, não alienara o seu prestígio social, pois a nova Marquesa de Belas era dama camarista da Rainha D. Maria Pia. O casal continuava a ter lugar nas cerimónias da corte: o Marquês foi convidado para o banquete de casamento do Príncipe D. Carlos com D. Amélia de Orleães, em 24 de maio de 1886; em 1905, esteve sua viúva à mesa de estado no banquete oferecido pela Rainha D. Maria Pia no Paço de Sintra, aquando da visita a Portugal da Rainha Alexandra de Inglaterra²⁰. E, no difícil período pós-regicídio, era a Marquesa de Belas uma das poucas pessoas que se mantinham na companhia de D. Maria Pia²¹, seguindo também para Itália depois da implantação da República.

O distanciamento por parte do Marquês da educação e da vida das filhas intensificou-se a partir do seu segundo matrimónio. Depois da morte da mãe, com o avô no Conselho de Família, as crianças tinham ficado sob a tutela paterna. As duas mais velhas entraram, no ano de 1875, para o Convento de Nossa Senhora da Visitação de Santa Maria, da Ordem de São Francisco de Sales, ou Convento das Salésias, que se situava na Junqueira, em Belém. Este colégio estava vocacionado para o ensino de meninas nobres, embora admitisse pupilas sem títulos de nobreza e até sem provirem de classes favorecidas. Três anos depois da entrada das filhas, os embaraços de dinheiro eram tantos que o Marquês já não pagava as mensalidades do colégio, tendo aceitado a oferta feita pela superiora do convento, tia das meninas, de as receber e educar gratuitamente²².

Os Viscondes de Vila Maior não quiseram consentir que as netas fossem educadas por caridade e assim convenceram D. António de Castelo Branco a entregar-lhes a educação das filhas e foram buscá-las ao colégio para viverem em sua casa. Grande devia ser a vontade de ter junto de si as meni-

¹⁸ Sobre este Paço de Belas, ver: PONTE, 2013.

¹⁹ PIMENTEL, 2014: 223.

²⁰ MONTESINOS, 2019: 60, 63-64.

²¹ LOPES, 2011: 222.

²² PIMENTEL, 2014: 214.

nas, pois a avó tinha sentido tanto a sua falta que haviam arrendado uma casa em Belém só para ela poder ficar mais perto do colégio das netas²³.

Por escritura celebrada em Lisboa em abril de 1880, formalizou-se a transferência da tutela das crianças para o avô. No ano seguinte, o Marquês selou o seu afastamento definitivo dos Pimentéis, vindo a Coimbra, juntamente com Sebastião de Almeida Trigo, seu cunhado (casado com sua irmã D. Constança de Castelo Branco), entregar ao Visconde as legítimas da herança materna das filhas, na parte que lhes tocava do dinheiro apurado, e que estava em depósito, da venda do Paço de Belas²⁴.

À luz de todos estes factos, compreende-se melhor que a tutela das netas tivesse sido confiada à Viscondessa de Vila Maior e que o Marquês de Belas não fosse chamado ao inventário. Todavia, é surpreendente a forma como foi ignorado e inusitada a alegação do seu falecimento.

O Conselho de Família ficou constituído por pessoas ilustres da cidade de Coimbra, na sua maioria com ligações à Universidade: o Dr. Joaquim José Pais da Silva Júnior [1832-1907], conselheiro e professor da Faculdade de Direito; D. Miguel Osório Cabral de Castro [1818-1890], fidalgo cavaleiro da Casa Real, par do reino e senhor da Quinta das Lágrimas; D. Duarte de Alarcão Velasques Sarmiento Osório [1854-1905], sobrinho do anterior, bacharel em Direito, fidalgo cavaleiro da Casa Real e posterior senhor da Quinta das Lágrimas, que foi Governador Civil de Coimbra e Secretário da Universidade; o Dr. Júlio Augusto Henriques [1838-1928], lente da Faculdade de Filosofia e diretor do Jardim Botânico; e o Dr. José Freire de Sousa Pinto [1865-1911], lente da Faculdade de Matemática²⁵.

Em princípio, o Conselho de Família devia ser composto pelos cinco parentes mais próximos dos menores, residentes dentro dos limites de jurisdição do juiz do inventário. Se os não houvesse, como era o caso, seriam convocadas pessoas do círculo de amizade dos pais dos menores²⁶, ou de quem tivesse a tutela. Não admira por isso que fossem eleitos, como membros do dito Conselho, professores da Universidade que seriam aqueles com quem, certamente, o antigo reitor teria mantido mais estreitas relações de convivência em Coimbra. Com Júlio Henriques sem dúvida, como se deduz da correspondência entre eles trocada²⁷ e como o prova o interesse de ambos

²³ PIMENTEL, 2014: 205, 207.

²⁴ PIMENTEL, 2014: 223, 226.

²⁵ Sobre os professores da Universidade de Coimbra, ver: RODRIGUES, 1992: 173, 261, 281-282.

²⁶ *Código Civil Portuguez de 1867*, art.º 207 e art.º 208.

²⁷ SILVA, 2017: 167.

pelo estudo das castas das vinhas e pela Escola Ampelográfica situada no Jardim Botânico da Universidade²⁸.

De entre as atribuições do Conselho, constava a confirmação dos tutores e a nomeação do protutor, assim como a verificação do cumprimento das obrigações por parte da tutela.

A Viscondessa de Vila Maior vivia em Lisboa, como já disse, e por isso não esteve presente na organização do inventário, passando procuração a Manuel da Silva Rocha Ferreira, solicitador encartado na comarca de Coimbra, procurador que foi também indigitado por sua nora, D. Fábria de Gouveia e Vasconcelos, que ficou como tutora do seu filho, único neto varão.

Foram escolhidos como louvados – os avaliadores dos bens em partilha –, por parte da Viscondessa, Augusto Mendes Simões de Castro [1845-1932], bacharel de Direito²⁹, e António Augusto Sampaio e Melo, proprietário, residente em Torre de Moncorvo, para os bens situados respetivamente nas comarcas de Coimbra e de Moncorvo. Por parte dos menores, foram indicados José Correia de Almeida Júnior, livreiro e editor, com casa na rua Visconde da Luz, a Livraria Popular³⁰, e Luís António Mata, proprietário, para os bens das referidas comarcas. Por fim, para o caso de empate, os louvados por parte do juiz foram Francisco António Meireles, de Moncorvo, e José Diogo Pires, de Coimbra. Este último era então proprietário da Livraria Central, localizada no largo da Sé Velha³¹.

A Relação de Bens

A assentada do inventário começou em 14 de março de 1885 e a avaliação no dia 27. Os bens deixados em herança pelo 2.º Visconde de Vila Maior, pelo que averiguou a relação efetuada, constavam de alguns bens imóveis, propriedades situadas em Moncorvo, bens móveis, como peças em prata e um vasto conjunto de livros, e ainda papéis de crédito. O rol apurou também a existência de vultuosas dívidas passivas.

Faltam neste inventário o mobiliário, as louças, o trem de cozinha, as roupas, que usualmente fazem parte do recheio das casas que vão a arrolar. Tal se poderá justificar por o inventariado residir em Coimbra no Paço das

²⁸ CARVALHO, 1872: 245.

²⁹ Sobre este autor, ver, por todos: VASCONCELOS, 1934: 1-56.

³⁰ LOUREIRO, 1954: 150-151.

³¹ LOUREIRO, 1954: 152-155.

Escolas, sendo a reitoria a garantir o funcionamento da vida quotidiana. De notar que a Universidade, em 1871, sob proposta e direção de Vila Maior, procedera a uma reforma do interior do paço e adquirira mobília para o apanhar do necessário e não ter de «mendigar alfaias e móveis pelas casas mais ricas de Coimbra», quando havia visitas reais, como se costumava fazer, sendo esses pedidos «sempre mal recebidos»³². Já é mais difícil de entender a razão por que se não registam os pertences da casa de Lisboa, que sabemos existirem, pois, quando, em 1879, devido a dificuldades económicas, toda a família saiu da cidade e veio para Coimbra, foi necessário deixar a casa arrendada e os «trastes» que tinham em Benfica guardados por pessoa de confiança³³.

Eram os bens imobiliários uma morada de casas, três quintas, dois olivais, uma courela, um barral e um palheiro, sendo-lhes atribuído no todo o valor venal de 13.840\$000 réis.

A morada de casas, telhadas e sobradadas com altos e baixos e seus jardins, ficava no Rocio da vila, nas proximidades do adro da Igreja Matriz de Moncorvo, e confinava a nascente com António Boaventura Pinheiro, a poente com Teresa Maria de Seixas, a norte com rua pública e a sul com a Canelha dos Mesteres. Calculado o seu rendimento anual líquido em 150 mil réis, foi avaliada em 3.000\$000 réis.

Possuía três quintas, sendo a primeira conhecida como a Quinta do Cuco. Ficava no limite da vila e confrontava pelo norte, nascente e poente com estradas públicas e pelo sul com a Quinta de Valbom, de D. Antónia Torres³⁴. Calculado o seu rendimento anual líquido em 130 mil réis, foi avaliada em 2.600\$000 réis³⁵.

Das outras duas, uma era a Quinta de Vila Maior, composta de terras de sementeira, lameiros e vinha, com um olival chamado de Rosa, situada no limite da freguesia de Cabeça Boa, do dito concelho de Moncorvo, que partia de nascente com o caminho que vai para as Cabanas, de norte com terras de Manuel Bento e de poente e de sul com o ribeiro dos Arieiros. Calculado o seu rendimento anual líquido em 110 mil réis, foi avaliada em 2.200\$000 réis.

A outra, a chamada Quinta Branca, no sítio do Campo Redondo, confinava pelo nascente com estrada pública, pelo norte e poente com Joaquim Inácio

³² PIMENTEL, 2014: 196.

³³ PIMENTEL, 2014: 223.

³⁴ Ou seja, D. Antónia Adelaide Ferreira, a famosa proprietária do Douro. Esta Quinta de Valbom tinha sido adquirida no ano de 1872, arrematada por Silva Torres, seu marido (PEREIRA; OLAZABAL, 2011: 80).

³⁵ Estas duas quintas constituem hoje o empreendimento de agro-turismo Quintas do Valbom e Cuco, com uma vasta área de amendoal, olival e vinha.

Cordeiro, do Larinho, e pelo sul com João de Azevedo Alpoim. Foi avaliada em 2.000\$000 réis, calculado o seu rendimento anual líquido em 100 mil réis.

Quanto aos olivais, havia um a Santa Clara, denominado o Tapadão, olival com terras lavradas, que confinava pelo nascente com estrada pública, pelo poente com prédio dos herdeiros de João de Azevedo Alpoim e pelo sul com prédio de Bento Ernesto Carneiro de Gusmão e herdeiros de Constantino José da Silva. Calculado o seu rendimento anual líquido em 150 mil réis, foi avaliado em 3.000\$000 réis.

E outro olival sito no Vale das Latas que confinava pelo nascente com José Manuel Rei, pelo poente e sul com D. Antónia Torres e pelo norte com herdeiros de Luís António Gomes. Calculado o seu rendimento anual líquido em 15 mil réis, foi avaliado em 300\$000 réis.

Subsistiam ainda outros prédios de menor valia, como uma courela, designada o Codeçal, sita na Vilariça, à Ponte de Pau, que partia de nascente com a Quinta de Derruída, de poente com o Ribeiro da Granja, de norte com os herdeiros de José Leopoldo e de sul com o Visconde do Marmeleiro³⁶. Calculado o seu rendimento anual líquido em 20 mil réis, foi avaliada em 400\$000 réis.

Um barral, chamado do Carvalho, na Vilariça, que confinava pelo nascente com o caminho do concelho, pelo norte com João António Monteiro. Calculado o seu rendimento anual líquido em 10 mil réis, foi avaliado em 200\$000 réis.

E, por fim, um palheiro sito na Canelha, com o nome de Cabaço, nesta vila, que partia do nascente com canelha pública, de norte e poente com João de Azevedo Alpoim e de sul com o Dr. Bernardo Doutel de Figueiredo. Calculado o seu rendimento anual líquido em 7 mil réis, foi avaliada em 140\$000 réis.

A morada de casas e o olival do Tapadão tinha-os de posse por herança da legítima paterna, em conjunto com seu irmão António Claudino de Oliveira Pimentel [1815-1883], que foi juiz de direito na comarca de Miranda do Douro e se manteve solteiro. Este irmão, com quem tinha uma relação muito afetuosa – e por isso não haviam partido entre si os ditos bens –, faleceu em 13 de novembro de 1883, sendo Júlio Pimentel seu herdeiro e, portanto, à data da sua morte o seu único possuidor.

Ficavam algumas destas propriedades no vale da Vilariça, extensa e fértil veiga junto ao rio Sabor. A de maior nomeada era sem dúvida a Quinta de Vila Maior, que tinha eira e moinho, e que no século XVII produzia trigo e cevada e tinha oliveiras. Júlio Pimentel havia nela introduzido a vinha³⁷.

³⁶ Foi único Visconde do Marmeleiro António de Carvalho Castro Freire Cortês [1823-1902] (ZÚQUETE, 1960: 2, 726).

³⁷ LEONARDO, 2013: 48, 51.

Era a quinta, em parte, de natureza livre e alodial e, em parte, enfitêutica, na qual incidia o foro anual de 70 alqueires de pão ceiteio, sendo direto senhorio D. Maria Luísa Holbeche Borges e Castro, casada, proprietária, moradora em Tomar, e foreiro o Visconde de Vila Maior. Pela estiva camarária de Moncorvo se vê que, entre 1881 e 1885, o alqueire do ceiteio oscilou entre 300 e 500 réis, o que significa que o referido foro rendeu nesse período entre 21 mil e 35 mil réis.

No rol dos bens móveis, atentou-se primeiro nas peças em prata³⁸. Consistiam num aparelho, numa salva grande e duas menores, em duas dúzias de colheres grandes, 21 colheres de chá, duas de açúcar, duas tenazes, uma concha para sopa, uma colher de arroz e um par de castiçais, com o valor total de 133\$025 réis, assim discriminados: um bule, uma leiteira, um açucareiro e uma tijela lavradas de prata de lei, com o peso de 1650 gramas e o valor de 44\$550 réis; uma salva grande tendo na moldura e pés frisos de pequenas esferas de prata, com o peso de 509 gramas e o valor de 12\$725 réis; uma salva tendo na moldura diferentes filetes de prata de lei, com o peso de 280 gramas e o valor de 7\$000 réis; uma salva com moldura e pés de grade, com o peso de 179 gramas e o valor de 4\$475 réis; um par de castiçais feitio liso com pés sextavados de prata, com o peso de 800 gramas e o valor de 20\$000 réis; doze colheres para guardanapo com filetes nas extremidades dos cabos de prata de lei, com o peso de 587 gramas e o valor de 14\$675 réis; uma colher para arroz e uma dita para a sopa de igual feitio, com o peso de 527 gramas e o valor de 8\$175 réis; doze colheres para guardanapo, feitio liso, com o peso de 585 gramas e o valor de 14\$625 réis; nove colheres para chá e uma para açúcar feitio liso, com o peso de 179 gramas e o valor de 4\$475 réis; doze colheres para chá e uma para açúcar com filetes nos cabos e duas tenazes para açúcar, com o peso de 272 gramas e o valor de 6\$800 réis.

O Visconde de Vila Maior deixou também a sua livraria, um interessante conjunto de 781 obras, que abrangiam temáticas variadas, desde textos de carácter literário, historiográfico ou científico aos de política e administração, economia e finanças, arte militar, higiene e saúde pública, entre outros. Nos seus livros vemos plasmados os seus múltiplos interesses intelectuais e subentendido o domínio de diversos conhecimentos úteis para o cumprimento das tarefas que levou a cabo ao serviço do país. A livraria foi vendida em

³⁸ As pratas foram avaliadas por A. M. Tavares e Irmão, avaliadores privativos do Banco de Portugal, com estabelecimento de ourivesaria na rua Bela da Rainha, em Lisboa.

leilão, realizado em março de 1887 no edifício do Instituto de Coimbra, tendo o catálogo organizado para essa venda apresentado a soma de 809 obras³⁹.

E legou ainda alguns papéis de crédito, seis obrigações de capital nominal de 90\$000 réis cada uma, a juro de 5%, do empréstimo do Governo Português de 1881, no valor total de 540\$000.

A relação de bens incluía também, como se disse, dívidas passivas, na importância total de 11.736\$130, assim descritas:

À Companhia Geral do Crédito Predial Português, já citada, devia a quantia de 3.736\$130 réis, resultante do empréstimo concedido por escritura de 14 de abril de 1876.

A D. Fábria Gouveia de Vasconcelos, sua nora, a quantia de 6.000\$000 réis, valor do dote de casamento que o avô desta, Carlos Luís de Macedo Gouveia e Vasconcelos, viúvo, capitão do Regimento de Milícias de Miranda, e a tia, D. Carolina Raquel de Macedo Gouveia e Vasconcelos, solteira, lhe haviam feito por escritura datada em Moncorvo de 12 de maio de 1869.

À mesma D. Fábria, a quantia de 2.000\$000 réis, valor de uma doação feita, no mesmo dia, a seu marido Emílio Pimentel, pelo tio deste, António Claudino de Oliveira Pimentel, atrás referido.

O empréstimo junto da Companhia do Crédito Predial fora inicialmente contraído em 1865, com o fim de empregar o seu produto no melhoramento dos prédios de Moncorvo⁴⁰ a cuja administração resolvera dedicar-se depois da sua jubilação em 1864. Ao longo do tempo foi abatendo algumas verbas, mas não conseguiu desonerar-se do total, tendo portanto em 1876 feito outro contrato, amortizando parte da dívida anterior e contraído o novo empréstimo que estava agora em vigor.

As dívidas a D. Fábria tinham a sua raiz na escritura antenupcial lavrada na véspera do seu casamento com Emílio Pimentel. O avô e a tia da noiva dotaram-na em seis contos de réis entregando no dia do casamento 2.700\$000 réis em dinheiro e o restante em letras a vencer a um ano, e a cujo pagamento obrigavam uma série de propriedades em Castro Vicente, com o valor de 4 contos de réis que ficariam a pertencer, por acordo entre ambos, a D. Carolina Raquel, logo que se achassem desobrigados do pagamento das

³⁹ *Catálogo*, 1887. A riqueza e a complexidade deste acervo bibliográfico justificam um estudo a ele especificamente dedicado que, dada a sua extensão, não cabe neste artigo e por isso será objeto de publicação autónoma.

⁴⁰ PIMENTEL, 2014: 161.

letras e passariam então para sua sobrinha. E, satisfeito o dote, seria este convertido no prazo legal em bens de raiz ou em inscrições⁴¹.

Nesse mesmo contrato de dote ficou estabelecido que o pai do noivo, Visconde de Vila Maior, receberia o dote convencionado, obrigando-se a dar aos contraentes a quantia de 300 mil réis anuais, quando eles não vivessem em sua casa ou em sua companhia e, quando se desse o caso de assim acontecer, a aboná-los numa mesada proporcional às despesas particulares da noiva. Ao cumprimento dessa obrigação hipotecava as partes que lhe pertenciam em um olival que possuía no sítio de Santa Clara, o Tapadão, com o valor de três contos de réis, e nas casas em que residia sitas no Rocio desta vila, que valiam outro tanto, bens de que também era proprietário seu irmão António Pimentel. Nesta escritura de dote ficou pois assente uma hipoteca de 6 contos de réis, feita a D. Fábila Emília de Vasconcelos, pelo seu futuro sogro, o Visconde de Vila Maior.

Por sua vez, o tio do noivo, o citado António Pimentel, para ajuda do casamento que disse ser muito a seu gosto, também dotou o sobrinho Emílio, no valor de 2.000\$000 réis, fazendo-lhe doação das partes do mencionado olival de Santa Clara e da dita casa de residência que lhe pertenciam. Reservava, porém, o usufruto das propriedades enquanto fosse vivo. Acrescentavam ambos que tudo isto ficaria sem efeito se o casamento se não realizasse ou se o doado falecesse antes da esposa e dele não ficasse descendência.

Como se vê, todos os bens imóveis se localizavam em Moncorvo. O casal nunca investiu em património imobiliário em Lisboa. Embora tivesse mantido, ao longo dos anos, a sua vida familiar organizada na capital, sempre aí habitou em casas arrendadas. E também o não fez em Coimbra. Antes da sua nomeação para a reitoria em 9 de julho de 1869, não tinha qualquer ligação prévia à cidade coimbrã, pois não era nela professor. A nomeação ficou a dever-se a uma escolha política, feita pelo Ministro do Reino, o Bispo de Viseu, D. António Alves Martins. Depois de tomar conta do cargo, não se tornou necessário instalar casa, pois tinha residência privativa nos edifícios da Universidade.

⁴¹ Como se previa na legislação: «Se no dote, quer este seja constituído pela mulher, quer pelo marido, quer por outrem, for incluído dinheiro, será este convertido, dentro de três meses, contados desde o casamento, em bens imóveis, inscrições de assentamento, ou acções de companhias ou dado a juros, por escritura pública, com hypotheca. O dote em dinheiro, que não for convertido na forma sobredita, ter-se-ha como não existente, e entrará na communhão» (*Código Civil Portuguez de 1867*, art.º 1140). As disposições legislativas sobre os bens dotais encontram-se na Sub-Secção "Do regime dotal" que vai do art.º 1134 ao art.º 1165.

Toda a aposta em bens de raiz foi assim feita na terra natal, com o fito de aí se vir a estabelecer, projeto de vida que acarinhou a dada altura do seu percurso. Em 1863, tendo herdado alguns prédios da legítima paterna – o pai falecera em 1861 – e concluindo que os vencimentos que auferia não bastavam para cobrir as suas despesas em Lisboa, decidiu sair da capital com a família⁴². Requerida e obtida a sua reforma da Escola Politécnica, em janeiro de 1864, veio para Trás-os-Montes, onde permaneceu até quase ao final da década. Foi uma época em que se empenhou no governo da sua casa, embora assumisse também muitos outros compromissos, mormente o estudo da ampelografia do país vinhateiro do Douro, de que tinha comissão, ou a sua participação, como membro do júri, na Exposição Internacional de Paris em 1867. Finda essa estada mais prolongada, depois de vir para Coimbra só ia a Moncorvo uma vez ao ano, no mês de setembro, aproveitando as férias escolares, para «fazer a visita do costume e observar o estado da nossa casa»⁴³.

Quando deixou Torre de Moncorvo para tomar posse da reitoria da Universidade, em setembro de 1869, pensou em colocar o filho à frente das propriedades da família, cuidando que ele, por ser agrónomo, não teria problemas em arcar com essa responsabilidade. Com essa decisão queria garantir uma melhor gestão do seu património e ao mesmo tempo dar um rumo ao filho, que se havia demitido do emprego que tinha nas obras públicas do distrito de Bragança. Emílio Pimentel, contudo, não respondeu favoravelmente ao desejo do pai. Logo no ano seguinte, manifestou vontade de também sair da vila, pois não se entendia com a direção da casa e ambicionava voltar para Lisboa e aí entrar para o Ministério das Obras Públicas. No fim de maio de 1871, partiu com a mulher para a capital onde se fixou definitivamente⁴⁴. A colocação pretendida, no entanto, revelou-se mais difícil de alcançar do que previra, vendo-se Júlio Pimentel obrigado a meter empenhos para lhe conseguir uma ocupação na administração do reino, como fica patente em correspondência trocada com Rodrigo de Moraes Soares que, em junho de 1878, escrevia: «O negócio do seu Emílio está arranjado» e o voltava a fazer em outubro do mesmo ano: «os trabalhos da Estatística Agrícola só começam em janeiro próximo e ... então se verá qual a parte que poderá tomar o Emílio»⁴⁵.

⁴² PIMENTEL, 2014: 158.

⁴³ PIMENTEL, 2014: 203.

⁴⁴ PIMENTEL, 2014: 192, 196.

⁴⁵ SILVA, 2017: 300, 323.

Situação financeira

A situação financeira em que o falecido Visconde de Vila Maior deixava a sua viúva era bastante precária. Penso que a família dependia para viver dos honorários que ele recebia como reitor da Universidade e das suas reformas da Escola Politécnica e do Exército, como tenente-coronel⁴⁶, os quais, com a sua morte, passavam a não estar disponíveis. O casal tinha bens, sobretudo fundiários, com algum valor, mas também dívidas passivas em tal montante que a quitação das mesmas absorveu tudo o que eles valiam.

As propriedades há muito que não davam o suficiente para cobrir as despesas e os empréstimos contraídos. Em 1876, já Júlio Pimentel se queixava do feitor que, depois da sua vinda para Coimbra, e de o filho ter saído de Moncorvo, tinha ficado com inteira direção da lavoura. Dizia então que o rendimento da casa não chegava nunca para o pagamento das prestações à Companhia do Crédito Predial, vendo-se obrigado a supri-las com parte dos seus vencimentos.

Para se libertar dessa dívida, e por insistência da família, tinha mesmo vendido, com muito pesar, uma quinta, chamada do Rego da Barca, situada já no rio Douro, que era a propriedade que menos rendia e mais prejuízo dava, para com isso distratar a respetiva hipoteca, distrate que a Companhia do Crédito Predial estipulara em 1.800\$00 réis, mais 3% de indemnização. Essa venda, feita em más condições, apenas permitiu amortizar metade do empréstimo contratado e pagar algumas outras dívidas⁴⁷.

Tentou depois uma outra solução para o governo das suas terras, despedindo o feitor e arrendando o resto dos bens, mas parece que a gestão continuou do mesmo modo ineficiente, não sendo a produção agrícola capaz de gerar fundos para possibilitar a liquidação das dívidas que ficaram.

Por outro lado, a manutenção das propriedades impunha uma contínua intervenção com obras que também consumiam parte do rendimento, como se vê de vários lamentos dos rendeiros informando que na quinta de Vila Maior, em 1881, chovia na casa e nos palheiros, sendo preciso substituir o telhado, na casa do Cuco, estavam constantemente a cair paredes, na casa da Quinta Branca, estava a cair a cozinha, no Tapadão, foi preciso fazer uma cancela⁴⁸.

A Viscondessa, à morte do marido, viu-se mergulhada num enorme aperto financeiro, como o demonstra a urgência em conseguir algum nume-

⁴⁶ Posto com que está registado em 1884. AHM (Lisboa) – *Livro Mestre dos Officiaes reformados da 2ª divisão militar (1868 a 1883)*, n.º 109.

⁴⁷ PIMENTEL, 2014: 207. SILVA, 2017: 196-197.

⁴⁸ SILVA, 2017: 200, 202.

rário. Assim que se iniciou a organização do inventário, imediatamente solicitou autorização para vender, particularmente, alguns bens do casal. Entre esses bens, os de mais fácil venda eram as seis obrigações do empréstimo do Governo Português que foram logo transacionadas. O produto dessa venda destinava-se a custear as despesas correntes de sua casa, feitas tanto com a própria, como com as netas que tinha a seu cuidado.

Venda dos bens fundiários

Em Junho de 1885, em reunião do Conselho de Família, com o Juiz da Comarca de Coimbra, o Curador-geral dos Órfãos da mesma, e o procurador da cabeça de casal, foi deliberado que desde logo se assegurassem todas as dívidas passivas, assim como os respetivos juros vencidos e ainda o pagamento de quaisquer contribuições prediais em atraso, o que a norma legislativa facultava⁴⁹. Para alcançar esse objetivo, que pressupunha realização de capital, foi decidida a venda de todos os bens imobiliários existentes na comarca de Moncorvo, com a maior brevidade possível.

Em 26 de julho de 1885, procedeu-se à venda desses bens que, como a lei estipulava, teve de ser efetuada em hasta pública⁵⁰. Destinava-se o produto da venda a pagar as dívidas passivas de que eram credores o banco hipotecário e D. Fábria de Vasconcelos, e os bens iam à praça pelo valor da avaliação.

Nesse dia, só uma propriedade foi negociada: a morada de casas sita ao adro da Igreja Matriz, que fora avaliada em três contos e foi arrematada por Claudino Augusto Chaves de Oliveira, casado, negociante, morador na vila, que ofereceu o maior lanço, de 3.000\$100 réis.

Como na primeira praça não obtiveram lançador, os bens restantes voltaram a leilão em 8 de novembro do mesmo ano para serem vendidos com o abatimento da quinta parte do seu valor, a saber: a quinta do Cuco, pela quantia de 2.080\$000 réis; o olival a Santa Clara, o Tapadão, por 2.400\$000; o olival em Vale das Latas, por 240 mil réis; a quinta ao Campo Redondo, por 1.600\$000 réis; a Quinta de Vila Maior, por 1.760\$000 réis; a courela, na Vilariça, ao Lodoal, por 320 mil réis; o barral, chamado do

⁴⁹ «Durante a formação do inventario poderão ser pagos pelo administrador da herança os legados e as dividas passivas, quando no pagamento concordarem todos os herdeiros, credores e legatarios» (*Código Civil Portuguez de 1867*, art.º 2056).

⁵⁰ «Se houver de proceder-se á venda dos bens hereditarios, será esta feita em hasta publica, salvo se todos os herdeiros, credores e legatarios concordarem no contrario» (*Código Civil Portuguez de 1867*, art.º 2055).

Carvalho, por 160 mil réis; o palheiro, situado no caminho do Cabaço, por 112 mil réis. No total, o abatimento significava uma quebra de 2.168\$000 réis, o que não era coisa pouca.

Nesta segunda tentativa, foram arrematados os seguintes prédios: o olival em Vale das Latas pela quantia de 240\$200 réis, por José Carlos Monteiro, casado, proprietário da vila de Moncorvo; a quinta ao Campo Redondo, pelos 2.261\$000 réis que ofereceu Francisco José Ferreira de Carvalho, casado, proprietário, desta vila; a Quinta de Vila Maior que teve o maior lanço de 1.801\$000, de António Caetano de Oliveira, também desta vila, viúvo, proprietário, residente agora na cidade do Porto, através do seu procurador, Eduardo Augusto Lopes Pereira, casado, proprietário, desta vila; e o palheiro, sito na canelha do Cabaço, pelo maior lanço de 297\$000 réis que ofereceu o Dr. Bernardo Douzel de Figueiredo Sarmento, casado, proprietário, igualmente desta vila.

Os lanços cobriram parte da perda do abate, pois ficaram 1.087\$000 réis acima da segunda avaliação.

Como ainda ficaram bens por vender, em 12 de janeiro de 1886, o Conselho de Família, magistrados e advogados deliberaram por unanimidade que os bens imóveis voltassem à praça com o abatimento de duas quintas partes da sua avaliação.

Assim, no auto de arrematação, realizado em 14 de fevereiro de 1886, a Quinta do Cuco foi à praça, com a dita redução, no valor de 1.560\$000 réis; o olival do Tapadão, por 1.800\$000; a courela de terra, sita ao Lodoal, por 240\$000; o barral, na Vilarça, por 120\$000.

A Quinta do Cuco foi então vendida por 2.061\$000 que ofereceu Manuel Joaquim Rego desta mesma vila, através do seu procurador António Pinto, casado, feitor, também da vila, empregado da Ex.ma D. Antónia Ferreira; o olival sito a Santa Clara, o Tapadão, por 1.910\$000 réis, e a courela de terra, ao Lodoal, pela quantia de 241\$000 réis, bens arrematados por Joaquim António da Silva, solteiro, maior, negociante, desta vila; finalmente o barral, chamado do Carvalho, foi comprado pela quantia de 120\$100 réis por Manuel Joaquim Rego, casado, proprietário desta vila.

A arrematação voltou a gerar um valor um pouco acima do previsto, com uma demasia de 712\$000 réis. No total, a venda em hasta pública dos bens imobiliários rendeu 11.931\$400 réis⁵¹, o que significa uma perda de valor de 1.908\$000 réis, em relação à sua avaliação inicial, cerca de 14%.

⁵¹ Como se vê adiante, a partilha indica mais mil réis, o que deve ser erro de contas.

O infortúnio de uns é a sorte de outros. António Caetano de Oliveira [1838-1914], que aqui vemos a comprar a Quinta de Vila Maior, vai afirmar-se como o maior proprietário do vale da Vilariça, e mesmo da região, com um total de 97 propriedades⁵². Ao património de Júlio Pimentel foi buscar, em condições bem favoráveis, duas das cinco quintas que possuía: a de Vila Maior, por menos 399\$000 réis do que o valor inicial que ela tinha na assentada, e a do Rego da Barca, antes referida, comprada em difícil situação financeira do seu detentor e por isso com manifesto prejuízo deste.

Mapa das Partilhas

O mapa das partilhas dos bens que ficaram por óbito do Visconde de Vila Maior refere o total de 12.307\$910 réis, que engloba 11.932\$400 réis, produto da venda dos bens imobiliários em hasta pública, 238\$010 réis provenientes do leilão da livraria, 137\$500 réis que correspondem ao valor das pratas. Como os réditos resultantes das propriedades vendidas se destinavam ao pagamento das dívidas passivas, na importância de 12 contos de réis, não entrando nesta quantia as custas do inventário, restou para partir a módica quantia de 375\$510 réis, resultante da soma das outras duas verbas.

A Companhia do Crédito Predial ficou paga, em 16 de janeiro de 1886, do crédito na importância de 4.000\$000 réis que provinha do empréstimo a 6%, contraído pelo Visconde de Vila Maior.

A nora, D. Fábria de Gouveia Vasconcelos, recebeu 3.000\$000 réis, por conta dos 8 contos de réis em dívida, tendo direito a levantar o resto do produto da venda das propriedades, depois de pagar as custas do inventário.

A viúva, Viscondessa de Vila Maior, ficou com a quantia de 238\$010, a parte referente aos bens móveis licitados, os livros. Deu de tornas aos outros herdeiros 50\$255 réis, dividido nos lotes A e B, respetivamente de 25\$752 e 24\$502 réis.

Ao lote A, do neto Luís Carlos, couberam os seguintes valores em partilha – em prata, 68\$125 réis: um bule, uma leiteira, um açucareiro e uma tijela no valor de 44\$550 réis; uma salva, com o de 4\$475 réis; doze colheres para guardanapo, com o de 14\$625 réis; nove colheres para chá e uma para açúcar, com o de 4\$475 réis. Tem ainda a haver de tornas 25\$752 réis, perfazendo a soma total – 93\$877 réis.

⁵² LEONARDO, 2013: 40.

Ao lote B, das netas, filhas da Marquesa de Belas, coube a cada uma o quinhão de 31\$292 réis, assim discriminados:

1.º lote – em prata: uma salva grande no valor de 12\$725 réis; uma colher para arroz e uma para sopa, com o valor de 8\$175 réis; de tornas 10\$392.

2.º lote – em prata: um par de castiçais, com o valor de 20\$000 réis; doze colheres de chá e uma de açúcar e duas tenazes para açúcar, com o valor de 6\$800 réis; de tornas 4\$492.

3.º lote – em prata: uma salva, com o valor de 7\$000 réis; doze colheres para guardanapo, com o valor de 14\$675 réis; de tornas 9\$617.

As custas do inventário, entre juizes, curador dos órfãos e seu substituto, escrivão, louvados, contador, oficiais de diligências e empregados das comarcas, cifraram-se no total de 183\$587 réis, o pagamento das quais saiu do dinheiro depositado, depois dos bens vendidos.

Assim, dos bens fundiários nada restou, servindo eles apenas para solver encargos passados, ficando como único rendimento o do leilão dos livros e as pratas que foram divididas por todos os netos. Excluindo o produto da venda das obrigações, o que lhe foi permitido para fazer face às despesas correntes da sua casa, a viúva, depois de entregar as tornas, ficou com a quantia total de 187\$755 réis.

Fazendo as contas, se colhe que o custo da burocracia judicial pesou praticamente tanto quanto valeu a meação da viúva⁵³ ou o quinhão somado de todos os herdeiros.

É penoso verificar que um homem que tanto se interessou pelo chão que o viu nascer – que lutou pelo seu desenvolvimento económico, pelo incremento de algumas culturas, como a amoreira e o sirgo, a vinha e a viticultura, que arriscou investimentos, infelizmente sem lucro, nas terras aí herdadas ou adquiridas –, nada dele legou para a geração seguinte. E que a sua família perdeu o sentido de pertença à região, sentido que ele acalentou, enraizado como estava nas suas origens.

Moncorvense ilustre, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel veio ao mundo no seio de uma família abastada e de prestígio em terras transmontanas, cujo tronco começara com Francisco de Oliveira Rego, lavrador que já possuía bens na Vilariça em 1777⁵⁴, ao casar-se com D. Antónia Teresa de Pimentel, senhora que pertencia a uma antiga família nobre de Moncorvo⁵⁵.

⁵³ Os Viscondes de Vila Maior estavam casados pela lei geral do reino.

⁵⁴ Tombo Geral da Ribeira da Vilariça de 1777". In LEONARDO, 2013: 67.

⁵⁵ PIMENTEL, 2014: 38.

Nasceu em 5 de outubro de 1809 na vila de Torre de Moncorvo, na casa solarenga de seu avô, João Carlos de Oliveira Pimentel [ca1740-1835], homem de negócio e proprietário, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, capitão-mor das Ordenanças de Moncorvo, nesta vila administrador-geral dos Tabacos e Sabões e donatário da barca do Côa que, nos finais do século XVIII, rendia 50 mil réis ao ano⁵⁶.

A casa tinha meios de fortuna e rendimentos abundantes que, como diz seu pai – Luís Cláudio de Oliveira Pimentel [1772-1861], sargento-mor de Moncorvo e, mais tarde, 1.º Visconde de Vila Maior –, asseguravam um bom nível de vida e permitiam sustentar uma posição que se podia «classificar de muito decente e talvez de luxo em uma terra de Provincia»⁵⁷.

No solar avoengo, edifício barroco setecentista, com interiores ricamente ornamentados⁵⁸, situado no coração da vila, bem próximo da imponente Igreja Matriz, decorreu a sua infância, pois seu pai continuou no lar paterno depois de se casar, em 1804, com sua mãe, D. Angélica Teresa de Sousa Cardoso Pimentel Machado, senhora que trouxe para o casal o valioso dote de 12 contos de réis. A família vivia em estreita comunhão, quer no que respeitava à economia doméstica, quer no que respeitava aos interesses comerciais e agrícolas⁵⁹.

O seu lar, de estrutura familiar múltipla, como era marca das classes altas, englobava, para além das unidades familiares de pais e filhos, vários parentes colaterais, como irmãos, tios e primos, e ainda um capelão e um mestre de primeiras letras, Matias Gonçalves de seu nome, especialmente encarregado do ensino dos meninos Pimentéis que para o efeito viera de Lisboa. É o próprio Júlio Pimentel que nos revela que viviam patriarcalmente em torno do avô, chefe de família respeitado, sentando-se à mesa pelo menos 14 pessoas entre grandes e pequenos⁶⁰.

A família tinha posses para lhe proporcionar a ele, e a todos os irmãos, uma educação esmerada e uma instrução superior que os habilitasse a exercer os mais honrosos cargos. Finda a sua aprendizagem em casa, continuou os seus estudos na cidade do Porto, no Colégio da Lapa, um dos mais conceituados da cidade, colégio que não ficava barato e por isso só admitia estudantes de famí-

⁵⁶ Segundo o *Mappa do estado actual da Provincia de Tras-os-Montes*, de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, de 1796 (MENDES, 1981: 233).

⁵⁷ ABUC (Coimbra) – *Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior*: PIMENTEL, Luís Cláudio de Oliveira – *Diverças épocas da vida de L. C.*

⁵⁸ Sobre este solar, ver: PEREIRA, 2015: 291-296, 304-307.

⁵⁹ ABUC (Coimbra) – *Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior*: PIMENTEL, Luís Cláudio de Oliveira – *Diverças épocas da vida de L. C.*

⁶⁰ PIMENTEL, 2014: 46.

lias aristocráticas ou burguesas, sobretudo de terras a norte do Douro⁶¹. Seguiu depois para Coimbra, onde se matriculou nas Faculdades de Filosofia e de Matemática, vindo a obter o grau de bacharel em Matemática em 1837, depois de uma interrupção por causa das lutas civis em que tomou parte pelo lado dos liberais. Nesse mesmo ano começou a sua vida profissional, como professor de Química, na recém-criada Escola Politécnica de Lisboa, tornando-se autónomo e independente da casa paterna, da qual, contudo, se não esqueceu ou afastou.

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, que se notabilizou no magistério e na ciência, na atividade política, administrativa e económica, no seu envolvimento cívico e associativo, que lutou pelo Portugal liberal e pelo progresso do país, parece não ter tido ambição ou oportunidade para amealhar riquezas, para si e para a sua família.



Imagem n.º 1 - Visconde de Vila Maior, Reitor da Universidade de Coimbra⁶²

Teve, nessa relação aparentemente desprendida com os bens materiais, um destino semelhante ao do seu amigo José Maria Latino Coelho

⁶¹ SILVA, 2000: 55-69. Este colégio ficou famoso por nele terem estudado figuras ilustres como Eça de Queirós, Ricardo Jorge ou Ramalho Ortigão.

⁶² Imagem publicada em *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro* (1 de novembro de 1884).

[1825-1898], como ele homem de ciência e cultura, e também ele trabalhador infatigável, que, quando morreu, deixou o irmão que com ele vivia a carecer do socorro da Assistência Pública e a ter de ir vendendo o que tinha em casa⁶³.

E as netas – que em crianças e nos bons tempos de Belas, eram convidadas do Paço Real, indo a bailes e festas no Palácio da Ajuda, como é o caso de um baile de máscaras no Entrudo de 1873⁶⁴, convivendo com os príncipes e outros meninos das famílias gradas da nobreza do reino, vieram a herdar do avô a pobreza de uns milhares de réis! Exígua herança que, porventura, se verá refletida nos casamentos que vão contrair, alianças de algum valimento, mas longe de condizerem com os pergaminhos da sua linhagem paterna.

Não deixa de ser apropriado afinal que alguém que à busca do conhecimento dedicou muita da sua energia e do seu talento tenha deixado aos netos, por herança, para além de meia dúzia de peças em prata, o produto da venda dos seus livros. Tudo o mais se perdeu na voragem, e foi a sua biblioteca, que, não tendo obras raras ou de grande valor pecuniário, mas espelhando bem o carácter e as inclinações de quem ao longo dos anos a foi coligindo, conseguiu gerar algum proveito.

Fontes manuscritas

Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra (ABUC)

Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior : PIMENTEL, Luís Cláudio de Oliveira – *Diverças épocas da vida de L. C.*

Arquivo Distrital de Santarém (ADS)

Registos Paroquiais: São Nicolau. Livro de Óbitos de 1890-1893.

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Livro Mestre dos Officiaes reformados da 2ª divisão militar (1868 a 1883).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Processos judiciais. Inventários. Sé Velha. "Inventario Orphanologico do Visconde de Vila Maior". Maço n.º 3, n.º 37.

Registos Paroquiais: São Cristóvão. Livro de Óbitos de 1880.

Registos Paroquiais: São Cristóvão. Livro de Óbitos de 1884.

⁶³ CAMACHO, 1923: 156.

⁶⁴ Como narra Tomás de Melo Breyner nas suas *Memórias* (LOPES, 2011: 200). Tomás de Melo Breyner [1866-1933], 4.º Conde de Mafra, foi médico do Rei D. Carlos.

Fontes impressas

- Catálogo dos livros e mappas que pertenceram ao Visconde de Villa Maior, e que hão-de ser vendidos em Coimbra na Rua do Infante D. Augusto, n.º 50 (Instituto), nos dias 7 de Março e seguintes, pela 1 hora da tarde* (1887). Coimbra: Imprensa Academica.
- Código Civil Portuguez* (1867). 3.ª ed. Porto: Typographia do Commercio do Porto.
- Diário da Assembleia da República*. II série, n.º 69 (20 de março de 1985), 2415-2418.
- Diario Illustrado*. Setimo anno, n.º 1755 (15 de janeiro de 1878).
- O Occidente : Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. 7.º anno, vol. VII, n.º 211 (1 de novembro de 1884).
- ORTIGÃO, Ramalho (1875) – *Banhos das Caldas e Aguas Mineraes*. Desenhos de Emílio Pimentel. Porto : Livraria Universal de Magalhães e Moniz.
- ORTIGÃO, Ramalho (1876) – *As praias de Portugal : Guia do banhista e do viajante*. Desenhos de Emílio Pimentel. Porto : Livraria Universal de Magalhães e Moniz.
- PIMENTEL, Emílio Claudino de Oliveira (1866) – “Dissertação sobre a sericultura em geral e particularmente no concelho de Moncorvo. Pelo agrónomo do Instituto Geral de Agricultura [...]”. In SOUSA, Fernando de (2006) – *História da indústria das sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Afrontamento, vol. 2, 471-491. Publicado primeiramente em *Archivo Rural : Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*. Lisboa : Imprensa União Typographica, vol. IX.
- PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira (2014) – *Memórias : Visconde de Vila Maior*. Prefácio e transcrição de Adília Fernandes. Introdução de Manuel Pimentel Quartin Bastos. Coimbra: Palimage.
- VILA MAIOR, Visconde de (1876) – *O Douro Illustrado : Album do Rio Douro e paiz vinhateiro : Introdução historica e descriptiva*. Porto : Livraria Universal de Magalhães e Moniz.

Referências bibliográficas

- ALVES, Francisco Manuel, Reitor de Baçal (1931) – *Memorias Arqueologico-Historicas do Distrito de Bragança*. Porto: Empresa Guedes. Tomo VI.
- BASTOS, Manuel Pimentel Quartin (2014) – “Introdução”. In Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira. *Visconde de Vila Maior : Memórias*. Coimbra: Palimage.
- CAMACHO, Brito (1923) – *Os amores de Latino Coelho*. Lisboa: Livraria Editôra Guimarães.
- CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de (1872) – *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LEONARDO, Rui Emanuel Leal (2013) – *O Baixo Vale da Vilarça entre o Antigo Regime e o Liberalismo : território, propriedade e culturas*. 2.º Ciclo de Estudos em Arqueologia : Dissertação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LOPES, Maria Antónia (2011) – *Rainhas que o povo amou : Estefânia de Hohenzollern; Maria Pia de Savoia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LOUREIRO, José Pinto (1954) – “Livreiros e livrarias de Coimbra”. *Arquivo Coimbrão*. 12, 69-171.

- MENDES, José Maria Amado (1981) – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.
- MONTESINOS, Fernando (2019) (coord.) – “O passeio a Sintra da Rainha Alexandra em 1905 : em torno do almoço no Paço da Vila”. In *A Royal lunch : a visita a Sintra da Rainha Alexandra do Reino Unido, 24 de março de 1905*. Sintra: Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., 16-112.
- MOTA, Guilhermina (2012) – *O Visconde de Vila Maior : alguns apontamentos sobre a sua vida e ação*. Sep. *Biblos*. 10 (2.ª sér.), 245-292.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida de (2011) – *Dona Antónia*. Alfragide : Casa das Letras.
- PEREIRA, Liliana Figueiredo (2015) – “A arte do estuque no norte de Portugal : estuques decorativos no espaço doméstico do Douro Superior : inventário para um roteiro dos exemplares remanescentes na vila de Torre de Moncorvo”. *Revista CEPIHS*. 5, 285-309.
- PONTE, Teresa Cristina Rôssas (2013) – *Estruturas residenciais dos Condes de Pombeiro : o Paço de Belas*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Coimbra : Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.) (1992) – *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis*. Vol. II: 1772-1937. Coimbra : Arquivo da Universidade de Coimbra.
- SILVA, Ana Margarida Dias da (2017) – “De Vossa Excelência admirador e servo humilde: Catálogo da correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º Visconde de Vila Maior (1851-1884)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30, 161-374.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2000) – “O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos”. *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto. III série, vol. I, 55-69.
- VASCONCELOS, António de (1934) – “Augusto Mendes Simões de Castro : Esbôço biográfico – notas bibliográficas”. *O Instituto. Jornal Científico e Litterario*. 87, n.º 1, 1-56.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.) (1960-1961) – *Nobreza de Portugal : Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. 3 vols.

O lugar dos 'Arquivos Pessoais' na Arquivística Internacional

The place of 'Personal Archives' in the International Archival Science/Discipline

CARLOS GUARDADO DA SILVA¹

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
Professor e Diretor do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
carlosguardado@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-1490-8709

Artigo entregue em: 26 de maio de 2020
Artigo aprovado em: 12 de agosto de 2020

RESUMO

É notório o aumento recente do estudo dos arquivos pessoais, no âmbito de diversas áreas científicas. Este estudo, exploratório de natureza qualitativa, efetua uma reflexão crítica sobre o lugar que os arquivos pessoais ocupam na arquivística internacional, tendo por base o método de pesquisa e análise documental. Discute os termos e o conceito de arquivo pessoal, analisa o seu desenvolvimento desigual em distintos países e termina com a enumeração de algumas problemáticas. Conclui que a sua valorização se deve à história, e mormente à história da vida privada.

PALAVRAS-CHAVE: Acervo pessoal; Arquivística; Arquivo pessoal; Documentos pessoais; História da vida privada.

¹ O presente estudo é o resultado da Conferência inaugural "O lugar dos 'Arquivos Pessoais' na Arquivística Internacional", proferida na Jornada *O arrançamento dos Arquivos: preservação e tratamento de Arquivos Pessoais e de Família* (2.ª sessão), no dia 29 de outubro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Coimbra, uma organização da APAHP – Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados. A este, acrescentámos apenas alguns breves parágrafos de atualização.

ABSTRACT

The recent increase in the research of personal archives is notorious, in the scope of several scientific areas. This exploratory and qualitative study carries out a critical reflection on the place that 'personal archives' occupy in international archival science / discipline, based on the method of documentary analysis. It discusses the terminology and the concept of 'personal archives', analyzes their uneven development in different countries and ends with a enumeration of some issues. It concludes that its valorization is due to history and, mainly, to the history of private life.

KEYWORDS: Archival Science; History of private life; Manuscripts; Personal archives; Personal papers.

Introdução

Nas últimas três décadas, os estudos sobre os arquivos pessoais, seja no contexto da história, da antropologia e da sociologia, seja no contexto da literatura e da cultura, seja ainda no contexto da arquivística e/ou da ciência da informação, considerando neste caso a arquivística como disciplina, têm conhecido um renovado interesse por parte dos investigadores, sobretudo no quadro internacional, reposicionando o seu lugar e reforçando o seu valor para a investigação. Este seu valor - histórico e/ou cultural – justifica e reclama a sua recolha nos arquivos, bibliotecas ou museus (e não só!), enquanto instituições de memória, reconhecendo a importância dos arquivos pessoais como fonte de informação identitária e como parte da memória de uma sociedade, a *evidence of us*, como bem notara a investigadora australiana, Sue MCKEMMISH, em *Evidence of me* (1996: 175).

Para além do registo da memória, são os titulares dos arquivos pessoais, mas também os seus distintos usos pela sociedade, que permitem singularizar a sua custódia e preservação, bem como o seu estudo. E este é bem diverso, desde os trabalhos académicos, no âmbito de dissertações de mestrado e doutoramento, a trabalhos de ficção (literatura e cinema), dando origem a livros (científicos e técnicos, sobretudo neste caso os instrumentos de acesso à informação - IAI, tradicionalmente designados por Instrumentos de Descrição Documental - IDD), filmes e exposições (BELLOTTO, 2014: 108).

Diz um provérbio árabe que 'os homens são mais filhos do seu tempo do que dos seus próprios pais'. Não são, porém, os arquivos dos homens simples que se reúnem nas instituições de memória, como representantes

de uma época, uma área do conhecimento ou uma expressão de um segmento da sociedade, mas os arquivos de homens (e de mulheres) que se destacaram socialmente ao longo da história – os *representative men* –, objeto de culto e memorização em Portugal, a partir da década de 80 do século XIX, como bem notara o insigne historiador Fernando Catroga (1989).

Todavia, esse crescente interesse, que acompanha o interesse da história pela vida privada, não tem sido sempre acompanhado de reflexão teórica, grandemente ausente deste campo de estudo, cuja importância não é consensualmente reconhecida. Na verdade, a própria tradição arquivística considerava, até há pouco tempo, apenas a documentação de caráter administrativo, excluindo a de caráter pessoal e biblioteconómico. A título de exemplo refira-se o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898, com a primeira edição portuguesa (no Brasil) em 1960, para quem os documentos relacionados com os arquivos pessoais se restringem às atividades de negócio (1973: 19).

Nesta breve introdução ao tema, e sendo este um estudo eminentemente de reflexão, procuraremos discutir e identificar o conceito de ‘arquivo pessoal’, situar as suas origens e os desenvolvimentos na arquivística internacional, terminando com a identificação de algumas das problemáticas que incorporam os estudos dos arquivos pessoais, que permitem compreender o seu lugar na arquivística em particular e no âmbito mais lato da ciência da informação.

Metodologicamente, partiremos de uma pesquisa documental não sistemática internacional, atendendo com particular ênfase ao lugar dos arquivos pessoais no Reino Unido, em França, nos Estados Unidos, no Canadá e no Brasil, países onde o seu estudo adquiriu certa relevância, terminando com o caso português. Não ignoramos, também, ter sido este percurso iniciado e apresentado por Lucia Maria Velloso de Oliveira, no seu livro intitulado *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais* (Rio de Janeiro: Móbile, 2012), que resultou da sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, dois anos antes, o qual seguimos de perto.

1. Concetualização de ‘Arquivo Pessoal’

Historicamente, foram as bibliotecas e os museus, enquanto **instituições de memória**, que abriram as portas à custódia dos arquivos pessoais, referindo-se-lhes, muitas vezes, como ‘*collections*’/‘coleções’, ‘*manuscripts*’/‘manuscritos’ e ‘*personal papers*’/‘papéis pessoais’. Na literatura norte americana (Canadá e Estados Unidos) da área arquivística, ‘*manuscripts*’ é o termo

usado para a referência aos documentos históricos ou literários dos arquivos pessoais ou de família, assim como '*personal papers*' se utiliza exclusivamente no contexto dos arquivos pessoais e de família. Se aquela referência – *manuscripts* - parece expressar um menor entendimento da sua natureza e identidade, apontando mormente para a técnica da escrita (manuscrito) e para o suporte (papel), *personal papers* é um termo igualmente redutor, uma vez que designa os arquivos exclusivamente em papel, ainda que maioritariamente assim seja, bem como parece referir-se a 'documentos avulsos', cujo uso se encontrava outrora em voga em Portugal, parecendo traduzir uma parcial ou total ausência de contexto.

Quanto ao conceito de 'coleção', que evoca o trabalho do colecionador, permite apontar, como sabemos, para um conjunto de documentos reunido de forma intencional, "sem a marca da produção natural e sem a explicitação da relação orgânica entre os documentos" (OLIVEIRA, 2012: 31) e destes com as funções e/ou atividades que os geraram. Todavia, na literatura arquivística canadiana e dos Estados Unidos, o termo *collection* expressa quer a 'coleção' quer o 'arquivo', designadamente quando se refere a arquivos pessoais, sendo usado para designar as duas realidades indistintamente, não se aplicando o termo '*archive(s)*' para designar o conjunto de documentos de uma pessoa ou de uma família, mas apenas em referência ao arquivo definitivo de uma instituição, pública ou privada.

Por seu turno, o termo 'arquivo pessoal' aparece referido, na literatura arquivística de França e do Reino Unido na forma do plural, como *archives personnelles* e *personal archives*, respetivamente.

Por 'arquivo pessoal', entenda-se 'um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social' (OLIVEIRA, 2012: 33). Ou seja, para nós, o arquivo pessoal consiste na informação produzida, acumulada e gerida por um indivíduo, ao longo da sua vida, no decurso das suas funções e papéis sociais. Nesta medida, o arquivo pessoal representa, *grosso modo*, os registos do papel do seu titular na sociedade: a sua vida, as suas redes de relacionamento pessoal e profissional, as suas obras, assim como a sua própria intimidade (BELLOTTO, 2014: 107). E, tal como nos arquivos institucionais, há um vínculo arquivístico entre os documentos, pois encontram-se ligados entre si e entre as funções ou atividades (DURANTI, 1997), que deram lugar ao conjunto de documentos (Informação) produzido e acumulado.

'Arquivo pessoal' é o termo mais usado na língua portuguesa, em Portugal e no Brasil. Todavia, independentemente da sua designação, importa que seja considerado enquanto sistema de informação.

2. Os arquivos pessoais na arquivística internacional

No **Reino Unido**, o reconhecimento da importância dos arquivos pessoais remonta a 2 de abril de 1869, quando da constituição da Royal Commission on Historical Manuscripts, conhecida por Historical Manuscripts Commission (HMC)², que integra o Arquivo Nacional desde 2003. A Comissão, que mantém a sua atividade, tem como principal objetivo a publicação de documentos de interesse histórico, científico e literário, de instituições e famílias, realizando censos periódicos de arquivos privados, mas com interesse público.

Para o seu surgimento terá, certamente, contribuído o trabalho de George Harris of Rugby, um advogado e antiquário que, ao escrever a biografia de Philip York, compreendeu a importância dos documentos dos arquivos pessoais (*private papers*) para a história. Sensível para a sua importância, efetuou, em 1857, uma proposta para a realização de um censo para identificar e localizar os conteúdos dos arquivos privados, projeto que só seria concretizado no âmbito da Historical Manuscripts Commission (JAMES, cop. 2008).

O reconhecimento do valor dos arquivos pessoais, que muito deve aos historiadores, recrudescer de forma particular em momentos de crise, sobretudo no contexto e após os conflitos mundiais, designadamente a Grande Guerra e a 2.ª Guerra Mundial, devido ao receio generalizado da destruição dos arquivos históricos e, conseqüentemente, da perda da memória. Com o mesmo objetivo, emergiu, em 1920, The British Record Society e, em 1932, a British Records Association (BRA).

Em **França**, assim como no Reino Unido, a importância dos arquivos privados (pessoais e familiares) apenas foi reconhecida, pelo seu valor histórico, na segunda metade do século XIX. O seu reconhecimento foi crescendo desde então, integrando o património nacional e, conseqüentemente, considerando-se de interesse público. Para tal teve um papel decisivo o historiador Melchior de Vogüé, que, em artigo publicado em 1891, no anuário da *Société d'Histoire de France*, chamava a atenção para a importância dos arquivos familiares para os historiadores, bem como defendia a sua não dispersão (OLIVEIRA, 2012: 26). Neste mesmo ano, foi publicado o livro *Les archives de l'histoire de France* (Paris: Alphonse Picard, 1891), em que os autores Charles-Victor Langlois e Henri Stein dedicaram um capítulo aos 'arquivos dispersos' sobre a temática dos arquivos familiares e dos castelos. Os autores realizaram

² Historical Manuscripts Commission [Em linha]. Disponível em <<http://www.nationalarchives.gov.uk/archives-sector/our-archives-sector-role/historical-manuscripts-commission/>>. [acedido em 24.05.2020].

um trabalho de inventariação dos arquivos privados em arquivos nacionais, governamentais, departamentais, municipais e hospitalares, entre outros, em França e em distintos países europeus, incluindo Portugal, assim como constataram a sua presença em bibliotecas. Um trabalho notável que chamaria a atenção dos historiadores para os arquivos dos castelos e das famílias nobres enquanto fontes de informação para a sua investigação.

Apesar de estes dois marcos importantes para a valorização dos arquivos privados e, mais especificamente, dos arquivos familiares e pessoais, a incorporação de arquivos privados no Arquivo Nacional ocorreria apenas após a Grande Guerra, a exemplo do que acontecera no Reino Unido. Na verdade, reconheciam o governo francês e a comunidade de historiadores o interesse histórico dos arquivos pessoais e familiares, tendo o Arquivo Nacional procedido à sua inventariação. Seguiram-se outras ações diversas, que, ao longo do século XX, contribuíram para a preservação e a garantia do acesso a arquivos pessoais e familiares, de que referimos, a título de *exempla*, a criação, em 1932, da modalidade de contrato de depósito, e, em 1938, com a publicação do decreto-lei de 17 de junho, a proteção dos arquivos privados de interesse nacional, bem como a publicação da lei de 3 de janeiro de 1979, que assegurou a capacidade aos arquivos públicos de recolherem os arquivos privados com interesse histórico. Em suma, medidas de preservação e visibilidade dos arquivos privados, com valor histórico reconhecido.

Nos **Estados Unidos**, ocorreram, após a Grande Guerra, iniciativas idênticas às levadas a cabo no Reino Unido e em França, de identificação e inventariação das *collections* relativas a indivíduos americanos com papel relevante para a história dos Estados Unidos – os *representative men* – mantidas por instituições de memória (sobretudo bibliotecas) e de investigação (universidades, sociedades históricas, etc.). Dentre essas iniciativas, destaque-se o recenseamento levado a cabo nos anos de 1916-1917, promovido pela Biblioteca do Congresso, cujo resultado foi publicado em 1918, com informações sobre arquivos pessoais e/ou familiares entre 1428 e 1917.

Um lugar distinto concedido aos arquivos pessoais foi, porém, trazido por Theodore R. Schellenberg no seu livro *Modern archives: principles and techniques*, publicado em 1956 (Chicago: The University Chicago Press), ao integrar os arquivos pessoais, enquanto fontes de informação, no contexto da Arquivística. No fundo, colocava os arquivos pessoais no ‘seu lugar’, reconhecendo, porém, o papel dos historiadores e das sociedades históricas, ao longo do século XIX e da primeira parte do século XX, na recolha dos arquivos pessoais de figuras de destaque para a história americana, com o objetivo de garantir o seu acesso a historiadores e a genealogistas.

No Canadá, o contexto de afirmação dos arquivos pessoais é similar, identificando-se a preservação e a recolha com as prioridades dos historiadores e arquivistas, tendo presente o seu valor cultural, bem como fonte de informação para a investigação familiar e histórica: “Public records and manuscripts are collected according to the priorities of the historians and archivists in terms of *élites* and the view at the centre from the top.” (TAYLOR, 1982-1983: 121).

No país, os arquivos pessoais adquiriram relevo, recrudescendo o interesse da sua custódia nos arquivos nacionais, provinciais, municipais e universitários, sendo procurados, sobretudo, por historiadores e investigadores na área dos estudos literários (OLIVEIRA, 2012: 31). Os próprios arquivos pessoais conquistaram um lugar equivalente ao dos arquivos públicos institucionais, servindo ambos, e já não apenas os *acta publica* (documentos públicos), à construção da memória social e coletiva, quebrando-se a barreira artificial do carácter particular da observação, presente no contexto anglo-saxónico, reintegrando na arquivística a dimensão subjetiva com a finalidade, como defendera Terry Cook, da defesa da perspetiva dos ‘arquivos totais’ (BELLOTTO, 2014: 111). Para o ilustrar, o autor canadiano vai mais longe, defendendo uma cada vez maior atenção dos arquivistas na governança e menos no governo, entendendo-se por aquela “a trama, isto é, tudo o que possa comprovar a interação entre cidadão e Estado, o impacto do Estado na sociedade e as funções e atividades da sociedade em si mesma; por governo, compreendem-se as estruturas sustentadoras e a ação burocrática”. Ou, nas suas palavras, “A tarefa arquivística é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da atividade governante dos governos”, aproximando os arquivos pessoais e os arquivos governamentais (cit. por BELLOTTO, 2014: 111).

No **Brasil**, destacamos, apenas, o relevante Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, na comemoração do seu 25.º aniversário, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), entre 17 e 21 de novembro de 1997, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os respetivos estudos foram publicados na *Revista Estudos Históricos*, uma publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), do CPDOC.

Neste seminário, reuniram-se investigadores da área das ciências sociais, procurando efetuar uma análise interdisciplinar acerca do lugar dos arquivos pessoais na arquivística, assim como das questões teóricas e metodológicas em torno do seu uso e conseqüente valor. Em torno de quatro mesas redondas, foram discutidos os seguintes eixos temáticos: o arquivo pessoal como

'produção de si', a intervenção do arquivista sobre a informação acumulada no arquivo pessoal, a utilização do arquivo pessoal como fonte de informação na investigação histórica e, por último, as políticas de preservação e acesso entre o público e o privado.

Mais recentemente, tomando o campo dos arquivos pessoais, Lucia Velloso de Oliveira chamou a atenção para a forma redutora como a descrição arquivística tem sido apresentada na literatura, relativamente ao que ela significa e representa, comumente identificada ou associada à elaboração de instrumentos de acesso à informação (OLIVEIRA, 2012: 40). Na sua obra intitulada *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais* (2012), a autora compreende a descrição arquivística como uma representação resultante do processo de investigação, o que, assim sendo, lhe confere um *status* científico, quando outrora se enfatizava e se definia pela sua dimensão técnica, quando não prática. Contrariamente, defende a *descrição como um processo de pesquisa objetivando produzir conhecimento sobre os acervos* (OLIVEIRA, 2012: 51).

3. Os arquivos pessoais na arquivística nacional

Em **Portugal**, encontra-se grandemente por fazer o estudo das origens e do percurso de reconhecimento da importância dos arquivos pessoais. Todavia, e de forma empírica, é possível afirmar que, também aqui, a sua importância se deve à influência da investigação histórica e dos estudos literários (FILIFE, 2015: 11), de que é exemplo, neste caso, o considerável número de espólios literários e artísticos, considerados enquanto arquivos temáticos, à guarda da Biblioteca Nacional e do Museu do Neorealismo (Vila Franca de Xira). Como acontece nos países referidos anteriormente, grande número encontra-se sob a custódia de bibliotecas (públicas, de fundações e universitárias), arquivos e museus, sob a designação de 'arquivos pessoais' e 'acervos', com informação de natureza biblioteconómica e museológica.

O interesse pela investigação de arquivos pessoais acompanha o interesse pelos arquivos de família, com "um significativo florescimento desde a década de '80 do século 20" (ROSA, 2012: 26). Algumas ações contribuíram também para esse reconhecimento, de que é exemplo a criação da Área de Espólios da Biblioteca Nacional, em 1982, ainda que a sua designação seja menos interessante, como bem notara Ivo de Castro, dada a sua origem no termo latino *spolia* ('roubo', 'saque') (1999-2000: 165), tornando a sua utilização pouco rigorosa e acrítica (SILVA, 2004: 62), tendo-a transformado, uma década depois (1992), devido ao crescimento da área, em Arquivo de Literatura Portuguesa

Contemporânea. Uma nova alteração ocorreu, porém, em 1997, passando a denominar-se Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa, dada a “expansão contínua e a abertura às ciências, às artes, aos movimentos sociais e à política”, que lhe conferiu uma natureza mais abrangente (COUTO, 2007: 11).

No que se refere à preservação, à comunicação e à promoção do acesso aos ‘arquivos pessoais’ de escritores, o Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa publicou, em 2000, o *Contributo para um levantamento nacional de espólios literários*, com informação relevante sobre a sua identificação e localização em diversas instituições portuguesas (FILIPE, 2015: 15).

Os arquivos pessoais relativos a figuras políticas de maior relevo dos séculos XVIII e XIX encontram-se na Biblioteca Nacional, assim como no Arquivo Nacional, tendo sido adquiridos por compra, doação ou depósito (GARCIA, 1998: 180). Neste caso, assume particular relevo o Centro de Documentação 25 de Abril, criado em 1984 e integrado na Universidade de Coimbra, que reúne essencialmente arquivos pessoais de militares e políticos, que participaram no movimento preparatório do 25 de Abril e que exerceram cargos políticos entre 1974 e 1976.

Sobre o desenvolvimento dos estudos relativos aos arquivos pessoais em Portugal, nos últimos vinte anos, veja-se o estudo de Abel Rodrigues (2018), em que o autor procura contextualizar o seu desenvolvimento, porém restringindo-se à investigação desenvolvida na Universidade do Porto e no Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, deixando de lado os diversos estudos sobre arquivos pessoais promovidos nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa.

Todavia, contata-se que, os arquivos pessoais se têm tornando objeto de estudo, em diversas áreas, sobretudo sob a forma de dissertações de mestrado, incluindo no âmbito da ciência da informação. Dissertações com objetivos de contribuir para um recenseamento deste tipo de arquivos em diversas instituições, ou sobre um arquivo pessoal particular, procurando sobretudo estudar o seu produtor e o contexto de produção da informação acumulada, para nessa sequência se proceder à elaboração de um quadro de classificação, desejavelmente facetado, de modo a melhor poder organizá-lo e representá-lo, como também notara Abel Rodrigues (2018).

Para além desta dimensão, e talvez mais interessante, ainda que ímpares, surgem estudos como o de Sofia Carvalho (2018), que procuram estudar os arquivos pessoais a partir de uma determinada perspetiva. Neste caso, e pela sua qualidade, refira-se o trabalho final de mestrado da autora, *O arquivo pessoal como construção autobiográfica: a (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal Godofredo Ferreira*, cujo título é bem elucidativo do

arquivo enquanto construção autobiográfica), que procura estabelecer uma narrativa (pessoal) do seu produtor.

No âmbito de um doutoramento em ciência da Informação, Zélia Pereira defendeu a sua tese na Universidade de Évora, em 23 de abril de 2018, intitulada *O universo dos arquivos pessoais: características, usos e valorização* (2017), em que efetua um recenseamento dos arquivos pessoais em Portugal. A autora identifica-os, bem como as instituições de custódia (arquivos, bibliotecas, museus, fundações, universidades, etc.), e, entre outros aspetos, estuda as formas de aquisição, motivações para a sua preservação, critérios de seleção e sua representação social. Este é, enfim, um estudo que testemunha a valorização dos arquivos pessoais ao torná-los objeto de investigação no âmbito de uma tese doutoramento.

4. Problemáticas em torno do 'lugar' dos arquivos pessoais

Procuramos, de seguida, identificar algumas das problemáticas em torno do lugar dos 'arquivos pessoais' na arquivística internacional.

1. *A organização da informação como construção autobiográfica* - A organização da informação pessoal é incomum, encontrando-se perdida a ordem original ou primitiva, que nos possa dizer do arquivo e sobre o arquivo. Todavia, permite-nos efetuar uma analogia com o género literário autobiográfico, evidenciando a intenção da construção do eu autobiográfico, isto é, a existência de arquivos que acrescentam à faceta profissional aspetos de vida pessoal e familiar, quando não íntima, de determinada pessoa com documentos de carácter autobiográfico, na perspetiva do 'arquivo total' ou, melhor, do 'sistema de informação'.
2. *Do lugar da fabricação da memória do eu à 'inventio' da identidade* - O arquivo assume, desde o princípio, o papel de guardião da memória, sabendo nós que o arquivo é sempre um lugar de memória, como lhe chamou Pierre Nora, e o resultado da organização e da reorganização constante da informação, a reconstrução permanente de um sentido para si cada vez que se 'reconstrói' ou reorganiza a própria vida, a *inventio* (construção) de uma identidade (NORA, 1984).
3. *O arquivo do eu como lugar de constituição e afirmação da subjetividade* - O arquivo pessoal é um lugar da constituição e da afirmação da subjetividade, tal como se verifica nos escritos autobio-

gráficos, algo que não é novo, que se verificava já na antiguidade clássica, trazida por Foucault, em *A escrita de si* (1992)³.

4. *A afirmação do lugar do privado na esfera do público* – O retorno ao privado, marcadamente no século XIX, bem como a crescente valorização do indivíduo e do intimismo, que tem em Jean Jacques Rousseau o seu primeiro grande teórico, imprimiria características especiais à nova conceção jurídica do privado.
5. *A exigência do arquivo como lugar de reconhecimento do 'social' e da própria existência...* - Os arquivos pessoais, os 'arquivos domésticos', designação esta que serve os arquivos de família e pessoais, na senda de Daniel Fabre e dos antropólogos da escrita comum, não deixam de ter uma função e um valor sociais⁴.
6. *O lugar de defesa ou imitando Alice do outro lado do espelho - O arquivamento do eu não é, porém, uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê* (ARTIÈRES, 1998: 31) a si próprio e tal como desejaria ser visto.
7. *Um lugar entre o direito de acesso à informação e o direito à privacidade* – o arquivo pessoal é, também ele, o lugar da garantia dos direitos (de realização da plena cidadania), entre os quais o direito à informação inscrito na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948, passando, desde então, a ser regulado o acesso aos arquivos por legislação específica, deixando de ser privilégio de eruditos, com destaque para os historiadores.

Conclusão

Em suma, os arquivos pessoais têm ganhado cada vez maior importância para a investigação do quotidiano, tendência crescente da historiografia ocidental, europeia e americana. O seu reconhecimento deve-se, antes de mais, ontem e hoje, a um renovado olhar da história, e mormente à história

³ A edição portuguesa (cf. FOUCAULT, 1992) traz a referência do texto original e uma nota explicativa, a saber: "L'écriture de soi", in *Corps Écrit*, nº 5, L'auto-portrait, février 1983, p. 3-23. "Estas páginas fazem parte de uma série de estudos sobre 'as artes de si mesmo', isto é, sobre a estética da existência e o governo de si e dos outros na cultura greco-romana, nos dois primeiros séculos do Império. A série de estudos a que Foucault alude veio a culminar, como é sabido, nos dois últimos volumes publicados da sua *Histoire de la sexualité: L'usage des plaisirs* e *Le souci de soi* (Paris : Gallimard, 1984).

⁴ FABRE, D. (sous la dir. de) - *Écritures ordinaires*. Paris : POL, 1993. E, mais recentemente, FABRE, D. (sous la dir. de) - *Par écrit : Ethnologie des écritures quotidiennes*. Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997.

da vida privada, com enfoque em sentimentos, hábitos e comportamentos, que vem elegendo de uma forma especial, entre outros documentos, diários íntimos, anotações, correspondência pessoal, agendas, encontrados nos arquivos de escritores, artistas e políticos.

A publicação de este tipo de fontes, isoladamente ou em série (como no caso da correspondência), tem sido amplamente utilizada pelos historiadores para incentivar o debate e a compreensão de temas, personagens e épocas, a partir de novos enfoques metodológicos, para os quais a contribuição da antropologia, da teoria literária, da sociologia e da ciência política tem sido fundamental.

Públicos ou privados e mesmo pessoais, os arquivos são espaços de memória. E na construção da memória coletiva importa ter presente que 'recordar' para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público. Assim também deve sê-lo, coletivamente, para os arquivos, que são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, das suas raízes, da sua história que, por definição, combina o público e o pessoal. Esta é uma visão que os arquivistas deverão ter no século XXI, continuando a promover a recolha, o estudo, a organização, o acesso e o uso dos arquivos pessoais (que, na sua essência, são familiares, mas que não deixam de ter a sua individualidade), não esquecendo necessidade de conciliar um profundo estudo biográfico, que integre as redes de relações e os múltiplos papéis com os usos ou potenciais usos da informação a descrever, assim como importa estudar os arquivos sob diversos prismas, alguns dos quais enumeramos supra. Assim como não se poderá olvidar que a acumulação de documentos no arquivo pessoal é consequência não apenas das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também das suas escolhas ou de terceiros realizadas 'em seu nome', e que estas têm naturalmente um significado e uma interpretação.

Por último, algumas das problemáticas supra enunciadas estão sempre, ou quase sempre, presentes nos arquivos pessoais, fazendo destes, como escrevera Heloísa Liberalli Bellotto, "uma espécie de 'reino' das contradições, das transgressões, do inesperado e da perplexidade" (2014: 110).

Referências bibliográficas

ARTIÈRES, Philippe (1998) – "Arquivar a própria vida". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. vol. 11, n. 21, p. 9-34. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>> (Acedido em 25/05/2020).

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2014) – “Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook”. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 107-114.
- CARVALHO, Sofia Alexandre Costa de (2018) – *O arquivo pessoal como construção auto biográfica: a (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal Godofredo Ferreira*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Disponível em <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35100>> (Acedido em 25/05/2020). (Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- CASTRO, Ivo de (out.1999-abr.2000) – “a fascinação dos espólios”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN. Série 3, n.º 5, p. 161-166.
- CATROGA, Fernando (1989) – *O céu da Memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva.
- COOK, Terry (1998) – “Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno”. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. vol. 11, n. 21, p. 129-149. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>> (Acedido em 25/05/2020).
- COUTO, Jorge (2007) – “A missão do Arquivo de Cultura Contemporânea na preservação do património cultural”. In: BIBLIOTECA NACIONAL – *As mãos da escrita: 25.º aniversário do ACPC*. Lisboa: BNP, p. 11-14.
- DURANTI, Luciana (1997) – The archival bond. *Archives and Museum Informatics*. N.º 11, p. 213-218.
- FABRE, D. (sous la dir. de) – *Par écrit: Ethnologie des écritures quotidiennes*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1997.
- FILIPE, Cláudia Isabel Fernandes (2015) – *Guia dos arquivos privados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ingressos de 1947 a 2014*. [Lisboa]: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Trabalho de projeto de mestrado em Ciências da Documentação e Informação.
- FOUCAULT, Michel (1992) – “A escrita de si”. In: *O que é um autor?* Lisboa: Vega. p. 129-160.
- FRAIZ, Priscila Moraes Varella (1994) – *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. (Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro).
- GARCIA, Maria Madalena (1998) – “Os documentos pessoais no espaço público”. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N.º 21, p. 175-187. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070>> (Acedido em 25/05/2020).
- JAMES, Norman (cop. 2008) – *The Historical Manuscripts Commission* [em linha]. London: The Institute of Historical research. Disponível em <http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/articles/historical_manuscripts_commission.html> (Acedido em 25/05/2020).
- MCKEMMISH, Sue (1996) – *Evidence of me*. *The Australian Library Journal*. 45:3, 174-187. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757>> (Acedido em 25/05/2020).

- MONTAIGNE, Michel de – *Ensaíos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MULLER, S. ; FEITH, J. A. ; FRUIN, R. (1973) – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- NORA, Pierre – “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”. In: NORA, Peirre, dir. - *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. vol.1: *République*.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (2012) – *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile.
- PEREIRA, Zélia Maria Cruz (2017) – *O universo dos arquivos pessoais: características, usos e valorização*. Évora: Universidade de Évora. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10174/23260>> (Acedido em 25/05/2020). (Tese de doutoramento em Ciências da Informação e Documentação apresentada à Universidade de Évora).
- RODRIGUES, Abel (2018) [Em linha]. – “Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos”. In: *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: arquivos privados de persoas e familias. Unha ollada á Fundación Penzol*. [Santiago de Compostela]: Fundación Olga Gallego. p. 31-50. Disponível em <https://www.academia.edu/36202341/Os_arquivos_pessoais_e_familiares_em_Portugal_uma_reflex%C3%A3o_cr%C3%ADtica_dos_%C3%BAltimos_vinte_anos> (Acedido em 25/05/2020).
- ROSA, Maria de Lurdes, org. (2012) – *Arquivos de família: séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM, CHAM.
- SHELLENBERG, Theodore R. (2006) – *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SILVA, Armando Malheiro da (2004) – “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo”. *Ciências e técnicas do património*. Porto: Faculdade de Letras. I Série vol. III, pp. 55-84.
- TAYLOR, Hugh (1982-1983) – The collective memory: archives and libraries as heritage. *Archivaria*. Vol. 15. Disponível em <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/10975/11908>> (Acedido em 25/05/2020).

Recensões críticas

GARCÍA SANCHEZ, J. ; GARCIA SANCHEZ, J. ; GARCIA SANCHEZ, J. (2016) - *El heroísmo mirobrigense de 1808 a 1810: La historia contada por sus habitantes: hechos relevantes, incidentes destacados y personas ilustres*. Salamanca: Diputación de Salamanca, 432 p.

por CARLOS GUARDADO DA SILVA
Professor Auxiliar com Agregação
Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
carlosguardado@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-1490-8709

210 anos volvidos sobre os acontecimentos da tradicionalmente denominada 3.^a Invasão Francesa, apenas suficientemente interpretada quando integrada no contexto da Guerra Peninsular e no projeto mais amplo do sonho imperialista de Napoleão Bonaparte, e uma década após a comemoração do *Bicentenário da Construção das Linhas de Torres Vedras*, impõe-se, pela sua oportunidade, voltarmos a nossa atenção para os acontecimentos de início da centúria de oitocentos, que marcaram indelevelmente o devir dos reinos ibéricos, e particularmente para a obra em epígrafe. A invocação das Linhas de Torres Vedras não é aqui despicienda, quando, como já defendemos no passado (SILVA e BRÁS, 2010), e os autores também corroboram, em Ciudad Rodrigo começa a estratégia de defesa do reino português assente nas Linhas de Torres Vedras, e à sua resistência de 72 dias, frente ao longo cerco posto à cidade sob o comando de Ney, entre 25 de abril e 10 de julho de 1810, se deve, em parte, o sucesso do projeto das Linhas no terreno.

De facto, o planalto do maciço central da província de Castela era, como assim permanece, a principal via de circulação na península ibérica para Ocidente, através da qual penetrariam as tropas de Napoleão, sob o comando de Massena, no território português, em julho de 1810. A cidade ocupava uma posição ímpar no território, não podendo o exército francês passar ao lado da mesma, deixando-a na sua retaguarda. Ao cerco, a sua população e a guarnição resistiram heroicamente, com o auxílio de Julián Sánchez, “El Charro”. Wellington não fora em seu auxílio, como sabemos, o que levaria um momento de corte nas relações anglo-espanholas, a juntar às relações pouco amistosas entre William Cox, o então governador da praça de Almeida,

e o general D. José de Herrastí. Mas para o chefe militar inglês, o cerco permitia retardar o avanço das tropas francesas, bem como avançar na construção das Linhas de Torres Vedras, que se construía a norte de Lisboa desde início de novembro de 1809, sob o sigilo possível, apesar de uma ou outra notícia na imprensa londrina. Simultaneamente, os cercos contribuía para o desgaste das tropas invasoras e para a perda de munições. Aqui, Wellington revelava-se um grande estratega, pois sabia que dispunha de um exército em número inferior, que não poderia travar uma batalha em campo aberto, que lhe poderia causar a perda de muitos homens. Poderia inclusive ganhar algumas batalhas, mas o seu objetivo era vencer a Guerra.

Não é a primeira vez que se publicam fontes de informação para o estudo de Ciudad Rodrigo durante a Guerra Peninsular (= *Guerra de la Independencia*), de que são exemplos de referência obrigatória, pelo seu valor, bem como pelo facto de serem testemunhos coevos: ANZANO, P. (1810) – *Sitio de ciudad Rodrigo ó relación circunstanciada de las ocurrencias sucedidas en esta plaza, siendo su gobernador y presidente de la Junta Superior el Mariscal de campo Don Andres Perez de Herrasti, desde 25 de Abril de este año, en que empezaron su sitio los franceses al mando del mariscal Massena, hasta 10 de Julio del mismo (...)*. Cádiz: En la Imprenta de la Junta Superior de Gobierno de Cádiz, 39 p. (reimp. em Granada, em 1810); NOGALES-DELICADO Y RENDON, D. (1882) – *Historia de la muy noble y leal ciudad de Ciudad Rodrigo*. Ciudad Rodrigo: A. Cuadrado y Rosado (2.ª ed.com prólogo de Miguel Cid Cebrián, Madrid: Asociación de Amigos de Ciudad Rodrigo, 1982); PEREIRA SÁNCHEZ, J. (1915) - *Ratos de ocio: estudios históricos, leyendas y tradiciones mirobrigenses*. Ciudad Rodrigo; PÉREZ DE HERRASTI, A. (1814) – *Relación histórica y circunstanciada de los sucesos del sitio de la plaza de Ciudad Rodrigo en el año de 1810, hasta su rendición al ejército francés, mandado por el príncipe de Slingh el 10 de julio del mismo, formada por su general gobernador..., para perpetua memoria de los hechos ocurridos en su delatada y gloriosa defensa*. Madrid: Imprenta de Repullés. Acrescentem-se, ainda, alguns estudos, como os de: BECERRA, E. & REDONDO, H. (1988) – *Ciudad Rodrigo en la Guerra de la Independencia*. Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento; CID CEBRIÁN, J. R. (coord.: (2010) – *La ciudad frente a Napoleón: Bicentenario del sitio de Ciudad Rodrigo de 1810: Estudios*. Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento; Salamanca, Diputación; HORTA RODRÍGUEZ, N. (1980) - *D. Julián Sánchez "El Charro" guerrillero y brigadier*. Salamanca: Patronato Municipal de la Casa de la Cultura de Ciudad Rodrigo; HORWARD, D. (1984) - *Napoleón y la Península Ibérica: Ciudad Rodrigo y Almeida dos asedios análogos: 1810*. Salamanca: Diputación (2.ª ed. 2006); MARTÍN MAS, M.

(2007) – *Ciudad Rodrigo 1810: El desafío de Herrasti*. Madrid: Almena; PÉREZ DELGADO, T. (2004) – *Guerra de la Independencia y Deportación: Memorias de un soldado de Ciudad Rodrigo: 1808-1814*. Ciudad Rodrigo: Centro de Estudios Mirobrigenses.

Todavia, o objeto, os objetivos, bem como a amplitude da obra de Jesús, Justo e Jerónimo García Sánchez não se esgotam nas fontes e nos estudos citados. A sua referência ajuda-nos, porém, a justificar a pertinência e a atualidade da obra, que, com o rigor científico desejado, é metodologicamente fundamentada, com recurso a fontes, muitas delas inéditas, no arquivos locais, provinciais, nacionais, quando não estrangeiros (de que são exemplos os *Archives Nationales* e *Archive Historique du Chateau de Vincennes*), encontrando-se cada afirmação suportada pela respetiva referência documental, quando o documento não é objeto de transcrição, que nos é dada com frequência.

Sendo a história uma narrativa, que procura contar os acontecimentos de um período e, sobretudo, a sua interpretação, porque história é interpretação, em *El heroísmo mirobrigense de 1808 a 1810*, independentemente do papel ativo, não neutro, do historiador, os seus autores procuraram dar voz aos protagonistas dos acontecimentos, como sublinham no título, *La historia contada por sus habitantes*, e concretizam-no no corpo do livro. Deste modo, e quando possível, são os acontecimentos narrados pelos próprios protagonistas, pela sua voz, como o fizera Ian Fletcher (2001), em *Voices from the Peninsula: Eyewitness accounts by soldiers of Wellington's Army: 1808-1814* (London: Greenhill Books). E os protagonistas são todos os mirobrigenses, qualquer cidadão, independentemente do cargo ou da função que ocupava à data dos acontecimentos, incluindo o bispo e o governador, mas também outras figuras civis, religiosas e militares. Permitam-nos destacar o relato inédito apresentado pelo chefe da infantaria mirobrigense, Rui Gómez, acerca da tentativa fracassada que Ciudad Rodrigo sofreu em 1809, bem como em fevereiro do ano seguinte e com o mesmo resultado.

A obra, de grande formato e volume, demonstrativa de uma investigação profícua, estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro oferece ao leitor um panorama acerca dos aspetos sociopolíticos, do governo de Ciudad Rodrigo, com enfoque na Junta de Armamento e Defesa, mais tarde Junta Superior de Castela e Leão. Analisam-se os acontecimentos bélicos, assim como as nomeações, seguindo a linha do tempo de seu comando, designadamente os assassinatos de Ariza, Ramón Blanco, José Gabriel, Juan Miguel de Vives, Pedro Quijano e Herrasti, incluindo León Huerta, “o tenente do rei”, que ocupou o lugar de alcaide, quando Ramón Blanco se encontrava na Junta de Defesa.

No segundo capítulo, os autores situam os corpos militares (de engenheiros, cavalaria e de artilheiros) de Ciudad Rodrigo, antes da chegada do general Herrasti, bem como a sua evolução em termos de contingente e armamento. Inclui o contexto socioeconómico da população, civil e militar, entre 1808 e 1810, bem como as medidas consideradas necessárias perante uma situação de um longo cerco, como viria a acontecer, os armazenamentos de vinho, toucinho e azeite, cujo abastecimento era feito a partir da serra de Francia, o cozimento e a provisão de pão, quando a escassez de trigo se fazia notar, e, entre outras medidas, a localização dos poços de água disponíveis, intra e extramuros.

No terceiro capítulo, os autores dão-nos a diacronia do cerco de Ciudad Rodrigo, entre fevereiro e julho de 1810, pelas tropas de Ney, Junot e Massena, incluindo as transcrições de partes de diários e diários contemporâneos do cerco, como o do governador Herrastí, entre outros relatos contemporâneos e complementares, a partir de 15 de junho deste ano.

No quarto capítulo, são apresentadas sínteses biográficas dos protagonistas – dois civis, trinta militares milicianos e cinco clérigos, que se destacaram na defesa da cidade. Refira-se, ainda, o excelente apêndice documental, que tem um valor agregado, pelo facto de reunir praticamente todos os documentos sobre os acontecimentos da Guerra Peninsular, entre 1808 e 1810, relativos a Ciudad Rodrigo. Entre estes, destaque-se a até agora inédita Memória sobre a defesa do convento de Santa Cruz, redigida pelo capitão Castellanos, bem como dois dos seis exemplares do *Semanario Patriótico*, que se imprimiram na cidade durante o cerco.

Por tudo isto, os autores estão de parabéns, e está igualmente de parabéns a Diputación Provincial de Salamanca, que ofereceu o seu patrocínio a esta obra, que conta, na sua capa, com a fotografia de um quadro pintado por Jerónimo Prieto, de Espeja (Salamanca), que integra a coleção particular do coautor do livro Jesús García Sánchez. De outro modo, a pintura também narra acontecimentos locais da Guerra Peninsular: o assalto dos Lanceiros de D. Julián frente às tropas de Ney, que cercavam Ciudad Rodrigo em 1810, no acesso ao Gran Teso de San Francisco, por ocasião da visita do general Crawford a Ciudad Rodrigo.

Por todos estes argumentos, este é um livro que, tendo sido dado à estampa em 2016, portanto fora do âmbito do bicentenário do Cerco de Ciudad Rodrigo em 1810, a sua investigação só se entende, todavia, na sequência das comemorações do *bicentenário de la Guerra de la Independencia*, que contribuíram para o desenvolvimento da investigação sobre o tema com a proliferação de muitos estudos locais em torno dos diversos cercos, de que

este é um excelente exemplo, e, conseqüentemente, para um melhor conhecimento da temática.

Este é um livro escrito por três autores mirobrigenses – Jesús, Justo e Jerónimo García Sánchez, unidos por laços de parentesco, pois são irmãos, com um duplo objetivo: por um lado, homenagear outro seu irmão, Nicasio García Sánchez, falecido durante o processo de investigação, que daria origem ao livro; por outro lado, homenagear os mirobrigenses, aqui referidos pelo seu nome e os anónimos, pelos seus atos heróicos, de luta e resistência perante as tropas napoleónicas. Por isto, e não é pouco, importa (re)conhecê-los, ao irmão e aos demais heróis mirobrigenses, pelo seu lugar conquistado na história, mas também pelo seu contributo para retardar o avanço das tropas invasoras em direção a Lisboa, que permitiram a Wellington avançar no projeto de construção das Linhas de Torres Vedras e recolher-se no seu interior com os seus exércitos antes da chegada dos soldados franceses ao sistema defensivo.

Os autores cumpriram, deste modo, os seus objetivos, contribuindo para um aprofundamento do conhecimento da Guerra Peninsular no território de Ciudad Rodrigo, mas também, dando à história uma dimensão utilitária, de resgatar a Memória, usando-a no reforço da identidade mirobrigense, através da criação de laços intergeracionais, isto é, *In Memoriam*.

Referências Bibliográficas

SILVA, C. G. ; BRÁS, R. (2010) - De Ciudad Rodrigo a las Líneas de Torres Vedras. In: CID CEBRIÁN, José Ramón (coord.) – *La ciudad frente a Napoleón : Bicentenario del sitio de Ciudad Rodrigo de 1810 : Estudios*. Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento; Salamanca: Diputación, p. 181-197.

RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p.

Por ALEXANDRE FABEN

Professor no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF
alexandrefaben@id.uff.br
ORCID: 0000-0001-9011-632X

Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano é, segundo as palavras das organizadoras do livro, o resultado do projeto *Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios do Grande Rio*, desenvolvido por Ana Célia Rodrigues com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, (Jovem Cientista Nosso Estado 2015) e do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq (Universal 2016).

A obra consiste numa coletânea de textos, que destaca os diálogos entre a produção do conhecimento, os resultados da agenda de pesquisa nas universidades e das experiências profissionais dos autores, enfatizando a cooperação institucional como contribuição para as políticas arquivísticas municipal, estadual e nacional, enquanto requisito do acesso à informação pública como um direito fundamental.

O livro está dividido em cinco partes, com enfoques distintos, que envolvem os arquivos públicos, a gestão de documentos e o acesso à informação no âmbito nacional e internacional. O primeiro, sobre *gestão de documentos, arquivos e acesso à informação*, - temas considerados centrais das discussões - , conta com a participação de renomados teóricos da Arquivologia no Brasil, notadamente Ana Maria de Almeida Camargo, Lúcia Maria Velloso de Oliveira e Renato Tarciso Barbosa de Sousa. Neste capítulo, é possível compreender aspectos sobre a dimensão instrumental dos arquivos como algo que caracteriza a sua razão de ser. Além disso, conforme aí também se enfatiza, o arquivo municipal oferece os documentos para que os munícipes usufruam de mecanismos que possibilitem o acesso à informação, que, via de regra, é viabilizada pela gestão de documentos.

No segundo enfoque, que reflete sobre as *políticas nacionais e estaduais para os arquivos municipais*, Carlos Guardado da Silva apresenta um estudo com o objetivo de identificar e discutir o lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas em Portugal, entre 1976 e 2018, a partir das políticas governamentais. Ressalta “que as políticas promovem a existência de diversas coordenações e unidades orgânicas distintas, não sendo, por vezes, facilitadoras da gestão sistêmica e continuada da informação” (SILVA, 2019: 43). Os Arquivos Públicos Municipais aparecem como um dever do Estado e uma garantia dos direitos dos cidadãos, tendo em vista que toda a ação político-decisória gera informação, registrada em documentos de arquivo e, por isso, o Arquivo Público Municipal é um/a serviço/unidade orgânica estratégico/a para a gestão pública. O autor chama ainda a atenção para os dispositivos legais a nível internacional e aponta o dever do Estado de promover a gestão de documentos e de implementar providências para franquear o acesso à informação pública. Estas dimensões são reforçadas nos textos seguintes, por Domicia Gomes, Jaime Antunes da Silva, Márcio Amêndola de Oliveira e Armando José Bellinatti, Maria Teresa Navarro de Britto Matos e Norma Fenoglio.

O terceiro enfoque discute o eixo central da pesquisa, que resultou nesta obra, os *arquivos municipais na agenda de pesquisa*. Ana Célia Rodrigues inicia-o, apresentando o projeto de pesquisa que aborda questões ligadas à identificação dos requisitos de gestão de documentos e de arquivos, desenvolvidos pelos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, resultados que contribuem para as discussões sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Segundo a autora, a inserção dos arquivos municipais na agenda de pesquisa acadêmica permite uma aproximação entre a universidade e seu entorno imediato, o município, reforçando a sua responsabilidade e o seu compromisso com a produção de conhecimento para o desenvolvimento social, “questão emergente no âmbito do debate científico e profissional, na busca de soluções para superar os desafios impostos para a plena aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação” (RODRIGUES, 2019: 110). Nesta perspectiva, estudar as questões teóricas que envolvem os arquivos municipais, as políticas públicas arquivísticas e a gestão de documentos torna-se fundamental.

Os arquivos municipais aparecem também como projeto de extensão universitária, tal como o Observatório dos Arquivos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que possui o objetivo principal de diagnosticar e monitorar a gestão de documentos públicos e a implementação da Lei de Acesso à Informação nesse território, no estado de Minas Gerais, aqui apresentado por Cíntia Aparecida Chagas e Welder Antônio Silva.

Neste mesmo âmbito, Concepción Mendo Carmona apresenta projetos de colaboração desenvolvidos entre universidades e arquivos municipais da Comunidade de Madrid, com o objetivo de destacar a relação de cooperação entre instituições ligadas à sociedade pelo serviço prestado à cultura e à pesquisa. A partir dos projetos que foram objeto de discussão, a autora demonstra que é possível “*dar a conocer el patrimonio documental municipal, acercar el archivo a la sociedad al mostrarse este como un agente de dinamización cultural y fomentar la investigación histórico-científica*” (MENDO CARMONA, 2019: 148). Oportunamente, outros projetos e experiências de trabalho desenvolvidos em colaboração entre arquivos municipais espanhóis da Comunidade de Madrid, são partilhados e refletidos por Júlia Rodríguez Barredo, apresentando o trabalho notável e de referência realizado nas últimas décadas pelo Grupo de Archiveros Municipales de Madrid.

A produção do conhecimento e as experiências profissionais em torno dos arquivos municipais fluminenses é o tema do quarto enfoque apresentado nesta obra, de que é exemplo o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sob a direção de Beatriz Kushnir, instituição que possui um valor histórico ímpar, por ser o único arquivo da administração da cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial. A autora ressalta que a documentação conservada no Arquivo, “alcança importância na esfera nacional, considerando que o Rio de Janeiro foi a capital brasileira por quase 200 anos. Ao valor comprobatório de direitos, o conjunto documental pode fornecer subsídios para a tomada de decisões no âmbito da Administração Pública” (KUSHNIR, 2019: 192).

Produzir conhecimento sobre os arquivos municipais é essencial para o fortalecimento das instituições, implantação de políticas públicas em âmbito local, reconhecimento dos profissionais e pesquisadores e, ainda, promoção das ações em favor da preservação dos arquivos e da memória institucional. Por outro lado, cumprindo a sua função primária de promover o acesso à informação, os arquivos são colaboradores das políticas de transparência da administração pública, assunto da maior relevância, abordado nesta obra por Armanda Vilela e Ana Célia Rodrigues, no âmbito do município de Niterói (Rio de Janeiro). Outras experiências locais e igualmente importantes são as relativas aos arquivos fluminenses de Campos dos Goytacazes, Macaé, Sertões do Macacu, Angra dos Reis, apresentadas respectivamente por Carlos Roberto Bastos Freitas, Juliana Loureiro Alvim Carvalho, Maria Ana Quaglino, e Martha Myrrha Ribeiro Soares e Ana Célia Rodrigues. O resultado do projeto de pesquisa, que norteia a publicação deste livro, é apresentado por Nádia Dévaki Pena Garcia e Ana Célia Rodrigues - “Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: estudo de identificação das políticas públicas

arquivísticas para o acesso à informação” - trazendo elementos para um debate profícuo entre pesquisadores e profissionais na busca de estratégias para formulação de políticas públicas.

No quinto e último enfoque, aborda-se o *Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): inovações metodológicas e resultados da prática arquivística*. Ana Célia Rodrigues contextualiza os fundamentos teórico-metodológicos da identificação arquivística. A perspectiva, que norteou a produção deste conhecimento e a produção científica, sistematiza os resultados desta experiência inovadora, que contribui para a consolidação do PGD-RJ como laboratório de pesquisa. A gestão de documentos na administração pública do Estado do Rio de Janeiro caracteriza-se como um elemento fundamental no processo de constituição de uma política pública arquivística e para o fortalecimento da gestão de documentos no Brasil. O Sistema de Identificação de Tipologias Documentais, SITD, inovação que viabiliza a implementação do PGD-RJ, num cenário complexo, considerando a quantidade de órgãos que compõem a estrutura do governo estadual e a amplitude de funções a eles atribuídos, demonstra a eficácia e a eficiência dos resultados obtidos na padronização dos instrumentos de gestão de documentos, utilizando a identificação arquivística como metodologia. A identificação arquivística possui relação direta com o planejamento da produção documental, classificação e avaliação de documentos de arquivo, fundamentando a construção do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos através do SITD. A construção teórica da metodologia do PGD-RJ, desenvolvida através de parceria entre a Universidade Federal Fluminense e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, é abordada nos relatos dos resultados desta prática arquivística, no âmbito da execução do PGD-RJ, e apresentada por Danilo André Cinacchi Bueno, Maria Teresa Villela Bandeira de Mello, Mariana Batista do Nascimento, Patrícia de Mello Silva, Lucas Spadari Carreiro Alves de Lima e Thales Vicente de Souza.

Em seu conjunto, *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* é uma obra que apresenta perspectivas e reflexões sobre os arquivos públicos, atribuindo aos arquivos municipais um lugar central de objeto de pesquisa científica da Arquivologia e da Ciência da Informação e como laboratório de pesquisa aplicada. Assim, os aspectos que envolvem os arquivos, a gestão de documentos e o acesso à informação para a transparência da administração pública são discutidos no cenário dos estudos internacionais, destacando-se, aqui, alguns dos que melhor permitem caracterizá-los, quer pelas semelhanças, quer pelas diferenças, ultrapassando o território e o interesse do Rio de Janeiro e do Brasil. Por tudo isto, o livro coloca a sua integração no contexto ibero-americano, incluindo pesquisas em Portugal, Espanha e Argentina.

Ao invés de um manifesto de otimismo por parte dos distintos autores, as pesquisas aqui publicadas demonstram que há um longo caminho ainda a percorrer no que diz respeito à garantia do acesso à informação pública e, designadamente, à transparência da administração municipal, e muito mais relativamente a uma transparência ativa. Mas para tal, é bem frisado e consensualmente reconhecido: importa valorizar os arquivos e os arquivistas, profissionais que fazem da gestão dos documentos e da informação o seu *métier*.

Em última instância, *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* confere aos Arquivos Municipais um lugar central na agenda de pesquisa no âmbito internacional, tarefa que, não sendo fácil, é, porém, imprescindível. Até agora visto com pouca visibilidade “o arquivo público municipal, importante fonte de informação, é peça-chave para a melhoria da boa governança do Estado e para o atendimento das demandas relacionadas à cidadania, como, por exemplo, informações sobre os atos governamentais, andamento e solução de questões administrativas, econômicas e jurídicas, bem como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, raízes históricas do município, festas e costumes regionais” (CONARQ, 2014: 21). Diferente não poderia ser, quando o município é a divisão administrativa em que o nível do poder, pela sua própria natureza, se encontra mais próximo do cidadão. E assim se justifica que, por essa mesma proximidade, e pelo papel de promoção do acesso à informação e de garantia da preservação da memória no longo prazo, o arquivo municipal seja uma das instituições memorizadas através das quais se promove a realização da cidadania plena.

Por todas estas razões, *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano* não é apenas o resultado da compilação de textos inéditos de comunicações apresentadas em Niterói, no *I Seminário Arquivos Municipais Fluminenses* e no *Seminário Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-americano*, respetivamente em junho de 2017 e novembro de 2018, de perspetivas e abordagens cruzadas e complementares, teóricas e práticas, científicas e profissionais, de distintos autores da Argentina, do Brasil, de Espanha e de Portugal, especialistas que investigam sobre conteúdos da Arquivologia e, designadamente, sobre Arquivos Públicos. É, talvez, o livro sobre arquivos municipais que, hoje, interessa ler, agregando valor, o que justifica a sua leitura. Estão, pois, de parabéns os autores, que cumprem o objetivo de comunicarem os resultados das suas pesquisas sobre os Arquivos. Mas também, os organizadores de *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*, que, para além daquele objetivo, uma vez que não há Ciência sem comunicação, cumprem “o objetivo de discutir os aspectos que envolvem os arquivos públicos, a gestão de documentos e o acesso à informação no âmbito nacio-

nal e internacional”, e um desígnio maior – o da Ciência Aberta ou da Ciência Cidadã – ao disponibilizarem o livro em linha e em acesso aberto, promovendo a sua leitura universal.

Referências Bibliográficas

- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (2014) - *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (BRASIL).
- KUSHINIR, Beatriz. (2019) – Entre a Lei Municipal de Arquivos e a LAI: o AGCRJ e o Programa de Gestão de Documentos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *In: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].
- MENDO CARMONA, Concepción. (2019) – En beneficio mutuo: proyectos de colaboración entre las universidades y los archivos municipales de la Comunidad de Madrid. *In: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].
- RODRIGUES, Ana Célia. (2019) – Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios do Grande Rio. *In: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].
- SILVA, Carlos Guardado da. (2019) – O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal (1976-2018). *In: RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p. ISBN 978-85-93253-01-0. [Consult. 16 jun. 2020].

BAUC VOL. XXXIII, N.º 2

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Un fondo documental en España sobre los Meneses de Portugal.
Traiciones y lealtades a la Monarquía
Antonio Sánchez-González

A atividade artística do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo
na diocese de Coimbra
Miguel Portela

A herança do 2.º Visconde de Vila Maior
Guilhermina Mota

O lugar dos 'Arquivos Pessoaís' na Arquivística Internacional
Carlos Guardado da Silva

RECENSÕES CRÍTICAS

GARCÍA SANCHEZ, J. ; GARCIA SANCHEZ, J. ; GARCIA SANCHEZ, J. (2016) -
*El heroísmo mirobrigense de 1808 a 1810: La historia contada por sus
habitantes: hechos relevantes, incidentes destacados y personas ilustres.*
Salamanca: Diputación de Salamanca, 432 p.
Carlos Guardado da Silva

RODRIGUES, Ana Célia; [et al.] (2019) - *Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano.*
Rio de Janeiro: L. E. T. Leite. 314 p.
Alexandre Faben

ISSN

0872-5632
2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>